

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS ALBERTO KARAM

**PLANEJANDO UMA CIDADE SUSTENTÁVEL:
O CASO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE JOINVILLE**

**CURITIBA
2008**

CARLOS ALBERTO KARAM

**PLANEJANDO UMA CIDADE SUSTENTÁVEL:
O CASO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE JOINVILLE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito final à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Belmiro Valverde
Jobim Castor, Ph.D.

CURITIBA

2008

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

K18p 2008	Karam, Carlos Alberto Planejando uma cidade sustentável : o caso do planejamento estratégico de Joinville / Carlos Alberto Karam , orientador, Belmiro Valverde Jobim Castor. – 2008. 163 f. : il. ; 30 cm Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008 Bibliografia: 141-146 1. Planejamento urbano – Santa Catarina. 2. Planejamento urbano - Aspectos ambientais. 3. Planejamento estratégico. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Castor, Belmiro Valverde Jobim. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título. CDD 20 ed. – 711.4098164 711.42
--------------	---

**O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.**

Dedico este trabalho ao meu filho **Theo** que durante o mestrado não pôde contar com a minha presença e atenção na intensidade e frequência que merece, mas que nunca saiu dos meus pensamentos e merecerá sempre o meu amor incondicional. Aos meus amados pais, **Hilda e Karam**, que me ensinaram o valor da educação e que sempre me amaram e apoiaram em todos os momentos da minha vida. E ao **Marcus**, meu grande irmão, cuja amizade e amor me dão orgulho. Agradeço a **Deus** por permitir minha existência entre pessoas tão especiais.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho tão importante para minha realização pessoal e, em especial:

Ao professor Belmiro Valverde Jobim Castor pela valiosa orientação e confiança.

À Carol pelo apoio e carinho em meio às dificuldades que o mestrado acarreta.

Aos amigos Ivo e Nilsa S. Gramkow pela amizade, confiança e exemplos de caráter e cidadani

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná e ao Programa de Pós Graduação em Administração, que permitiram minha participação neste reconhecido mestrado.

Ao CNPq, pelo apoio através da concessão de bolsa de estudo integral.

A todos os professores do mestrado, pelos conhecimentos, motivação e apoio durante o curso.

Aos professores Heitor Kato, Paulo Mussi e Maurício Serva pelas contribuições que serviram de inspiração na escolha do tema e na realização deste estudo.

Aos amigos que fiz durante o curso, tanto colegas de sala quanto professores, pelo companheirismo e convívio estimulante.

Às colaboradoras da secretaria do mestrado, Luciana e Thais, pela solicitude e presteza em todos os serviços.

Ao Instituto Joinville pela permissão de acesso e utilização das informações,

Às colaboradoras do Instituto Joinville, Val e Maria Eugênia, pelo apoio e companheirismo.

Aos professores da ESAG Carlos Wolovski Mussi e José Luiz Fonseca da Silva Filho que prontamente recomendaram minha admissão neste programa de mestrado.

Se uma ruptura histórica tiver que acontecer em nosso tempo, terá que assumir o caráter sem precedente de um puro êxodo em compacto tempo vertical, isto é, através de uma mudança no íntimo das pessoas, em sua orientação relativamente à realidade e nos critérios e definição de suas necessidades e desejos.

(Alberto Guerreiro Ramos)

RESUMO

As teorias e conceitos sobre Desenvolvimento Sustentável surgiram em meio à crise dos modelos desenvolvimentistas historicamente adotados, os quais não eram capazes de considerar todas as dimensões e valores fundamentais à satisfação das necessidades das gerações atuais e também futuras. No Brasil, o Estatuto da Cidade regulamentou o planejamento dos municípios brasileiros, incorporando os setores econômico, social e político de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governos na direção de um projeto em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar social, bem como do equilíbrio ambiental. Entre os elementos dessa lei, os quais apresentam evidência de um movimento de mudança em favor da sustentabilidade, destacam-se a garantia do direito a cidades sustentáveis e a gestão democrática por meio da participação popular. Nesse contexto, a ferramenta de planejamento estratégico de municípios ocupou um importante espaço como um instrumento de abordagem sociológica para a busca do desenvolvimento sustentável. Os fundamentos do Planejamento Estratégico Municipal (PEM) são inspirados nas necessidades competitivas das organizações do sistema de mercado, contudo o PEM deve considerar outros valores além dos típicos da racionalidade econômica. Joinville, maior município do estado de Santa Catarina, realizou o seu planejamento estratégico em 2003. A presente pesquisa analisa o papel do Planejamento Estratégico de Joinville (PEJ) no Desenvolvimento Sustentável do município, no período de 2004 a 2007. Através da estratégia de estudo de caso, técnicas de triangulação utilizaram a análise de conteúdo das respostas obtidas de entrevistas, indicadores de sustentabilidade e dados secundários oriundos de planos estratégicos, atas de reunião, jornais, sítios na *internet*, revistas e periódicos locais e materiais institucionais. A busca do desenvolvimento sustentável de Joinville, através das ações sociais descritas neste estudo de caso, pode ser compreendida como um esforço para o equilíbrio do Sistema Paraeconômico, proposto por Ramos (1989). Em síntese, a aplicação do PEM como uma ferramenta, não obstante ainda limitada, demonstrou-se capaz de formular e estimular ações sociais de caráter substantivo. Os processos de implantação do PEJ tiveram o papel de mediadores das ambigüidades e impasses gerados pelas diferentes racionalidades presentes na sociedade multicêntrica, em busca do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Planejamento estratégico municipal. Desenvolvimento sustentável. Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Joinville.

ABSTRACT

The theories and concepts of Sustainable Development came out in the crisis of the historically adopted developing models, which couldn't involve all the fundamental dimensions and values to meet the needs of present and future generations. In Brazil, the Statute of the City regulated the planning of Brazilian cities, including the economic, social and politic sectors in order to make up a commitment between citizens and governments towards a project directed to collective wellness, social assurance and well-being, besides the ecological balance. Among these law elements, which give evidence of a change movement towards sustainability, the guarantee of the right to sustainable cities and the democratic management through the popular participation stand out. In this context, the strategic planning tool has played an important role as an instrument of sociological approach in the search for sustainable development. The City Strategic Planning (CSP) fundamentals are inspired in the competitive needs of the market system organizations; however, the CSP must consider other values besides the typical economic rationality ones. Joinville, the largest city in the State of Santa Catarina, accomplished its strategic planning in 2003. The present research analyses the role of Joinville Strategic Planning (JSP) in the Sustainable Development of the city, in the period from 2004 to 2007. Through the case study strategy, triangulation techniques used the content analysis of the survey's answers, sustainability indicators and secondary data of strategic plans, meeting records, newspapers, websites, local magazines and journals, and institutional materials. The search for sustainable development of Joinville, through the social actions described in this study, can be understood as an effort to the balance of the Paraeconomic System, proposed by Ramos (1989). In summary, the application of JSP as a tool, although still limited, has shown to be capable of formulating and stimulating social actions of substantive character. The JSP's implantation processes had the role of mediators of the ambiguities and conflicts generated by the different rationalities presented in the multicentric society, pursuing sustainable development.

Keywords: City Strategic Planning. Sustainable Development. Social Systems Delimitation Theory. Joinville.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visão geral do PEM.....	25
Figura 2 – Organograma dos segmentos do desenvolvimento sustentável e seus setores.....	36
Figura 3 – Organograma dos segmentos da descrição dos municípios e seus setores.....	38
Figura 4 – Diagrama do desenvolvimento integrado e sustentável e visão sistêmica dos segmentos e setores	45
Figura 5 – O paradigma Paraeconômico.....	48
Figura 6 – Diagrama da análise dos dados	65
Figura 7 – Localização geográfica de Joinville	69
Figura 8 – Metodologia do PEJ	74
Figura 9 – Órgãos de gestão do IJ	81
Figura 10 – Mapa dos roteiros de turismo eco-rural de Joinville	96
Figura 11 – Baía da Babitonga vista do morro do Boa Vista.....	103
Figura 12 – Expansão urbana	126
Figura 13 – Proposta de unidade de conservação da Baía da babitonga	131
Figura 14 – Visão sistêmica dos IDSJ	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características antropológicas dos indivíduos e os padrões conscientes de ação racional.....	55
Quadro 2 - Protocolo do estudo de caso.....	66
Quadro 3 – Resumo das ações de comitês estratégicos para 2007	83
Quadro 4 – Relação entre as atividades dos comitês e os macroobjetivos do PEJ ..	84
Quadro 5 – MOBILIZAÇÕES DO IJ EM 2007	85
Quadro 6 – Inserções nos veículos de mídia em 2007	86
Quadro 7 – Plano de investimentos DA PMJ (2007 – 2012)	97
Quadro 8 – Resumo e classificação das ações sociais relacionadas ao PEJ por dimensão.....	105
Quadro 9 – Agrupamento dos segmentos nas dimensões do DS.....	106
Quadro 10 – Estrutura institucional de JOINVILLE	108
Quadro 11 – Relatores finais da Agenda 21 municipal e órgão de representação..	110
Quadro 12 – Andamento das atividades da Agenda 21.....	111
Quadro 13 – PIB <i>per capita</i> de Joinville em R\$.....	113
Quadro 14 – Empresas estabelecidas em Joinville, por setor de atividade.....	113
Quadro 15 – Número de turistas e receita anual do turismo em Joinville (US\$)	114
Quadro 16 – CAPACIDADE HOTELEIRA DE JOINVILLE	114
Quadro 17 – Receita das empresas participantes do projeto de desenvolvimento do apl metal mecânico	115
Quadro 18 – Produtividade das empresas participantes do projeto de desenvolvimento do APL metal mecânico.....	116
Quadro 19 – Comparativo da frota de veículos	116
Quadro 20 – Centros de estudos e pesquisas de Joinville.....	117
Quadro 21 – Taxa média anual de crescimento populacional.....	120
Quadro 22 – Nível educacional da população jovem de Joinville.....	121
Quadro 23 – Nível educacional da população adulta	121
Quadro 24 – Estudantes matriculados por rede e nível de ensino.....	122
Quadro 25 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000.....	123
Quadro 26 – Porcentagem da renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000	123

Quadro 27 – Grau de satisfação da população urbana de Joinville em viver, trabalhar, se divertir e comprar na cidade	124
Quadro 28 – Qualidade ambiental das águas	128
Quadro 29 – Áreas de preservação ambiental	130
Quadro 30 – Percentual da população atendida pelo sistema de abastecimento de água.	132
Quadro 31 – Percentual da população atendida pelo sistema de coleta de esgoto	132
Quadro 32 – Relações entre as ações do PEJ e o DSJ	135

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIJ	– Associação Empresarial de Joinville
ACOMAC	– Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção de Joinville
APREMA	– Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente
AJORPEME	– Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa
CAJ	– Centro de Apoio a Jovens
CDL	– Câmara de Dirigentes Lojistas
CONURB	– Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville
DS	– Desenvolvimento Sustentável
DSJ	– Desenvolvimento Sustentável de Joinville
FCJ	– Faculdade Cenecista de Joinville
FATMA	– Fundação do Meio Ambiente
FELEJ	– Fundação de Esporte, Lazer e Eventos de Joinville
FUNDAMAS	– Fundação Municipal Albano Schmidt
FUNDEMA	– Fundação Municipal do Meio Ambiente
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSJ	– Indicadores do Desenvolvimento Sustentável de Joinville
IJ	– Instituto para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
IPPUJ	– Instituto de Planejamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
OSCIP	– Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDDSJ	– Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville
PEM	– Planejamento Estratégico Municipal
PEJ	– Planejamento Estratégico de Joinville
PETER	– Planejamento Estratégico do Turismo Ecológico e Rural
PIB	– Produto Interno Bruto
PMJ	– Prefeitura Municipal de Joinville
PROMOTUR	– Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville
SAMA	– Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SBS	– Secretaria de Bem Estar Social

SE	– Secretaria da Educação
SEBRAE	– Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEINFRA	– Secretaria de Infra-Estrutura
SEPLAN	– Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SIHRBES	– Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Joinville
SINDIMEC	– Sindicato da Indústria Mecânica de Joinville
SIMPESC	– Sindicato da Indústria de Materiais Plásticos de Santa Catarina
SH	– Secretaria de Habitação
SOCIESC	– Sociedade Educacional de Santa Catarina
UCBA	– Unidade de Conservação da Baía da Babitonga

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	19
1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	21
2.1.1 Planejamento Estratégico Municipal.....	22
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	28
2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	33
2.4 TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS.....	46
2.4.1 Teoria Formal da Vida Humana Associada.....	50
2.4.2 Teoria Substantiva da Vida Humana Associada.....	51
2.4.3 Lei dos requisitos adequados.....	52
2.5 AÇÃO SOCIAL	54
2.6 RELAÇÕES ENTRE AS TEORIAS APRESENTADAS	56
3 METODOLOGIA.....	60
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	60
3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA.....	60
3.3 APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS	61
3.3.1 Definição de outros termos relevantes	62
3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	62
3.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	63
3.6 COLETA DE DADOS	64
3.7 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	65
3.8 PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO	66
3.9 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	67
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	68
4.1 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PEJ	68
4.1.1 Histórico e participantes do PEJ.....	68
4.1.2 Metodologia do PEJ	73
4.1.3 Conteúdo do PEJ.....	76

4.2 AÇÕES RELACIONADAS AO PEJ	80
4.2.1 Dimensão institucional	80
4.2.2 Dimensão econômica.....	92
4.2.3 Dimensão social	99
4.2.4 Dimensão ecológica.....	102
4.2.5 Resumo das ações sociais relacionadas ao PEJ	105
4.3 PAPEL DO PEJ NO DS DE JOINVILLE.....	106
4.3.1 IDSJ na dimensão institucional.....	107
4.3.2 IDSJ na dimensão econômica.....	113
4.3.3 IDSJ na dimensão social	120
4.3.4 IDSJ na dimensão ecológica	124
4.3.5 Relações entre as ações do PEJ e o Desenvolvimento Sustentável.....	132
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	136
5.1 CONCLUSÕES	136
5.2 RECOMENDAÇÕES	140
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	147
ANEXOS – Principais veiculações jornalísticas sobre o PEJ e IJ.....	149

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo, procura-se analisar, em profundidade, o papel do Planejamento Estratégico de Joinville (PEJ) no Desenvolvimento Sustentável (DS) do município. Além de identificar as ações resultantes do Planejamento Estratégico Municipal, o objetivo desta pesquisa também é verificar se houve e qual foi o impacto dessas ações no Desenvolvimento Sustentável.

Joinville é a maior cidade do Estado de Santa Catarina. O município fez 157 anos de fundação em março de 2008 e possui uma população de aproximadamente 500.000 habitantes. Após um processo histórico de discussão sobre a importância de um plano de longo prazo para buscar o DS, a Prefeitura Municipal, no ano de 2003, contratou uma consultoria especializada para realizar o processo de Planejamento Estratégico do Município. Cerca de 3000 pessoas participaram do processo que levou cerca de 7 meses e contemplou o horizonte de planejamento 2004 - 2020.

A ferramenta de planejamento estratégico não foi idealizada originalmente para cidades. As primeiras noções de Estratégia provem dos gregos que a consideravam como um conjunto de manobras, ou esquema para sobrepujar um inimigo em combate (LOPES, 1998). A sistematização dos primeiros conceitos ocorreu na década de 60, por meio de obras como: *Strategy and Structure*, de Alfred Chandler (1962); *Corporate Strategy*, de Igor Ansoff (1965). A estratégia é definida por Andrews (1971) como uma conjunção de propósitos e políticas definindo a organização e seus negócios.

Mintzberg e Waters (1982) afirmam que a estratégia de uma organização pode envolver tanto um processo deliberado de planejamento, o qual considera o cumprimento de um plano premeditado, quanto um processo estratégico emergente, o qual pode explorar as mudanças do ambiente e propor ações cujas intenções não existiam anteriormente.

Napoleão Bonaparte, reconhecido pela história como um dos maiores estrategistas de todos os tempos, costumava realizar estudos cuidadosos de todos os aspectos do ambiente relacionado a cada batalha (CASTOR, 2000). Assim como ocorria nas guerras e depois nas organizações, o “pensamento estratégico” passou a ser aplicado ao planejamento de municípios.

A idealização da ferramenta de Planejamento Estratégico está solidamente ancorada no conceito da racionalidade na alocação dos recursos de uma organização, seja ela pública ou privada, com ou sem fins lucrativos. No caso do planejamento municipal (PEM), outros valores são considerados além dos típicos da racionalidade econômica (REZENDE; CASTOR, 2006).

A análise do processo de formulação do conteúdo do Planejamento Estratégico de Joinville, além dos possíveis impactos desse processo no Desenvolvimento Sustentável do município, é realizada sob a ótica da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Mais precisamente, são analisadas ligações conceituais existentes entre as Teorias Formal e Substantiva da Vida Humana Associada, idealizadas pelo sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos e os processos empíricos pesquisados, assim como as teorias relacionadas ao planejamento estratégico municipal e ao desenvolvimento sustentável.

Segundo o sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1989), as consequências da modernização pós-industrial, tais como a degradação da qualidade de vida, a poluição, o desperdício dos limitados recursos do planeta e a insegurança psicológica são evidências da ineficácia dos modelos de desenvolvimento, supostamente exemplares, das sociedades economicamente avançadas do Ocidente.

O mesmo autor destaca, ainda, que no sistema de mercado predomina uma racionalidade instrumental ou formal, na qual o homem assume papel mecanomórfico e, juntamente aos demais recursos disponíveis, serve essencialmente aos propósitos de aumento de produtividade e lucratividade das organizações. Conforme o sociólogo, as ciências sociais têm admitido como legítima e ilimitada a atual intrusão do sistema de mercado na vida humana. Outra abordagem, descrita pelo autor como substantiva, considera que o sistema de mercado é somente um dos enclaves sociais entre outras dimensões que compõem a vida humana associada. A Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais pressupõe que as organizações econômicas têm exigências e metas próprias que não coincidem, necessariamente, com as condições requeridas pela boa qualidade da existência humana em geral. Portanto, pela Teoria Substantiva da Vida Humana Associada os diferentes tipos de necessidades humanas, os quais requerem múltiplos cenários sociais, constituem aspectos inter-relacionados do tecido social, enquanto que o comportamento administrativo deve ser delimitado como uma

conduta humana condicionada por imperativos econômicos. Embora Ramos (1989) tenha deixado muito espaço para o desdobramento e aprofundamento de suas teorias, os fundamentos propostos por ele são utilizados como base conceitual na análise dos fenômenos estudados nesta pesquisa.

O caso de Joinville demonstra um desejo da sociedade organizada local em definir novos valores, prioridades e estratégias para o seu desenvolvimento. Além disso, também é clara a preocupação com as futuras gerações. A visão da cidade, consolidada pelo PEJ, ocorrido em 2003, foi definida como: “Ser uma cidade sustentável, solidária, hospitaleira, empreendedora, voltada à inovação, com crescente qualidade de vida, motivo de orgulho da sua gente, onde se realizam sonhos”.

O fato de o Desenvolvimento Sustentável estar na visão e nos objetivos do planejamento estratégico do município torna o seu desafio muito mais complexo. Buscar um desenvolvimento que atenda as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas próprias necessidades, demanda equilíbrio e sinergia nas dimensões econômica, social, ecológica e institucional do município. Normalmente usado por organizações econômicas para sobreviver no mercado e por organizações do terceiro setor para cumprir seu papel social ou ambiental, o planejamento estratégico é descrito nesta pesquisa como uma tecnologia a serviço da sustentabilidade.

Não obstante ter contado ativamente com a participação e coordenação da prefeitura municipal, por meio da então Secretaria da Qualidade Desenvolvimento e Integração, o Planejamento Estratégico de Joinville se propõe a extrapolar a gestão pública municipal, de modo a envolver a sociedade joinvilense como um todo. Essa constatação se baseia nos seguintes aspectos: (1) longo horizonte de planejamento, o qual extrapola vários mandatos públicos; (2) múltiplas dimensões envolvidas, as quais contemplam responsabilidades da sociedade como um todo; e (3) um processo participativo envolvendo por volta de 100 entidades e aberto à participação de todos os partidos políticos. Portanto, quando o termo “Planejamento Estratégico de Joinville” for utilizado, o mesmo caracterizará uma tentativa de envolver todos os setores da cidade nas esferas pública, privada e não governamental.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Nesse contexto, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é o papel do Planejamento Estratégico de Joinville, realizado de maio a dezembro de 2003, no Desenvolvimento Sustentável do município, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2007.

1.3 DEFINIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o papel do Planejamento Estratégico de Joinville, realizado em 2003, no Desenvolvimento Sustentável do município, no período de 2004 a 2007.

Os Objetivos Específicos são os seguintes:

- a) Descrever o processo de Planejamento Estratégico, ocorrido entre maio e dezembro de 2003, na cidade de Joinville.
- b) Identificar e descrever as ações ocorridas em Joinville, no período entre janeiro de 2004 e dezembro de 2007, as quais tenham relação com o PEJ.
- c) Verificar se as ações resultantes do PEJ geraram impacto no Desenvolvimento Sustentável do município, considerando o período de 2004 a 2007.

1.4 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Os fundamentos do Planejamento Estratégico Municipal são inspirados nas necessidades competitivas das organizações do sistema de mercado, contudo têm como uma de suas principais finalidades servir de instrumento de orientação e

gestão para o desenvolvimento municipal. O surgimento das teorias e conceitos sobre Desenvolvimento Sustentável foi motivado pelo reconhecimento de uma crise dos modelos desenvolvimentistas historicamente adotados, os quais não eram capazes de considerar todas as dimensões e valores fundamentais à satisfação das necessidades das gerações atuais e futuras. Ramos (1989) construiu a Teoria da Delimitação dos Sistemas baseado em estudos filosóficos, antropológicos, e sociológicos da vida humana associada e propôs uma reinvenção da ciência das organizações.

Uma das contribuições teóricas desta pesquisa é a tentativa de relacionar a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais aos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de Planejamento Estratégico Municipal. A análise do caso do Planejamento Estratégico de Joinville como mecanismo indutor do Desenvolvimento Sustentável à luz das teorias apresentadas é uma importante contribuição desta pesquisa.

Finalmente, do ponto de vista prático, esta pesquisa pretende ajudar as lideranças de Joinville a compreender o papel do Planejamento Estratégico Municipal no Desenvolvimento Sustentável do município. Também poderá servir de apoio a outros municípios que pretendam implantar um processo similar de Planejamento Estratégico Municipal buscando o desenvolvimento sustentável.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte, são apresentados os conteúdos teóricos que fundamentaram esta pesquisa: o planejamento estratégico e sua aplicação no âmbito municipal; o desenvolvimento sustentável seguido de um item sobre Indicadores de sustentabilidade; a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, a qual envolve as Teorias Formal e Substantiva da Vida Humana Associada; um item sobre ação social, e finalmente, algumas análises sobre as relações entre os assuntos abordados neste capítulo.

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Como afirmado na introdução, a ferramenta de planejamento estratégico não foi idealizada originalmente para cidades. Constitui-se de um processo deliberado de formulação de estratégias, concebido para a realidade das organizações (MINTZBERG; WATERS, 1982).

Estratégia pode ser definida como “um caminho, ou maneira, ou ação estabelecida e adequada para alcançar os resultados da empresa, representados por seus objetivos, desafios e metas” (ANSOFF, 1990, p. 242). Ansoff (1990) ressalta que uma situação pode ser considerada como estratégica quando existe interligação entre os aspectos internos e externos da empresa. Já para Chandler (1998) a estratégia refere-se à definição das metas e objetivos de longo prazo de uma empresa, além da previsão das ações e recursos necessários ao cumprimento dessas metas.

A formação da estratégia concentra-se no processo pelo qual a empresa, por meio de seus sistemas de administração e tomada de decisão, influencia seu desempenho e posicionamento no mercado. Essa maneira de considerar a estratégia é definida como processo estratégico. Outra modalidade de estratégia considera as ações decididas, ou seja, as posições que levam a organização a obter o desempenho esperado, sob contextos ambientais adversos, enfocando a

formulação (qual, onde) e não a formação (como, por que). A esse entendimento dá-se o nome de conteúdo estratégico (CHAKRAVARTHY, 1992).

Segundo Castor (2006), o planejamento estratégico significa aplicar o “pensamento estratégico” aos recursos e às circunstâncias particulares de uma organização. Esse processo envolve a proposição de diretrizes gerais para antecipar-se ou adaptar-se às mudanças oriundas do ambiente externo, além da capacidade de administrar corretamente os recursos necessários para concretizar as estratégias planejadas.

A globalização e a economia do conhecimento ampliaram a noção do ambiente externo das organizações ao mesmo tempo em que suscitaram a reflexão sobre a competitividade das localizações. Porter (1999) propôs uma teoria sobre a importância das localizações na vantagem competitiva das empresas, ressaltando o papel dos aglomerados que são concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas que competem, mas cooperam entre si. Além dessas empresas, os aglomerados também são compostos por fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos, associações comerciais, instituições de apoio e universidades.

Segundo Vainer (2000, p. 99), “é a constatação da competição entre cidades que autoriza a transposição do modelo estratégico do mundo das empresas para o universo urbano”. O autor lembra que Porter afirmava que são as empresas e não as localizações (cidade, estado, país) que competem, cabendo às últimas oferecer ambiente favorável à competitividade.

Uma importante reflexão sobre a origem e aplicação da ferramenta de planejamento estratégico refere-se ao papel que esse instrumento - construído com base na racionalidade de mercado - desempenha quando aplicado em circunstâncias que envolvam também a racionalidade substantiva. Os próximos tópicos darão início a essa reflexão.

2.1.1 Planejamento Estratégico Municipal

Segundo Rezende e Castor (2006), o município é uma instituição política e jurídica originada na civilização e no direito romano. Conforme os autores, o

município é muito mais do que a cidade, a qual é considerada como o aglomerado urbano que serve como sua sede.

Regulamentar o planejamento dos municípios brasileiros, incorporando os setores sociais, econômicos e políticos de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governos na direção de um projeto em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar social, bem como do equilíbrio ambiental é o objetivo do Estatuto da Cidade. No Art. 2º. Incisos I e II da Lei No. 10.257, tanto o desenvolvimento sustentável das cidades quanto a participação da população nesse processo estão previstos:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...] (BRASIL, 2001, p.3).

Nos termos dessa lei, o plano diretor de cidades está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município e se tornou obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. Dessa forma, caracteriza-se como o instrumento legal que vai definir, no nível municipal, os limites, as faculdades e as obrigações envolvendo a propriedade urbana. O Plano Diretor deverá explicitar claramente a política urbana do município. Deve basear-se em um processo participativo de diagnóstico da realidade local, envolvendo os mais variados setores da sociedade. A partir dessa leitura local estabelece o destino específico que se quer dar às diferentes regiões do município, embasando os objetivos e as estratégias. É através do macrozoneamento, previsto no plano diretor, que é feita a divisão do município em unidades territoriais que expressam o destino a ser atribuído às diferentes áreas da cidade (BRASIL, 2001).

Lopes (1998, p. 94) destaca a diferença entre o Plano Diretor e o Planejamento Estratégico:

O Plano Estratégico de Cidades é um plano de ação, formulado a partir do consenso de atores públicos e privados, dentro de uma visão ampla dos espaços e da sociedade local e global, definindo projetos tangíveis e intangíveis, cuja implementação se baseia no compromisso de um grande número de atores públicos e privados. Já o Plano Diretor Urbano é um

plano de ordenamento urbano, com o objetivo de determinar os usos do solo e os sistemas de integração e comunicação, partindo de normas definidas em um arcabouço legal, geradas por uma visão integral de construção da cidade desejada.

Embora o consenso pareça um processo adequado pra a formulação do planejamento estratégico, as ambigüidades presentes no município desafiam constantemente sua viabilidade, como poderá ser verificado na análise empírica. Lopes (1998) ressalta, ainda, que a função principal do Planejamento Estratégico de Cidades é relacionada à necessidade da transposição da visão individual de cidadãos conscientes e envolvidos para um horizonte mais amplo, inserido em uma realidade global.

Segundo Pfeiffer (2000), a metodologia do PEM pode ser resumida da seguinte forma: (1) análise do ambiente, (2) análise organizacional, (3) estruturação do plano, (4) operacionalização do planejamento, (5) formulação do plano, (6) implementação de projetos, e (7) avaliação do impacto do plano, retro alimentando a análise do ambiente.

Rezende e Castor (2006) sugerem um processo dinâmico, flexível e participativo dividido em quatro fases: análises estratégicas; diretrizes estratégicas; estratégias e ações municipais; e controles municipais e gestão do planejamento. A Figura 1 apresenta a visão geral da metodologia do PEM. Contudo os autores advertem que essas fases devem ser precedidas por atividades como organização do planejamento, capacitação das pessoas, plano de trabalho, gestão, divulgação, documentação e aprovação do projeto.

Conforme os fluxos apresentados na Figura 1, as análise estratégicas são os diagnósticos municipais que buscam, por meios de análises internas e externas, fornecer subsídios sobre a real situação do município, a fim de basear a formulação das estratégias e ações municipais. As diretrizes estratégicas estabelecem os princípios, a visão, as vocações e os objetivos do município, ou seja, o caminho a ser percorrido. As diretrizes também orientam a formulação das estratégias. Em resumo, essas estratégias e ações municipais definem de que forma os objetivos podem ser alcançados e propõem as atividades a serem desenvolvidas para que o plano seja cumprido. Finalmente, os controles municipais e a gestão do planejamento estabelecem o modo utilizado para o monitoramento, desde os instrumentos de medição de desempenho até as formas de gestão dos recursos requeridos pelo PEM (REZENDE; CASTOR, 2006).

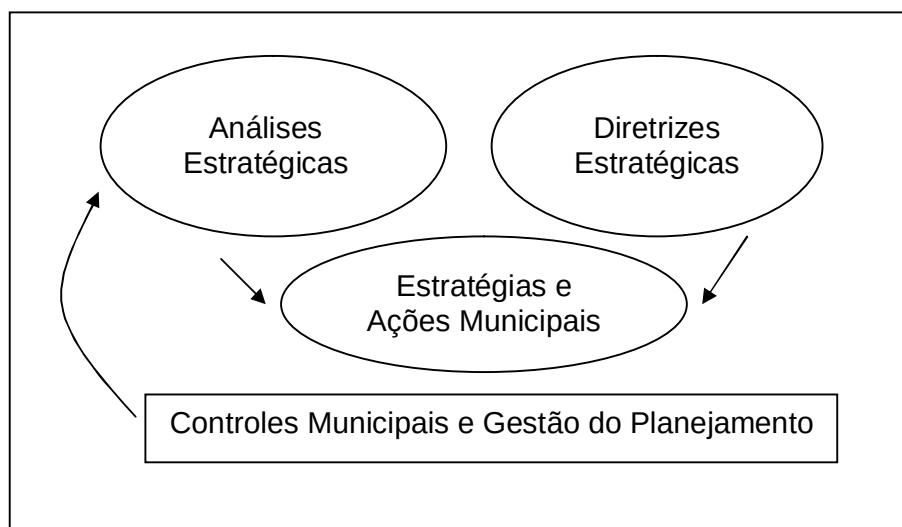


Figura 1 – Visão geral do PEM
 Fonte: Rezende e Castor, 2006, p. 50.

O Planejamento Estratégico Municipal deve considerar os seguintes pressupostos: (1) possuir caráter integral e integrado, considerando e compatibilizando dimensões econômica, sociais, culturais e territoriais; (2) contemplar ações e políticas nas três esferas federativas, devido à interdependência da gestão dos recursos públicos; (3) possuir caráter técnico adequado e ser viável politicamente; (4) ser guiado pela racionalidade substantiva de forma a buscar diminuir e não maximizar as desigualdades, iniquidades e injustiças sociais; (5) garantir a participação ativa de toda a comunidade, desde a sua elaboração até o seu acompanhamento e avaliação; e (6) Reordenar e redefinir o modelo organizacional dos municípios, associando as capacidades do estado, mercado e terceiro setor em benefício da coletividade municipal (REZENDE; CASTOR, 2006).

Assim como verificado acima, as racionalidades presentes nos processos de planejamento são citadas em várias passagens desta fundamentação. Existem outros autores, não citados no presente trabalho, os quais propõem múltiplas aplicações da racionalidade na administração, cuja discussão ainda encontra-se em evolução. Contudo, este estudo não pretende explorar o tema de maneira muito ampla, atendo-se à aplicação dos conceitos de racionalidade propostos, de forma embrionária, por Weber (2004a) e, posteriormente, discutidos por Ramos (1989) na Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Um argumento comum entre os autores estudados é que dificilmente é possível atribuir uma única racionalidade aos fenômenos sociais. Além disso, a predominância de certa racionalidade pode ocorrer

em certos processos de planejamento, sem que isso necessariamente os torne mais ou menos justos ou moralmente corretos, como será abordado a partir do item 2.4. desta dissertação.

Quanto ao horizonte temporal de planejamento, o PEM deve considerar de 15 a 20 anos, ou seja, é o mais longo entre os demais instrumentos de planejamento do município. O Plano Plurianual Municipal (PPAM) considera até 4 anos, mesmo prazo do plano de governo do executivo municipal, enquanto que o Plano Diretor Municipal tem o horizonte de 10 anos (REZENDE; CASTOR, 2006).

O Planejamento Estratégico Municipal vem sendo implantado em algumas cidades nacionais e internacionais como, por exemplo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Bogotá, Montpellier e Barcelona, além de amplamente divulgado como modelo por diferentes agentes multilaterais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Embora haja tal reconhecimento, também há críticas da aplicação do Planejamento Estratégico em cidades.

Para Vainer (2000), o discurso do Planejamento Estratégico se estrutura sobre três analogias constitutivas: (1) a cidade-mercadoria e objeto de luxo; (2) a cidade-empresa; e (3) a cidade-pátria.

A cidade-mercadoria é posta à venda em um mercado onde outras cidades também estão à venda. O autor ressalta que uma das funções básicas dos governos locais tem sido vender a cidade como uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores que se constituem normalmente em grandes investidores nacionais e internacionais, além de visitantes e usuários solváveis. Daí a importância do marketing urbano e a necessidade de criar produtos urbanos, que bem pode ser uma oferta cultural ou da imagem da cidade segura, justa e democrática.

A cidade-empresa sai da forma passiva de objeto para tornar-se um sujeito ativo na forma de agente econômico que atua no contexto do mercado pela eficácia e competitividade. Segundo o autor, é aqui onde adquire sentido a parceria público-privada, na medida em que assegura que os interesses do mercado estão presentes e representados no processo de planejamento. Surge então a necessidade de uma despolitização da cidade, pois os processos políticos são estranhos a um espaço social onde o que conta são os resultados. Os empresários assumem o papel de protagonistas no processo de planejamento durante o qual “a analogia de cidade-

empresa desliza, suave e sutilmente, para uma analogia cidade-empresários” (VAINER, 2000, p. 89).

A cidade-pátria deve gerar um sentimento de patriotismo cívico e pertencimento local entre seus habitantes, o qual só é possível através do consenso e do sentimento de identidade e pertinência. Esse sentimento nasceria em meio a uma trégua social ocasionada pela conscientização de uma crise. O discurso unitário induzido pelo planejamento propõe uma trégua nos conflitos internos gerando a paz social. Esse contexto demanda um governo forte, carismático, personalizado, estável e apolítico, pois deve expressar uma vontade unitária de toda uma cidade de vencer, de forma coesa, outras cidades.

As reflexões de Vainer (2000) são acompanhadas por avaliações críticas do PEM, por parte de outros co-autores no livro “A cidade do pensamento único”. Arantes (2000), por exemplo, afirma que já nos anos setenta, com a crise do chamado modelo fordista-keynesiano, surgia nos Estados Unidos um novo modelo liberal de planejamento fundamentado na idéia de cidade como máquina de produzir riqueza, de onde cultura e gestão empresarial resultavam determinantes. Em resumo, o planejamento estratégico de cidades seria “uma fabrica de consenso em torno do crescimento a qualquer preço”(ARANTES, 2000, p. 27).

Maricato (2000) defende que o planejamento urbano é marcado pela influência de modelos externos como o modernista/funcionalista importado de países do capitalismo avançado. Afirma ainda que, em um país como o Brasil, os instrumentos de planejamento têm sido aplicados de maneira incompleta e excludente, onde se reproduzem os interesses das elites dominantes enquanto a cidade ilegal das favelas fica abandonada à sua sorte.

Segundo Sampaio (2000), o enfoque do planejamento para o desenvolvimento sustentável envolve algumas premissas como: peculiaridades do local e seu desenvolvimento considerando todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, além da participação da sociedade civil no planejamento. A visão de Joinville, estabelecida pelo PEJ, inicia com o desejo de ser uma cidade sustentável. Dessa forma, o próximo item trata do histórico dos conceitos e teorias sobre o desenvolvimento sustentável, os quais contextualizam todo o processo de planejamento estratégico municipal.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A noção de desenvolvimento sustentável tem sua origem mais remota em um processo de reflexão e debate internacional acerca do conceito de desenvolvimento. Constituiu-se, portanto, de uma reavaliação da noção do desenvolvimento predominantemente ligado à idéia de crescimento econômico.

Segundo Brüseke (1995), os fatos mais relevantes na discussão sobre sustentabilidade são recentes: o relatório sobre os limites do crescimento, publicado em 1972; o conceito de ecodesenvolvimento, em 1973; a declaração de Cocoyok, em 1974; o relatório da Fundação Dag-Hammar skjöld, em 1975; e, finalmente, a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

O primeiro questionamento do conceito clássico de desenvolvimento foi produzido pelo Clube de Roma, criado em 1968 na Academia dei Lincei. Tratava-se de uma ONG formada por 30 pessoas de 10 diferentes países. Eram cientistas, políticos, empresários, humanistas, pedagogos e funcionários públicos preocupados com as questões globais. Em 1972, o Clube de Roma patrocinou um grupo de cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) a realizar simulações matemáticas sobre a realidade do planeta. O estudo transformou-se no relatório mundialmente conhecido como *The Limits to Growth* (Limites para o crescimento), o qual ressalta a necessidade de que se estabeleça uma perspectiva global e de longo prazo para as questões ambientais. O relatório propõe limites para a exploração dos recursos da natureza e alerta que se as tendências de crescimento da população continuarem na mesma projeção, os limites de crescimento neste planeta seriam alcançados dentro de 100 anos (ODUM, 1985).

Também em 1972, foi realizada uma conferência em Estocolmo sobre o meio ambiente humano. Durante a preparação dessa conferência o debate estava polarizado entre os que previam abundância (*the cornucopians*) e os catastrofistas (*doomsayers*). De um lado alegava-se que as preocupações com os recursos naturais somente atrasavam o processo de industrialização dos países em desenvolvimento. Caso a prioridade não fosse a aceleração do crescimento, tais países não poderiam alcançar os países desenvolvidos. Segundo essa corrente, a tecnologia sempre seria capaz de gerar as soluções necessárias à continuidade do

progresso da humanidade. Já a vertente pessimista anunciava que o fim dos tempos era iminente. O consumismo e a explosão populacional iriam inviabilizar a vida no planeta (SACHS, 2002).

Durante a Conferência de Estocolmo, em 1972, o crescimento populacional e o processo de urbanização e da tecnologia envolvida na industrialização foram os temas mais abordados. Os participantes do evento concluíram que a maioria dos problemas ligados ao meio ambiente ocorria em escala global e se acelerava de forma exponencial (BRÜZEKE, 1995).

Em 1973, o canadense Maurice Strong propõe, pela primeira vez, o termo ecodesenvolvimento, considerado como alternativa à concepção clássica de desenvolvimento (BRÜZEKE, 1995). O economista polonês Ignacy Sachs desenvolveu alguns princípios acerca do conceito de ecodesenvolvimento, os quais abordavam fundamentalmente a questão da educação, da participação, da preservação dos recursos naturais, juntamente com a satisfação das necessidades básicas. Para o autor, o crescimento econômico, se colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis e repensado adequadamente, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento (SACHS, 2002).

Outra contribuição às reflexões sobre a realidade ambiental do planeta ocorreu com a divulgação da Declaração de *Cocoyok*, em 1974. A declaração foi gerada em uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTD) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Segundo o documento, a causa da explosão demográfica é a pobreza, cujas conseqüências acarretam a destruição acelerada dos recursos naturais. Essa declaração ressalta, ainda, que os países industrializados estão entre os principais responsáveis pelo agravamento dos problemas ambientais devido aos altos índices de consumo e que não há somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo, mas também um máximo (BRÜZEKE, 1995).

Em 1975, as propostas da Declaração de *Cocoyok* foram aprofundadas no relatório final de um estudo da Fundação *Dag-Hammar skjöld*, com a participação de pesquisadores e políticos de 48 países. Este relatório, segundo Brüseke (1998), apresenta a relação entre o abuso do poder e os problemas de destruição ambiental. Ambas as iniciativas responsabilizam em grande parte a sociedade industrial e os

países industrializados pelo processo de degradação dos recursos naturais do planeta.

A mais famosa definição de Desenvolvimento Sustentável surgiu em 1987 na publicação conhecida como Relatório Brundtland, intitulada *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), pela *World Commission on Environment and Development* – (WCED). Para os seus autores, Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987).

As reflexões presentes no Relatório Brundtland, em especial o conceito de Desenvolvimento Sustentável, serviram de fundamentação teórica às principais propostas levadas à Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Dos diversos documentos internacionais assinados na Conferência, destaca-se a Agenda 21, elaborada como um plano de ação estratégica para o Desenvolvimento Sustentável Global, tendo como signatários mais de 170 chefes de estado (BARBIERI, 1997).

De acordo com Barbieri (1997), boa parte dos compromissos consignados na Agenda 21 e em outros documentos aprovados na conferência ainda não foi consolidada porque muitos chefes de governo apoiaram propostas e acordos internacionais contrários às suas convicções e compromissos partidários. O compromisso havia sido estabelecido devido às pressões exercidas pela visibilidade dos temas na mídia e à vigilância ruidosa das ONG's.

Sen (2000) trata a questão do desenvolvimento do ponto de vista da liberdade humana. O autor afirma que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. Para ele, os papéis instrumentais da liberdade incluem vários componentes distintos, porém, inter-relacionados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, sendo que esses papéis possuem fortes encadeamentos entre si, e podem se dar em diferentes direções. O autor conclui que é necessário que sejam retiradas as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos. Somente dessa forma o desenvolvimento seria efetivo. Se por um lado a liberdade política viabiliza a promoção da segurança

econômica, por outro, as oportunidades sociais, na forma se serviços de educação e saúde facilitam a participação econômica.

Para Lipietz (1995) é inviável a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável a partir do capitalismo. Contudo, o autor não propõe o rompimento do modelo capitalista e sim que se torne possível agregar a ele valores como autonomia, solidariedade e responsabilidade ecológica.

Frey (2001) propõe três abordagens de desenvolvimento sustentável: (1) a econômico-liberal de mercado a qual se baseia no mercado como força reguladora do desenvolvimento; (2) a ecológico-tecnocrata de planejamento a qual considera o Estado e suas instituições de regulação e de planejamento como instrumentos indispensáveis para garantir a prevalência do bem comum no processo de desenvolvimento; (3) a política de participação democrática a qual confia na atuação e mobilização política da própria população e das organizações da sociedade civil.

A abordagem econômico-liberal de mercado pressupõe que o próprio mercado regularia automaticamente o uso racional de recursos. O autor adverte sobre a existência de conflitos entre o interesse individual e coletivo, uma vez que os bens comuns são interesses difusos e que não encontram uma representação adequada nas decisões políticas. Essa abordagem defende o cálculo de custo-benefício individual, a privatização dos bens coletivos e propostas de internalização dos custos ambientais por meio de tributação ou taxas. Tais argumentos estão presentes, por exemplo, no Relatório Brundtland. O autor evidencia a racionalidade utilitarista predominante nessa corrente quando indica as suas principais limitações:

As limitações e contradições da abordagem liberal de mercado tornam-se evidentes se tentamos, seguindo a tradição da teoria competitiva de democracia, transferir o elemento básico do pensamento utilitarista do liberalismo econômico - a suposição do efeito dinâmico e inovador do interesse individual e seu potencial promovedor do bem comum - para a esfera política (FREY, 2001, p.4).

A abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento propõe o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação de recursos. Essa abordagem defende uma concepção de ecologia profunda acompanhada por uma postura tecnocrata (mecanicista-cartesiana) e centralizadora. Daí a necessidade de um estado forte que garanta, por meio do planejamento, o bem comum. Parte-se do pressuposto que a população em geral não está preparada para assumir o seu papel na democracia. O conceito de ecodesenvolvimento consiste no desenvolvimento

compatível com a capacidade de carga do meio natural, portanto enquadra-se nesta abordagem. Quanto às limitações dessa abordagem, o autor se refere à capacidade do Estado em cumprir tal papel, delineado como ecodesenvolvimento:

Questiona-se a possibilidade de implementar propostas como a do ecodesenvolvimento no quadro do atual sistema político e sob as condições de uma distribuição extremamente desigual de poder. A reforma democrática do Estado e do sistema político é considerada uma pré-condição para a implementação de uma nova concepção de desenvolvimento sustentável (FREY, 2001, p.11).

A abordagem política de participação democrática ou abordagem sociológica do desenvolvimento sustentável surge com o reconhecimento das inconsistências e falhas do sistema e dos processos político-administrativos, buscando o fortalecimento do tecido social. Enquanto a primeira vertente considera os conflitos e lutas com as elites dominantes e necessidade de alteração nas condições de poder existentes, esta conduz à concepção de democracia discursiva ou reflexiva, na qual o processo discursivo e o entendimento são mobilizados pela sociedade civil organizada por meio de processos políticos. Tal modelo parte da necessidade de mudanças substanciais nos valores e uma distribuição justa de poder, defendendo o bem-estar comum (FREY, 2001).

Na visão desse mesmo autor, ainda é preciso construir um modelo alternativo adequado às mudanças que o desenvolvimento sustentável demanda:

Ao mesmo tempo em que o debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado a criação de novos arranjos institucionais, novos regimes ambientais de negociação e fóruns de debate, investimentos significativos na ciência e pesquisa ambiental, assim como a consolidação de um movimento ambientalista transnacional; o sistema político, tanto no nível internacional, quanto no nacional e local, tem-se mostrado incapaz ou insuficientemente preparado para traduzir e transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento (FREY, 2001, p.2).

Para Dahl (1997) o termo desenvolvimento sustentável é claramente um conceito carregado de valores, e existe forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade. Ele pondera que um dos principais problemas do conceito refere-se ao fato de que a sociedade deve saber para onde quer ir, para que, somente depois, se possa medir se tal direção está sendo cumprida. O autor reconhece que dar forma a esta concepção não é tarefa fácil. Alguns métodos que procuram avaliar a sustentabilidade partem da suposição sobre características e

metas da sociedade. Outros procuram observar os desejos e os princípios que emergem da própria sociedade.

Brüseke (1998) ressalta que o movimento ambientalista das últimas décadas vem recebendo forte influência e participação de atores provenientes dos setores político e econômico, os quais são orientados para o conflito e a competição. Dessa forma, o processo de emergência do ambientalismo, que nos anos 50 e 60 partiu dos cientistas e das ONGs – que normalmente possuem valores e práticas muito mais orientados para a cooperação e a solidariedade – corre o risco de perder sua força ética e vital. Segundo o autor, o ingresso de um setor profundamente comprometido com valores espirituais, que possa somar-se aos existentes, contribuirá decisivamente para estruturar e dar mais sinergia à crescente complexidade e multidimensionalidade do ambientalismo, revertendo a atual tendência declinante de sua evolução ética.

O objetivo deste item não é identificar todas as definições que tratam do desenvolvimento sustentável, que para alguns autores chegam a mais de 160, mas sim apresentar as principais abordagens sobre o tema. As diversas abordagens sobre o conceito de sustentabilidade originam as diferenças entre as definições apresentadas. A compreensão desse fenômeno deve ocorrer em função do campo ideológico ou da dimensão em que cada autor se concentra. Essa diversidade de abordagens e conceitos desdobrou, naturalmente, múltiplas tentativas de produzir indicadores de forma a identificar e monitorar o desenvolvimento sustentável, como será apresentado no próximo tópico.

2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Antes que sejam abordados os indicadores relacionados à sustentabilidade é necessário compreender melhor o significado dos indicadores de uma maneira mais geral. O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores podem comunicar ou informar acerca do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável (HAMMOND et al, 1995).

Para Gallopin (1996) os indicadores mais desejados são aqueles que resumam ou simplifiquem as informações relevantes. Ainda segundo esse autor, existe a necessidade de identificar as interligações entre os diversos aspectos relacionados ao conceito do desenvolvimento sustentável. A partir da identificação dessas conexões é preciso desenvolver soluções integradas para os problemas que estão relacionados, mantendo a visão do todo. O autor ressalta que índices altamente agregados, ajudam na avaliação do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, mas não são eficazes para planejar e produzir ações preventivas.

A partir da Agenda 21 tem aumentado o interesse de organismos governamentais, não-governamentais, institutos de pesquisa e universidades, em todo o mundo, em buscar indicadores de sustentabilidade. O resultado é uma diversidade de ferramentas ou sistemas de indicadores, agrupados das mais diferentes formas, construídos de acordo com a realidade em questão.

No Brasil, são recentes as pesquisas que apresentam propostas e métodos de indicadores para monitorar o desenvolvimento sustentável de municípios. Entre os pesquisadores estudados estão Van Bellen (2002 e 2005), Kieckhöfer (2005); Scandar Neto (2006) e WIENS (2007), entre outros.

Van Bellen (2005), em sua extensa pesquisa sobre indicadores de sustentabilidade, levantou a existência de inúmeras ferramentas ou sistemas que buscam mensurar o grau de sustentabilidade do desenvolvimento, contudo adverte que as características técnicas e práticas desses sistemas são pouco conhecidas. Assim sendo, o autor construiu uma análise comparativa entre os três sistemas de indicadores de sustentabilidade mais reconhecidos internacionalmente, selecionados pelos mais variados especialistas os quais fizeram parte de sua pesquisa: *Ecological Footprint Method*, *Dashboard of Sustainability* e *Barometer of Sustainability*.

O *Ecological Footprint Method* ou Pegada Ecológica consiste em estabelecer a área de um espaço ecológico necessária para a sobrevivência de uma determinada população ou sistema. A ferramenta transforma o consumo de matéria-prima (necessidade de energia e recursos naturais) e a assimilação de dejetos de um sistema econômico ou população humana em área correspondente de terra ou água produtiva. A maior parte das estimativas existentes do *Ecological Footprint* é baseada em médias de consumo nacionais e médias globais de produtividade. Essa padronização visa facilitar estudos de caso e comparações entre regiões e países.

Contudo, análises mais sofisticadas e detalhadas devem utilizar estatísticas locais ou regionais de produção e consumo.

O *Dashboard of Sustainability* (Painel de Sustentabilidade) é um índice que representa a sustentabilidade de um sistema englobando a média de vários indicadores com pesos iguais, classificados em quatro dimensões: econômica, social, ecológica e institucional. Utilizando a metáfora de um painel de automóvel, essa ferramenta tem uma forma de apresentação simples, quando comparada com os demais sistemas. Uma escala de cores que varia do vermelho-escuro (resultado crítico), passando pelo amarelo até chegar ao verde-escuro (resultado positivo) sinalizam a performance dos indicadores.

O *Barometer of Sustainability* (Barômetro da Sustentabilidade) possibilita, através de uma escala de performances, a comparação de diferentes indicadores representativos do sistema, formando uma representação gráfica do estado geral da sociedade e do meio ambiente. Os resultados são apresentados por índices, em uma escala que varia de uma base 0 (ruim ou péssimo) a 100 pontos (bom ou ótimo).

Kieckhöfer (2005), após realizar um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema, resume os segmentos que caracterizam o Desenvolvimento Sustentável em social, econômico, ambiental e institucional. Em cada um desses segmentos, a autora identifica um conjunto de setores segundo os quais são categorizados os respectivos indicadores de desenvolvimento sustentável. O organograma apresentado na Figura 2 representa os segmentos e setores levantados na revisão teórica feita pela autora.

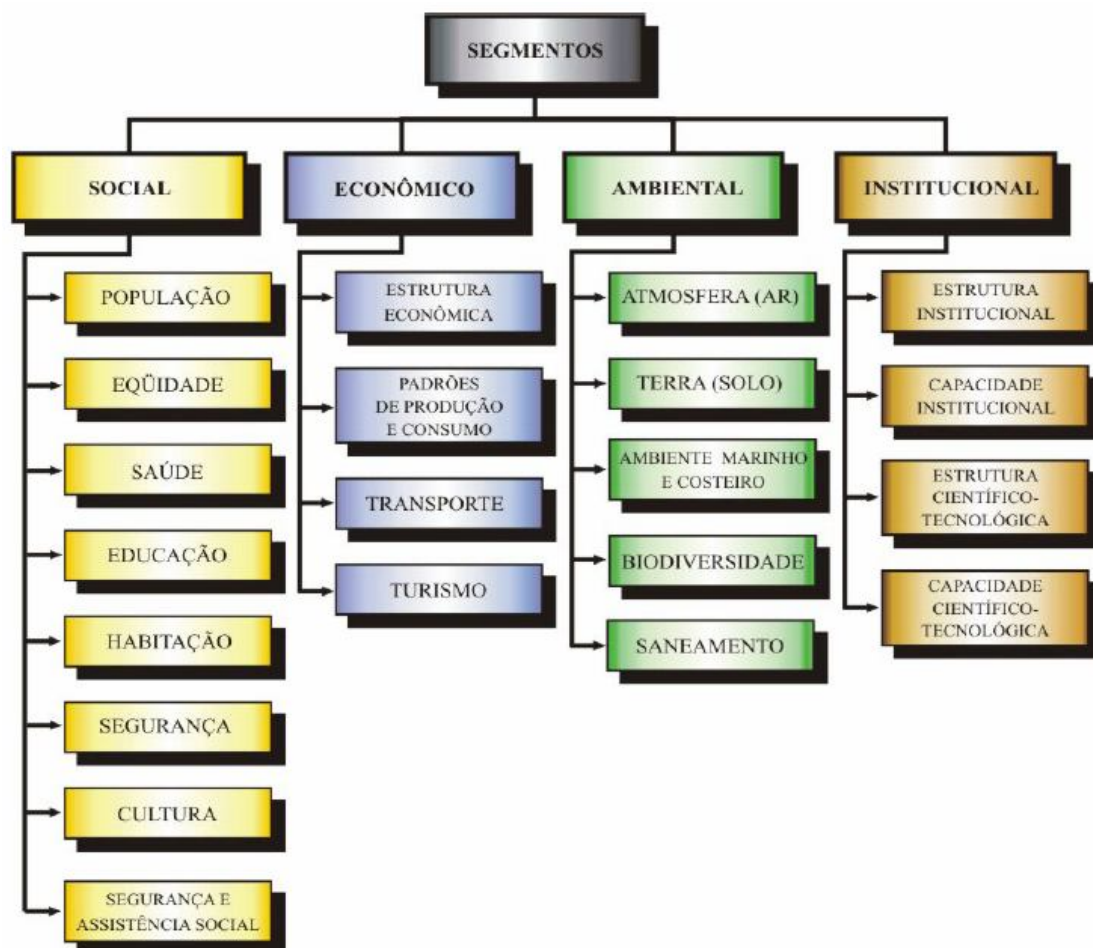


Figura 2 – Organograma dos segmentos do desenvolvimento sustentável e seus setores.
Fonte: Kieckhöfer, 2005, p. 96.

O segmento social dos indicadores de desenvolvimento sustentável diz respeito à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Esse segmento abrange os setores: (a) população; (b) equidade; (c) habitação; (d) saúde; (e) educação; (f) cultura; (g) segurança e assistência social.

O segmento econômico trata do desempenho macroeconômico e financeiro e dos impactos no consumo de recursos materiais e uso de energia primária. Concentra-se na eficiência dos processos produtivos e nas alterações das estruturas de consumo. São contemplados os seguintes setores: (a) estrutura econômica; (b) padrões de produção e consumo; (c) transporte e turismo.

O segmento ambiental dos indicadores de desenvolvimento sustentável reflete o uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, com o objetivo de preservação e conservação para as gerações atuais e futuras e abrange os setores: (a) atmosfera (ar); (b) terra (solos); (c) ambiente marinho e costeiro; (d)

biodiversidade; (e) saneamento.

O segmento institucional diz respeito à orientação política, capacidade e esforço despendido para as mudanças requeridas com vistas a uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável, além das questões ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias. Relaciona-se com os seguintes setores: (a) estrutura institucional; (b) capacidade institucional; (c) estrutura científico-tecnológica; (d) capacidade científico-tecnológica (KIECKHÖFER, 2005).

Kieckhöfer (2005) também desenvolveu uma proposta para promover o desenvolvimento integrado e sustentável de municípios brasileiros. Entre os elementos dessa proposta está um modelo para a descrição dos municípios, apresentado na Figura 3. Os Segmentos Social, Econômico, Ambiental e Institucional, descritos em sua fundamentação teórica, passam a ser chamados, respectivamente, de (I) Demográfico e Sociocultural; (II) Econômico-Financeiro; (III) Ambiental e de Saneamento; e (IV) Político-Institucional. Para descrever o Município como um todo, são acrescentados os Segmentos (V) Físico-Geográfico, (VI) Científico-Tecnológico e (VII) Jurídico-Legal. Baseada nessa classificação universal, a autora propõe uma longa lista de indicadores. O objetivo é que cada município selecione um determinado conjunto de indicadores em função de sua realidade e necessidade e passe a incorporar tais informações em seu planejamento, gestão e monitoramento do desenvolvimento.

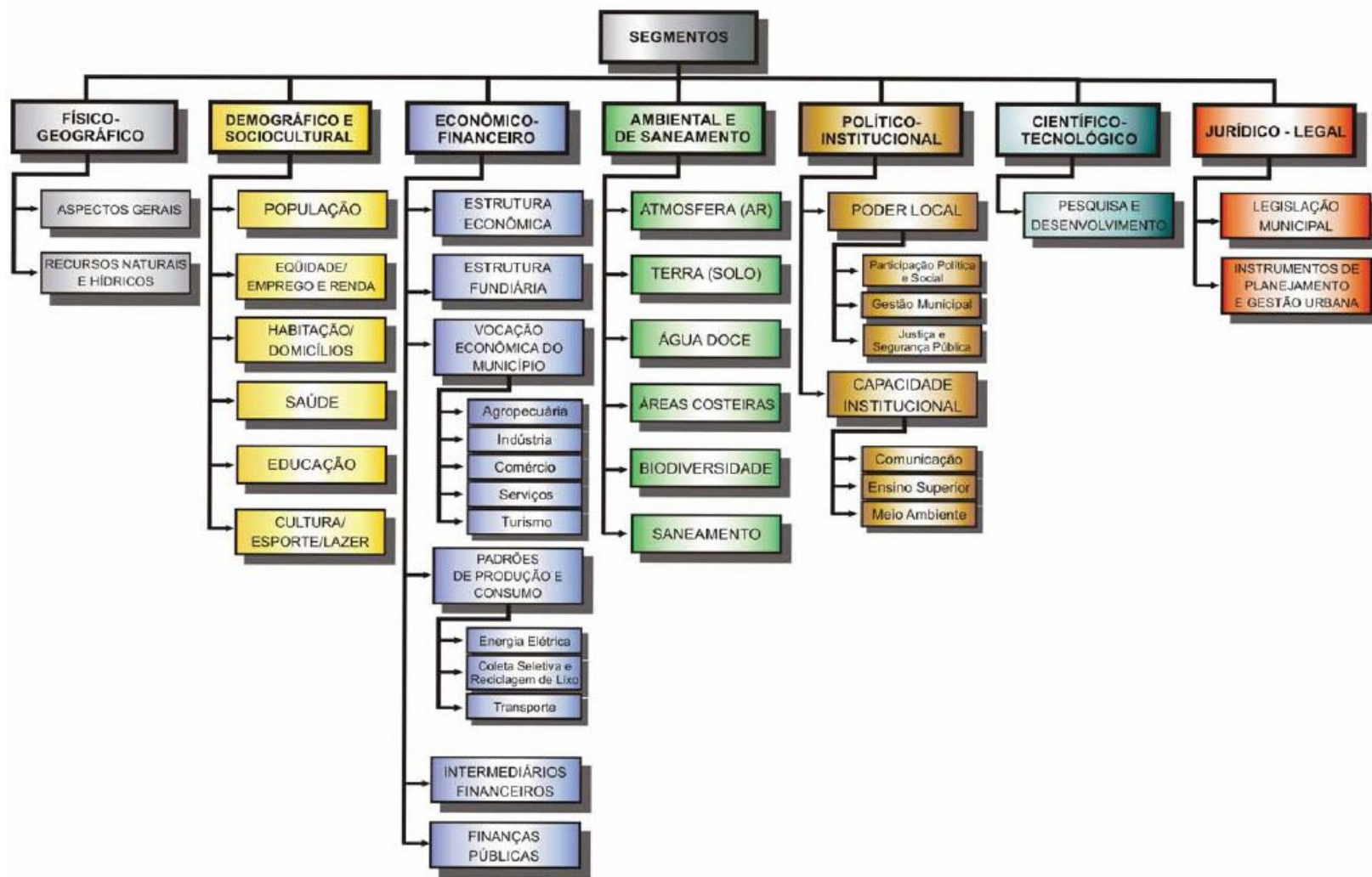


Figura 3 – Organograma dos segmentos da descrição dos municípios e seus setores.
Fonte: Kieckhöfer, 2005, p. 120.

Os indicadores propostos por Kieckhöfer (2005), em cada segmento, são:

I – Segmento Físico-Geográfico

a) Aspectos Gerais

- Toponímia (origem do nome do Município)
- Gentílico (como se chamam os munícipes)
- Colonização (origem dos colonizadores do Município)
- Município de Origem
- Região Administrativa
- Microrregião
- Divisão Político-Administrativa
- Situação Geográfica do Município: localização no Estado (região e distância da Capital), latitude e longitude, área (km²), altitude da sede e limites do Município
- Clima: temperaturas (máxima/mínima) e pluviometria

b) Recursos Naturais e Hídricos

- Fitoecológicos (cobertura vegetal)
- Unidades Geomorfológicas (relevos) e Solos
- Recursos Hídricos
- Sítios Arqueológicos

II - Segmento Demográfico e Sociocultural

a) Principais indicadores demográficos

- Taxa média geométrica anual de crescimento populacional
- Densidade demográfica ou populacional
- Taxa de urbanização
- Razão de sexo
- Taxa de fecundidade total
- Taxa bruta de natalidade
- Taxa bruta de mortalidade
- Participação nos grandes grupos populacionais
- Razão de dependência

b) Principais indicadores de equidade

- Taxa de desemprego
- Concentração de renda (índice de gini)

- Rendimento familiar *per capita*
 - Rendimento médio mensal por sexo e por cor ou raça
- c) Principal indicador de habitação
- Densidade inadequada de moradores por dormitório
- d) Principais indicadores de saúde
- Acesso à saúde:
 - Esperança de vida ao nascer
 - Taxa de mortalidade infantil
 - Prevalência de desnutrição total
 - Imunização contra doenças infecciosas infantis
 - Taxa de uso de métodos contraceptivos
 - Despesas públicas com saúde
- e) Principais indicadores de educação
- Escolaridade
 - Taxa de escolarização
 - Taxa de alfabetização
 - Taxa de analfabetismo funcional
 - Taxa de aprovação
 - Taxa de reprovação
 - Taxa de abandono
 - Taxa de repetência
 - Taxa de defasagem / idade-série
 - Despesas públicas com educação
- f) Principais indicadores de cultura
- Coeficiente de recursos culturais/esportivos/ de lazer
 - Bibliotecas públicas e usuários
 - Teatros, museus e centros culturais
- g) Principais indicadores de segurança e assistência social
- Índice de criminalidade
 - Coeficiente de mortalidade por homicídio
 - Condenados em processos-crime menores de 18 anos
 - Reclusos
 - Beneficiários ativos de todos os regimes e pensionistas

III – Segmento econômico-financeiro

a) Principais indicadores de estrutura econômica

- Produto interno bruto *per capita*
- Taxa de investimento
- Balança comercial
- Grau de endividamento

b) Estrutura fundiária

- Classes de área total
- Categoria do imóvel
- Área total e distribuição das áreas exploráveis no município
- Valor do imposto predial e territorial urbano (iptu)
- Valor do imposto territorial rural (itr)

c) Vocações econômicas do município

- Atividades prioritárias para financiamentos pelos bancos
- o agropecuária
 - Lavoura
 - Extração vegetal
 - Pecuária
- o Indústria
 - Estabelecimentos industriais
 - Indústria de transformação, por gênero de atividade
- o Comércio
 - Estabelecimentos comerciais, por setor
 - Comércio varejista, por gênero de atividades
- o Serviços
 - Estabelecimentos de serviços
- o Turismo
 - Intensidade turística
 - Taxa de ocupação da rede hoteleira (%) e permanência média em hotéis (dias)

d) Principais indicadores de padrões de produção e consumo

- Consumo de energia *per capita*
- Coleta seletiva do lixo

- Reciclagem
 - Intensidade da frota automobilística
 - Estrutura do sistema viário e ferroviário
- e) Principais indicadores de intermediários financeiros
- Operações bancárias
 - Contratos e financiamentos concedidos por bancos de desenvolvimento
- f) Principais indicadores das finanças públicas
- Participação dos municípios no ICMS
 - Transferências constitucionais *per capita*

IV – Segmento ambiental e de saneamento

- a) Principais indicadores ambientais - atmosfera
- Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas
- b) Principais indicadores ambientais - terra
- Terras aráveis
 - Uso de fertilizantes
 - Uso de agrotóxicos
 - Área remanescente e desflorestamento na mata atlântica e nas formações vegetais litorâneas
 - Queimadas e incêndios florestais
- c) Principais indicadores ambientais – água doce
- Qualidade da água para consumo humano
 - Eficiência dos sistemas de abastecimento de água
- d) Principais indicadores ambientais – áreas costeiras
- População residente em áreas costeiras
 - Produção de pesca marítima e continental
- e) Principais indicadores da biodiversidade
- Áreas protegidas
 - Espécies extintas e ameaçadas de extinção
- f) Principais indicadores de saneamento
- Acesso ao sistema de abastecimento de água
 - Acesso ao esgotamento sanitário
 - Acesso ao serviço de coleta de lixo doméstico

- Destinação final do lixo

V – Segmento político-institucional

Poder local

- a) Principais indicadores de participação política e social
 - Taxa de comparecimento às eleições municipais
 - Número de entidades, sindicatos e conselhos municipais
- b) Principais indicadores da gestão municipal
 - Poder Executivo Municipal – Mês/Ano: órgão e número de servidores (Assessoria Jurídica; Gabinete do Prefeito; Secretarias de Educação, Saúde, Ação Social, Finanças, Obras; e Vice-Prefeito).
 - Poder Legislativo Municipal – Mês/Ano: categoria e números (vereadores e servidores). Recursos para a Gestão Municipal
- c) Principais indicadores de segurança pública
 - Índice de Criminalidade
 - Coeficiente de Mortalidade por Homicídios
 - Condenados em Processo-Crime Menores de 18 Anos de Idade
 - Reclusos

Capacidade institucional

- a) Principais indicadores de capacidade institucional na área de comunicação
 - Acesso às redes de comunicação
 - Acesso à informação escrita
- b) Principais indicadores de capacidade institucional na área do ensino superior
 - Gasto público com proteção e educação ambiental
 - Emprego na área do meio ambiente
 - Participação de organizações não governamentais ambientais
 - Agendas 21 locais
 - Sistema de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental

VI – Segmento científico-tecnológico

- a) Principais indicadores de pesquisa e desenvolvimento (P&D)
 - Empresas municipais que desenvolvem pesquisa
 - Convênios municipais na área de P&D

- Centros de estudos e pesquisa
- Gastos com P&D

VI – Segmento jurídico-legal

a) Legislação municipal

- Lei orgânica
- Plano de governo
- Plano plurianual de investimentos (PPA)
- Lei de diretrizes orçamentárias (LDO)
- Lei do orçamento anual (LOA)

b) Instrumentos de planejamento municipal e gestão urbana

- Plano diretor
- Lei do perímetro urbano
- Lei do parcelamento do solo
- Lei do zoneamento
- Legislação sobre áreas de interesse especial
- Legislação sobre áreas de interesse social
- Código de obras
- Código de posturas
- Código de vigilância sanitária
- Código tributário municipal
- Lei do solo criado
- IPTU progressivo
- Operações interligadas
- Operações urbanas consorciadas
- Transferência de potencial construtivo
- Plano estratégico do município

Kieckhöfer (2005) afirma que a utilização desses indicadores deve ocorrer de forma integrada e sistêmica, o que é considerado pela autora um processo altamente complexo. O diagrama da Figura 4 apresenta essa perspectiva sistêmica do desenvolvimento integrado e sustentado. Outra observação importante é que um sistema desse tipo requer uma grande quantidade de informações precisas e atualizadas, o que raramente ocorre nos municípios brasileiros.

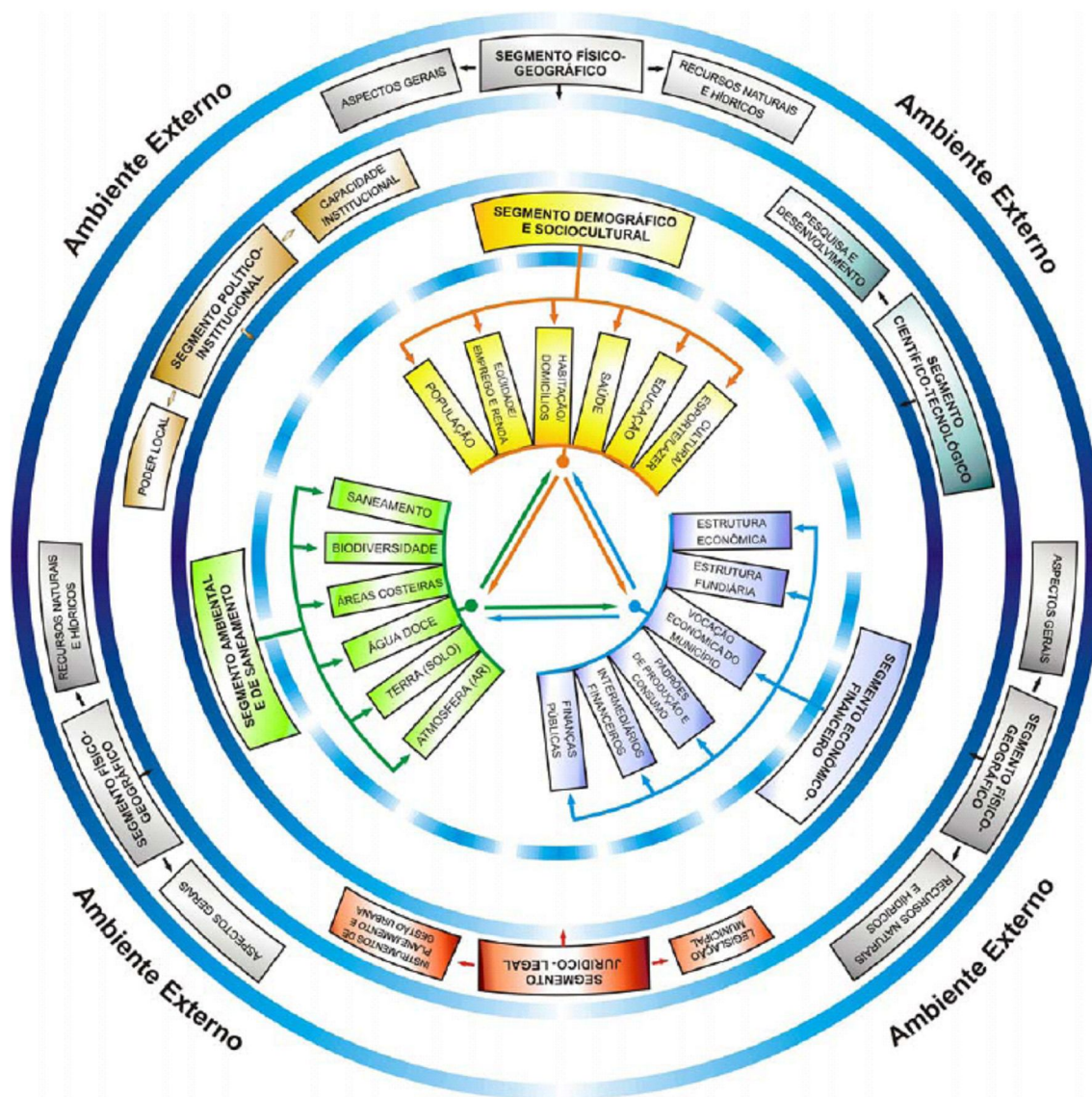


Figura 4 – Diagrama do desenvolvimento integrado e sustentável e visão sistêmica dos segmentos e setores

Fonte: Kieckhöfer, 2005, p. 146.

Daly (1992) e Bossel (1999) defendem que cada um dos segmentos do desenvolvimento sustentável é um sistema não-linear, complexo, auto-organizado e longe do equilíbrio. Além disso, deve-se considerar que a sustentabilidade de cada segmento, com seus reflexos, influencia a sustentabilidade do sistema como um todo. Dessa forma, o município deve planejar o aumento da capacidade econômica respeitando a sustentabilidade ecológica e atendendo as aspirações de bem estar da população.

É importante lembrar que a discussão de indicadores de sustentabilidade deve considerar que julgamentos de valor estão sempre presentes nos sistemas de

avaliação, nos diferentes níveis e dimensões existentes. Para Van Bellen (2002), esses julgamentos de valor dentro do contexto do desenvolvimento sustentável podem ser implícitos ou explícitos.

Julgamentos de valor explícitos são aqueles tomados conscientemente e compreendem uma parte fundamental do processo de criação de indicadores, mas os valores implícitos também estão incluídos neste processo. Os julgamentos de valor explícitos podem aparecer da seguinte maneira na utilização dos indicadores:

- Diretamente no processo de observação ou medição, como, por exemplo, por meio de preferências estéticas.
- Adicionado à medida observada, por meio da limitação imposta pelos padrões legais ou metas desejáveis.
- Por meio dos pesos atribuídos a diferentes indicadores dentro de um sistema agregado.

Os julgamentos de valor implícitos decorrem de aspectos que não são facilmente observáveis e que são, na sua maioria, inconscientes e relacionados a características pessoais e de uma determinada sociedade (cultura). A mensuração da influência dos fatores implícitos é difícil de avaliar e afeta de qualquer maneira no processo de formulação dos indicadores (VAN BELLEN, 2002, p. 34).

O conteúdo do próximo item concentra-se nas teorias do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, as quais servirão de base para as conclusões relativas aos objetivos de pesquisa propostos.

2.4 TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS

Ramos (1989) propõe, por meio da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, uma crítica às Ciências Sociais e à Teoria da Organização, em particular, por calcarem seus pressupostos exclusivamente na racionalidade instrumental dominante no ocidente. O autor lembra que a razão, no sentido antigo, referia-se a uma força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, o falso e o verdadeiro, e assim ordenar sua vida pessoal e social. Já a razão moderna, articulada e sistematizada por Hobbess (1974), é definida como a capacidade que o indivíduo adquire pelo esforço e que o habilita a fazer o cálculo utilitário de conseqüências.

Weber (2004a) classificou de *Zweckrationalität*, ou seja, racionalidade formal, a razão calculista ou utilitarista predominante, por exemplo, nas relações econômicas do sistema de mercado da sociedade capitalista. Por outro lado,

chamou de *Wertrationalität*, que significa racionalidade substantiva, a razão baseada em convicção e valores, a qual pressupõe um fim em si mesma, independentemente de suas expectativas de sucesso.

Mannheim (1972) complementou esses estudos sobre racionalidades, refinando seus conceitos. O autor recorreu aos adjetivos “funcional” e “substancial” para explicar tais racionalidades. Ou seja, a racionalidade funcional é caracterizada quando é orientada para atingir um objetivo predeterminado. Por outro lado, a racionalidade substancial pressupõe um ato intrinsecamente inteligente e que deriva do conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos, estando estreitamente relacionada com a preocupação em resguardar a liberdade. Ainda segundo esse autor, a industrialização tem desenvolvido a racionalidade funcional e que isso pode diminuir a capacidade média de racionalização substancial.

Kalberg (1980) ressalta a existência de duas racionalidades adicionais à formal e à substantiva, nas publicações weberianas. São elas as racionalidades Prática e Teórica. O modo de vida que vê e julga a realidade com base em interesses puramente pragmáticos e egoístas caracteriza a racionalidade prática. Ao invés, por exemplo, de tentar manipular determinadas rotinas da vida cotidiana segundo padrões de ações, a racionalidade prática implica em aceitar dada realidade e calcular os melhores meios para lidar com as dificuldades que ela apresenta. Dessa forma, a racionalidade prática se opõe a todas as orientações que implicam questões transcendentais ou metafísicas, sejam elas religiosas, utópicas ou abstratas. A racionalidade Teórica, diferentemente da Prática, não implica em ação. Trata-se de um tipo de racionalidade que envolve a capacidade consciente de lidar com a realidade através da construção de conceitos abstratos. Portanto, todos os processos de abstração cognitiva envolvem a racionalidade Teórica.

Baseado nos conceitos de racionalidade formal e substantiva de Weber (2004a) e Mannheim (1972), Ramos (1989) construiu um modelo de análise e planejamento dos sistemas sociais, o qual caracteriza a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. A racionalidade referente a fins é chamada pelo autor de formal ou instrumental e a racionalidade referente a valores é tratada como substantiva.

Criticando os modelos dos economistas clássicos os quais extrapolam a representatividade do sistema de mercado na vida humana associada, Ramos (1989) introduz o paradigma Paraeconômico, onde o mercado representa somente um dos enclaves de uma realidade social multicêntrica. A Figura 5 apresenta a

sistematização dos enclaves sociais existentes, segundo o paradigma Paraeconômico. Esse paradigma envolve categorias (em grifo) as quais assumem tipos ideais, no sentido weberiano, e considera que no mundo concreto só existem sistemas sociais mistos.

Conforme o eixo horizontal da Figura 5, as orientações individual e comunitária representam as variedades de padrões de relações interpessoais. Ao considerar o lado da Orientação Comunitária, o homem assume uma característica predominantemente sociomórfica. O lado da Orientação Individual representa a possibilidade de plena independência e auto-realização, podendo ocorrer em pequenos ambientes exclusivos ou em comunidades de tamanho regular. Nesses lugares alternativos é possível uma verdadeira escolha pessoal, livre de imposições de orientação coletiva. No alto do eixo vertical está representada a Prescrição, caracterizando o fenômeno da superorganização tão valorizado no ambiente econômico do trabalho, e, no lado inferior, a Ausência de Normas, que demonstra o ambiente livre para a criatividade e despersonalização.

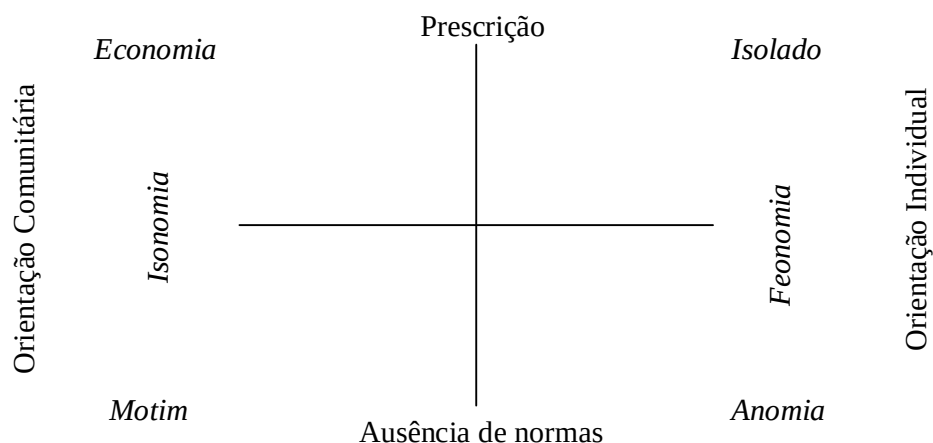


Figura 5 – O paradigma Paraeconômico
Fonte: Ramos, 1989, p. 141.

As categorias delimitadoras das relações sociais são conceituadas por Ramos (1989) como segue:

- **Anomia**: representa uma situação estanque, onde o indivíduo subsiste à margem do sistema social. Desprovidos de normas e compromissos, sem senso de relacionamento social e incapazes de modelar sua vida de acordo com um projeto pessoal, os indivíduos

que idealizam esta categoria são criminosos, drogados, ébrios, mendigos, indigentes e mentalmente insanos.

- **Motim:** refere-se às coletividades desprovidas de normas e sem senso de ordem social. O motim pode perturbar uma sociedade, cujos membros, perderam a noção do seu significado e representatividade.
- **Economia:** representa o contexto organizacional altamente ordenado com foco na produção de bens e serviços. Nessa categoria, onde se caracteriza o sistema de mercado, predominam as sociedades capitalistas, as quais prescrevem o comportamento administrativo aos indivíduos que por ela transitam.
- **Isolado:** ao contrário do indivíduo anômico, que vive alheio às normas, o indivíduo isolado, na forma ideal, está excessivamente envolvido com uma norma que para ele é única. Não necessariamente são casos clínicos de paranóia ou obsessão. Algumas vezes são empregados não participantes e cidadãos que escondem dos outros suas convicções pessoais.
- **Fenonomia:** caracteriza um sistema social de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite aos seus membros o máximo de opção pessoal e o mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais. Nessa categoria podem transitar artesãos, escritores, artistas, inventores etc. Para esses indivíduos as relações econômicas são incidentais, pois suas obras são automotivadas.
- **Isonomia:** representa o contexto onde todos são iguais; contudo permite a auto-realização dos seus membros, independentemente de prescrições impostas. Os indivíduos são livremente associados e desempenham atividades compensadoras em si mesmas, as quais são consideradas vocações e não empregos. Esse contexto não diferencia níveis hierárquicos e a autoridade é atribuída pela deliberação de todos. Esta categoria pressupõe a predominância das relações primárias, pois os relacionamentos secundários e

terciários a transformariam em uma democracia, oligarquia ou burocracia. A tentativa de ambientes isonômicos pode ser encontrada em associações de pais e mestres, associações comunitárias, associações artísticas e religiosas, enfim, em grupos nos quais as pessoas busquem estilos de vida que transcendam os padrões normativos que dominam a sociedade como um todo.

2.4.1 Teoria Formal da Vida Humana Associada

O conceito weberiano de racionalidade referente a fins serviu de referência para que Ramos (1989) construísse a Teoria formal da vida humana associada. A razão calculista e utilitarista proposta por Hobbes transformou-se no principal componente do *ethos* de mercado. Essa racionalidade econômica passou a ser quase que exclusivamente explorada por sociólogos, economistas e administradores, como pressuposto aos fenômenos sociais pesquisados (RAMOS, 1989).

A racionalidade formal incrustou no sistema de mercado a síndrome comportamentalista, onde predominam a fluidez da individualidade ou despersonalização, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo. Dessa forma, foi instaurada uma política cognitiva que caracteriza a psicologia da sociedade centrada no mercado. Em outras palavras, iniciou-se o uso consciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses específicos dos agentes de tal distorção. Esse processo, conseqüentemente, criou uma visão paroquial da natureza humana, onde o indivíduo é reconhecido socialmente como um detentor de determinado emprego (RAMOS, 1989).

A Teoria Formal da Vida Humana Associada congrega os seguintes elementos:

- I. Os critérios para ordenação das associações humanas têm enfoque exclusivamente sociais;
- II. O sistema econômico auto-regulado é condição fundamental da ordem social;

- III. O conceito de valor é dissociado dos fatos e não é considerado no estudo científico das associações humanas;
- IV. A história é compreendida através de uma série de determinados estados empírico-temporais;
- V. O paradigma teórico dominante está calcado na ciência natural, para a focalização adequada de todos os temas que envolvem a realidade (RAMOS, 1989).

2.4.2 Teoria Substantiva da Vida Humana Associada

Para Ramos (1989), Weber preferiu não aprofundar seus estudos sobre a racionalidade substantiva e limitou-se a descrever a burocracia como empenhada em funções racionais, com contexto específico de uma sociedade capitalista centrada no mercado e cuja racionalidade é funcional e não substantiva. Ainda segundo o mesmo autor, a pesquisa de Weber teria tomado um rumo completamente diferente, caso o economista tivesse confrontado a existência dos valores implícitos na racionalidade substantiva. Não o fez, para preservar seu forte sentimento pessoal de finitude dos conceitos científicos em comparação com a corrente multiforme da realidade.

O filósofo e advogado Polanyi (1980) foi o fundador da teoria econômica substantiva. Ele afirma que os conceitos formais, oriundos da dinâmica de mercado, são válidos, na melhor das hipóteses, como instrumentos gerais de análise e formulação dos sistemas sociais numa economia capitalista, enquanto o mercado esteja em um período relativamente livre de regulação política. O autor defende que a economia sempre esteve “engastada” na sociedade e que a sociedade capitalista deve ser considerada um caso excepcional e não um padrão para avaliar a história econômica. Antes da sociedade de mercado, existiam sociedades não-mercantis e as economias funcionavam no sentido substantivo.

Os aspectos básicos da Teoria Substantiva da Vida Humana Associada, segundo Ramos (1989), são os seguintes:

- I. Os critérios para ordenação das associações humanas são evidentes por si mesmo ao senso comum individual e são considerados racionais, independentemente de qualquer processo de socialização.
- II. A regulação política da economia é condição fundamental da ordem social.
- III. Não há dicotomia entre valores e fatos e sua distinção produz uma análise defectiva tanto na teoria quanto na prática.
- IV. A história torna-se significativa para o homem por meio do método paradigmático e não através de categorias serialistas de pensamento.
- V. O estudo científico adequado das relações humanas é distinto e mais abrangente do que a ciência dos fenômenos naturais, além disso, constitui um tipo de investigação em si mesmo (RAMOS, 1989).

2.4.3 Lei dos requisitos adequados

Segundo Ramos (1989), a sociedade multicêntrica é um empreendimento intencional que deve envolver a formulação de diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários adequados ao desenvolvimento pessoal, aos relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias. A Lei dos requisitos adequados pressupõe que a diversidade de sistemas sociais é qualificação social sensível às necessidades básicas de atualização dos seus membros e que cada um desses sistemas sociais determina seus próprios requisitos de planejamento. O autor apresenta algumas dimensões principais dos sistemas sociais como: tecnologia, tamanho, espaço, cognição e tempo, com o propósito de formular afirmações hipotéticas e impressionistas desses tópicos, uma vez que estava no estágio inicial de sua pesquisa. Seguem alguns comentários sobre cada uma das dimensões abordadas pelo autor.

Ramos (1989) afirma que a tecnologia vem sendo amplamente estudada pelos especialistas da organização convencional e que o planejador deve analisar a harmonia entre os objetivos específicos do sistema social e a tecnologia adotada

pelo mesmo. Dessa forma, busca-se verificar se a tecnologia propicia ou dificulta a consecução das metas.

O autor defende que cada cenário social exige limites mínimos e máximos de tamanho de forma a satisfazer eficazmente às necessidades de seus membros. Os limites de tamanho de um cenário social devem ser estabelecidos de acordo com o seu próprio contexto e forma. Além disso, embora a tecnologia de comunicação tenha ampliado a interação das pessoas de uma comunidade de interesse, a intensidade das relações diretas entre os membros de um determinado cenário social tende a declinar na proporção direta do seu aumento de tamanho.

Segundo Ramos (1989), a dimensão espaço tem papel importante na vida humana associada, pois influencia e pode até moldar a vida das pessoas. A diminuição dos espaços para o convívio pessoal, por exemplo, é um fenômeno que tem sua origem na revolução industrial. Os espaços em que vivemos, conforme o autor, podem nutrir ou dificultar o nosso desenvolvimento psíquico. Portanto, o planejamento espacial precisa ser sistemático, contar com as indispensáveis contribuições de antropólogos e sociólogos e, ainda, considerar todos os enclaves sociais existentes e suas necessidades específicas.

Ramos (1989) afirma que os interesses dominantes de cada sistema social podem ser classificados em sistemas cognitivos específicos. Um sistema cognitivo é essencialmente funcional quando o seu interesse dominante é a produção; é predominantemente político quando o bem estar social é o interesse principal; é personalístico quando o interesse dominante é o desenvolvimento do conhecimento pessoal. Considerando o paradigma Paraeconômico, embora os sistemas cognitivos existam simultaneamente em determinado cenário social, o sistema cognitivo funcional predomina nas economias, o sistema cognitivo político nas isonomias e o personalístico nas fenonomias. Finalmente, o autor conclui que é preciso um esforço no planejamento de sistemas isonômicos e fenonômicos para que sejam atendidos os interesses cognitivos desses cenários sociais, uma vez que o sistema de mercado tende a invalidar tais dimensões cognitivas.

Para Ramos (1989), o tempo tem sido um tema explorado com predomínio pelas teorias convencionais da organização. Taylor e seus associados foram os primeiros a estudar os tempos e movimentos, constituindo um referencial para a administração científica. Contudo, poucos são as pesquisas e o reconhecimento das dimensões temporais inerentes aos sistemas sociais fora do enclave econômico.

Nas economias prevalece o tempo serial e monocrônico, induzindo os indivíduos a buscar a realização de uma atividade de cada vez. Todavia, o exercício da criatividade e da convivência social, por exemplo, demanda o policronismo e a não quantificação do tempo para o real aproveitamento da vida pessoal. Dessa forma, o ambiente temporal das fenomenias e isonomias sugerem uma agenda existencial sem sincronia com às exigências dominantes do sistema de mercado.

Os conceitos e teorias da escola weberiana baseiam intensamente as teorias de Alberto Guerreiro Ramos. Contudo, faz-se necessário acrescentar a teoria sobre ação social de Weber (2004a), para tornar ainda mais clara e completa a análise deste estudo de caso.

2.5 AÇÃO SOCIAL

Weber (2004a) define a ação social como a ação orientada pelo comportamento de outros, seja este no passado, presente ou esperado no futuro. O autor considera “outros” tanto indivíduos conhecidos quanto uma multiplicidade de pessoas totalmente desconhecidas. Embora esse conceito tenha certa fluidez, o o comportamento religioso ou a ação condicionada pela massa não são considerados ação social. No primeiro caso porque se trata de contemplação, oração solitária, etc., ou seja, um comportamento interno e, no segundo exemplo, por não haver sentido entre o comportamento do indivíduo e o fato de ele fazer parte de uma massa. Já a atividade econômica de um indivíduo caracteriza-se por ação social por levar em conta o comportamento de terceiros

A ação social pode ser determinada: (1) de modo racional referente a fins; (2) de modo racional referente a valores; (3) de modo afetivo ou emocional; e (4) de modo tradicional. Embora só muito raramente uma ação social oriente-se de uma única maneira, os tipos puros de ação social teriam as características descritas como se segue.

O indivíduo age de maneira racional referente a fins quando tem expectativas em relação a terceiros consideradas “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, os quais são perseguidos racionalmente. Portanto, essa modalidade de ação social utiliza a racionalidade formal.

Age de forma puramente referente a valores quem, ignorando as conseqüências, age exclusivamente segundo suas convicções. São elas que norteiam o dever, a beleza, a dignidade, a piedade ou a importância de uma “causa” seja qual for. Essa modalidade de ação social é, então, determinada pela racionalidade substantiva já descrita anteriormente.

A ação afetiva ocorre quando o indivíduo age para satisfazer sua necessidade de vingança, gozo, entrega, felicidade ou descarga de afeto. Weber (2004a, p.15) assim descreve a ação afetiva: “trata-se de *sublimação* quando a ação afetivamente condicionada aparece como descarga *consciente* do estado emocional: nesse caso encontra-se geralmente (mas nem sempre) no caminho para a “racionalização” em termos valorativos ou para a ação referente a fins, ou para ambas”.

A ação cujo comportamento configura-se como tradicional considera um costume arraigado. Frequentemente não passa de uma reação mecânica a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada.

Características antropológicas dos indivíduos			
Tipos de Ação Social	Processos mentais Envolvidos	Tipos de Racionalidade	Padrões conscientes de ação racional
Não racional			
• Tradicional	Não racional	-----	Não
• Afetiva	Não racional	-----	Não
Racional			
• Referente a valores	Subordinação da realidade a valores	Substantiva	Sim
• Referente a fins	Cálculo utilitário dos fins	Formal, Prática	Sim Sim
*	Vários processos abstratos	Teórica	Sim

* Ação racional pode ser produzida indiretamente

Quadro 1 – Características antropológicas dos indivíduos e os padrões conscientes de ação racional
Fonte: Kalberg, 1980, p. 1161,

O Quadro 1 apresenta as características antropológicas dos indivíduos e os padrões conscientes de ação racional. Kalberg (1980) realizou uma profunda análise das diferentes racionalidades e ações sociais propostas por Max Weber e seus respectivos processos mentais envolvidos. Dessa forma, o autor considera que os processos mentais constituem categorias de análises comuns aos tipos de racionalidades e ações sociais, originando ou não padrões de ação racional conscientes.

No próximo item, são apresentadas as relações que podem ser extraídas a partir da análise interativa das teorias deste capítulo. Dessa forma, justifica-se a escolha dos autores e conteúdos presentes nesta fundamentação teórica.

2.6 RELAÇÕES ENTRE AS TEORIAS APRESENTADAS

Foi mencionada, ainda na introdução, a diferença fundamental entre a ferramenta de planejamento estratégico, idealizada para organizações, e da sua versão para municípios. A racionalidade predominantemente utilizada nas formulações estratégicas de uma organização do sistema de mercado é referente a fins, assim como são as suas ações sociais no sentido weberiano. Conforme atestam Rezende e Castor (2006), outros valores são considerados além dos típicos da racionalidade econômica no planejamento de um município. Portanto, espera-se que as ações sociais que se desdobrem a partir de um PEM, sejam orientadas por múltiplas racionalidades. Quando isso não ocorre, justificam-se as críticas de Vainer (2000) na utilização das analogias de cidade-mercadoria e cidade-empresa, por exemplo, e a de Arantes (2000, p.27) descrevendo o PEM como “uma fábrica de consenso em torno do crescimento a qualquer preço”.

De fato, as metodologias de PEM existentes ainda não são conclusivas quanto às formas de lidar com as ações sociais referentes a valores, pois persistem os mecanismos de acompanhamento e avaliação ancorados na racionalidade do sistema de mercado. Serva (1997, p. 37), após ter pesquisado a intensidade da racionalidade substantiva em organizações, concluiu: “Assim sendo, outras formas de ordenação social e de produção podem ser encontradas atualmente, exigindo para a sua análise outros instrumentos de interpretação e também referenciais alternativos à lógica utilitarista”. O próprio Ramos (1989) ressalva que os instrumentos adequados ainda estão em construção. De qualquer forma, este estudo de caso pretende verificar se o PEM pode ser considerado uma tecnologia capaz de orientar ações em múltiplos enclaves sociais, preservando a delimitação de cada sistema representativo da vida humana associada.

Se os estudos sobre o desenvolvimento sustentável, descritos no item 2.2, forem analisados à luz Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais, torna-se

possível tecer alguns comentários sobre as principais relações entre as teorias em questão. Boa parte das idéias e conceitos ligados ao Desenvolvimento Sustentável concentra-se na premissa implícita de que o crescimento econômico deve atender às necessidades das atuais e futuras gerações, considerando as múltiplas dimensões do desenvolvimento. Ramos (1989) afirma que as necessidades individuais do ser humano não são garantidas pelo exercício do emprego em organizações com fins econômicos. Para o sociólogo brasileiro deve haver distinção entre os “valores humanos” e os “valores econômicos”, ou seja, a sociedade de mercado não é voltada ao atendimento dos desejos e necessidades individuais do ser humano. A questão aqui não é avaliar o mérito do crescimento econômico para a sociedade, mas sim destacar que a relação direta entre crescimento econômico e satisfação das necessidades humanas é um pressuposto frágil.

Sobre a preocupação com a finitude dos recursos, Ramos (1989) alega que existe uma deformada compreensão predominante em favor do crescimento zero, admitindo a bancarrota da presente configuração do sistema de mercado. O autor explica que o fato de o sistema de mercado demandar primordialmente recursos não renováveis pode levar os mesmos à exaustão. Contudo, do ponto de vista paraeconômico, os recursos são infinitos e não há limites ao crescimento, pois há abundância de recursos e capacidade produtiva substantiva ociosa. Um sadio conceito de recurso inclui mais do que o mercado se inclina a definir, ou seja, inclui dimensões ecológicas e psíquicas, para as quais a epistemologia inerente a lei clássica de oferta e de procura não tem sensibilidade.

Também se destaca a presença da racionalidade referente a valores – mesmo sem usar essa terminologia – nas iniciativas dos precursores e ativistas do movimento pela sustentabilidade. Muitas das dificuldades relacionadas à sustentabilidade são atribuídas aos diferentes sistemas cognitivos imanentes aos múltiplos cenários sociais envolvidos.

Um bom exemplo disso é a constatação de Barbieri (1997) de que boa parte dos compromissos firmados na Agenda 21 não foi consolidada porque muitos chefes de governo apoiaram propostas e acordos exclusivamente por pressão da opinião pública. Se a formulação de políticas de caráter substantivo for realizada por agentes cujo sistema cognitivo é orientado pela racionalidade formal, esse conflito tenderá a obstar o sucesso dessas políticas. A mesma análise se aplica aos modelos teóricos sobre indicadores de sustentabilidade. Segundo Ramos (1989), as abordagens e

métodos quantitativos não são os instrumentos adequados para formular ou avaliar formulações políticas orientadas pela racionalidade substantiva. Para o autor, existem duas qualificações essenciais do paradigma paraeconômico relativas à análise política:

“Primeiro, admite que os métodos quantitativos têm a mais alta probabilidade de ser úteis no estudo de políticas ecologicamente sadias e/ou satisfatórias de maximização de lucro; contudo, esse aspecto é visto como uma área restrita de interesse, no domínio da ciência política. Segundo, afirma que há políticas normativas e substantivas de alocação que são indispensáveis, se desejamos elevar o status qualitativo do sistema social em dimensão macro. Em outras palavras, a utilização de modelos convencionais de política tem que ser compatível com a lei da adequação de requisitos” (RAMOS, 1989, p.182).

Outra análise importante que pode ser feita a partir das teorias de Ramos (1989) é que a caracterização do bem estar social não pode assumir um caráter definitivo. Isso seria assumir que o ser humano tenha necessidades imutáveis de auto-realização e reduzi-lo a perspectiva sociomorfa e histórica de sua existência. Para o autor, não é possível interpretar a dicotomia entre desenvolvido e subdesenvolvido como um julgamento ético, histórico, pois, de fato, essa dicotomia existe mais no sentimento que as pessoas têm de relativa satisfação ou privação, do que nas possibilidades concretas dos seus contextos.

Os pressupostos do paradigma paraeconômico são convergentes aos princípios basilares dos estudos sobre sustentabilidade. O que Ramos (1989) chamou de sociedade multicêntrica, por exemplo, converge com os conceitos das múltiplas dimensões consideradas no desenvolvimento sustentável. Além disso, ele propõe que essa sociedade multicêntrica, ou seja, aquela não centrada exclusivamente no mercado, deve envolver planejamento para se consolidar e convergir iniciativas públicas e privadas.

A Lei dos requisitos adequados, proposta por Ramos (1989), sugere a importância de considerar questões relativas à tecnologia, tamanho, espaço, cognição e tempo na análise dos diferentes sistemas sociais. No que tange a tecnologia, por exemplo, o PEM está sendo considerado por este estudo como um instrumento para cumprir metas de desenvolvimento sustentável. O tamanho de um cenário social também é um aspecto amplamente abordado pelos desafios da sustentabilidade nos municípios, frente ao crescimento populacional desordenado. Os espaços urbanos e suas idiossincrasias modernas têm importante papel no PEM e no desenvolvimento sustentável municipal, tanto nos ambientes construídos

quanto nos naturais. As peculiaridades dos diferentes sistemas cognitivos são evidenciadas pelas tensões ambíguas existentes nas interações das dimensões da sustentabilidade. Finalmente, no desenvolvimento sustentável, o tempo não assume a mesma linearidade em todas as dimensões. A dinâmica temporal inerente à manutenção da biodiversidade, ou da plena satisfação e inclusão social não tem sincronia alguma com os tempos e movimentos turbulentos do sistema econômico. Portanto, o tempo também é um aspecto estratégico para o desenvolvimento sustentável, o qual requer o estabelecimento de longo horizonte de planejamento.

3 METODOLOGIA

A metodologia refere-se ao planejamento da pesquisa em sua visão mais ampla. Entre outros aspectos, delinear uma pesquisa significa também considerar o ambiente em que os dados serão coletados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas (GIL, 2002). Neste capítulo, a metodologia desta pesquisa é apresentada.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O problema de pesquisa deste estudo é definido pela seguinte pergunta: Qual é o papel do Planejamento Estratégico de Joinville, realizado em 2003, no Desenvolvimento Sustentável do município, no período janeiro de 2004 a dezembro de 2007?

3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

Não foram encontrados estudos teóricos e empíricos suficientemente robustos sobre as relações entre planejamento estratégico municipal, desenvolvimento sustentável e a teoria da delimitação dos sistemas. Dessa forma, optou-se pela formulação de perguntas de pesquisa, ao invés da proposição de hipóteses.

As perguntas respondidas nesta pesquisa são:

- a) Como ocorreu o processo de formulação do conteúdo do Planejamento Estratégico de Joinville, iniciado em maio e concluído em dezembro de 2003?
- b) Quais ações ocorridas na cidade de Joinville, entre 2004 e de 2007, tiveram relação com o PEJ?

- c) Houve influência das ações relacionadas ao PEJ no Desenvolvimento Sustentável de Joinville? Qual?

3.3 APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

É de fundamental importância a definição clara das variáveis ou categorias analíticas a serem utilizadas em um estudo científico, tanto de forma constitutiva, definindo seu significado lógico, como de forma operacional, apresentando a definição que será utilizada no estudo e as operações necessárias para medição ou manipulação (KERLINGER, 1980). A definição constitutiva e operacional das categorias analíticas envolvidas neste estudo é apresentada a seguir:

Planejamento Estratégico Municipal

DC: “O Planejamento Estratégico Municipal é um processo dinâmico e interativo para determinação dos objetivos, estratégias e ações do município e da prefeitura. [...] É uma forma participativa e contínua de pensar o município no presente e no futuro” (REZENDE e CASTOR, 2006).

DO: Nesta pesquisa, o Planejamento Estratégico de Joinville é estudado por meio de entrevistas semi-estruturadas, além de documentos como atas de reuniões, publicações e materiais institucionais.

Desenvolvimento Sustentável (DS)

DC: Desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas próprias necessidades, considerando as dimensões econômica, social, ecológica e institucional. (*WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, 1987).

DO: Nesta pesquisa, o Desenvolvimento Sustentável de Joinville é estudado tendo por base o período entre janeiro de 2004 e dezembro de 2007. Indicadores de desenvolvimento sustentável do município são apresentados, contribuindo na

triangulação dos dados obtidos nas entrevistas semi-estruturadas e nos registros, publicações e materiais institucionais.

3.3.1 Definição de outros termos relevantes

Ação social

DC: Ação orientada pelo comportamento de outros (WEBER, 2004a).

DO: Para os fins deste estudo são consideradas as ações sociais as quais tiveram relação com o PEJ. Essas ações são estudadas por meio de entrevistas semi-estruturadas, registros, publicações e materiais institucionais.

3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo Yin (2002), toda pesquisa empírica possui um projeto de pesquisa implícito, quando não explícito. A seqüência lógica que conecta os dados empíricos às questões iniciais do estudo e, conseqüentemente, às suas conclusões é chamada de delineamento de pesquisa. Este processo envolve a coleta, análise e interpretação dos dados.

Para atingir o objetivo geral e os objetivos específicos propostos deste trabalho, foi realizado um estudo de caso, cuja unidade de análise é o Planejamento Estratégico da cidade de Joinville, ocorrido em 2003. Yin (2002) considera o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que contempla a investigação de um fenômeno dentro de seu contexto real, principalmente quando os limites entre o contexto e o fenômeno não são claros.

Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como principal objetivo a descrição das características de um fenômeno. O processo de Planejamento Estratégico de Joinville, o qual ocorreu de maio a dezembro de 2003, e seus possíveis impactos do desenvolvimento sustentável do município compõem o

fenômeno a ser descrito nesta pesquisa. Portanto, esta pesquisa é de natureza descritiva e explicativa quanto aos seus objetivos.

3.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo é constituída pelo total de entidades que participaram do PEJ. Os dados foram coletados junto aos representantes de órgãos públicos e privados, os quais fizeram parte do conselho da cidade formado na ocasião do PEJ, em 2003. Desta forma, o número de entrevistados foi definido de forma não-probabilística e intencional. Baseando-se na experiência e conhecimentos do pesquisador, foram definidas as entidades mais adequadas para participarem da amostra.

Malhotra (2006) afirma que a abordagem não probabilística confia no julgamento pessoal do pesquisador, o qual pode deliberadamente definir os elementos a serem incluídos na amostra. Segundo ele, as amostras não-probabilísticas podem oferecer boas estimativas das características da população, contudo não permitem a projeção estatística dessas estimativas para a população. Considerando que o foco desta pesquisa é fornecer uma análise qualitativa, baseada na perspectiva dos entrevistados, a escolha pela amostragem não probabilística por julgamento é adequada para os fins deste estudo.

O chamado Conselho da Cidade foi formado por 73 das mais representativas entidades e órgãos do município e teve por objetivo analisar e validar o PEJ. Por serem considerados os principais *stakeholders* do PEJ, é com base nas ações dos mesmos que as análises desta pesquisa foram realizadas.

A amostra foi constituída por 13 entrevistados, os quais representam as seguintes entidades e órgãos participantes do Conselho da Cidade: Instituto para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IJ), Associação Empresarial de Joinville (ACIJ), Associação de Joinville e Região da Micro, Pequena e Média Empresa (AJORPEME), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão (SEPLAN), Secretaria Municipal de Educação, ONG Vida Verde, Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa

Catarina (UDESC), Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR), Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ), Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA), Secretaria da Integração e Desenvolvimento Econômico de Joinville (SIDE) e Associação de Turismo Eco Rural. Duas outras instituições convidadas não puderam ser incluídas nesta amostra pelo fato de os seus representantes alegarem a falta de disponibilidade para atender ao pesquisador.

3.6 COLETA DE DADOS

Segundo Yin (2002), a investigação de estudo de caso pressupõe a existência de muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Portanto, baseia-se em várias fontes de evidências, convergindo dados em formato de triângulo e beneficiando-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para realizar a coleta e análise de dados. Gil (2002) afirma que o estudo de caso é o mais completo dos delineamentos, no que diz respeito à coleta de dados, pois utiliza tanto “dados de gente” quanto “dados de papel”.

A fase inicial teve como objetivo principal buscar uma compreensão profunda do processo de Planejamento Estratégico de Joinville, tanto no que diz respeito à metodologia utilizada, quanto nos aspectos políticos e institucionais envolvidos. Para tanto, os dados foram coletados por meio de fontes de dados secundários como atas de reuniões, publicações e materiais institucionais.

Na segunda fase da coleta de dados foram levantadas as ações ocorridas na cidade, entre janeiro de 2004 e dezembro de 2007, as quais tiveram alguma relação com o PEJ. Nessa fase, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a representantes de entidades as quais constituíram o Conselho da Cidade.

A terceira fase teve o objetivo de verificar se as ações, identificadas na segunda fase, como tendo relação com o PEJ, geraram algum impacto do Desenvolvimento Sustentável do município. Para cumprir o objetivo da terceira etapa, foram levantados indicadores de Desenvolvimento Sustentável, cujos dados estavam disponíveis no município. O período considerado nesse levantamento será de janeiro de 2004 a dezembro de 2007.

3.7 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Claro que nenhuma conclusão é definitiva, mas cada uma delas contribui para a evolução do conhecimento. Segundo Kerlinger (1980, p. 70), “jamais poderemos chegar à essência total de alguma coisa”, mas sim dar aproximações razoáveis a explicações científicas de fenômenos naturais, de maneira satisfatória. Assim, a única forma de explicar alguma coisa é a partir de seu relacionamento com outras coisas.

Yin (2002) afirma que nenhuma estratégia de análise das evidências do estudo de caso deve ser utilizada de forma mecânica. Por tratar-se de uma estratégia de pesquisa a qual pressupõe múltiplas fontes de evidências, o estudo de caso demanda técnicas de triangulação.

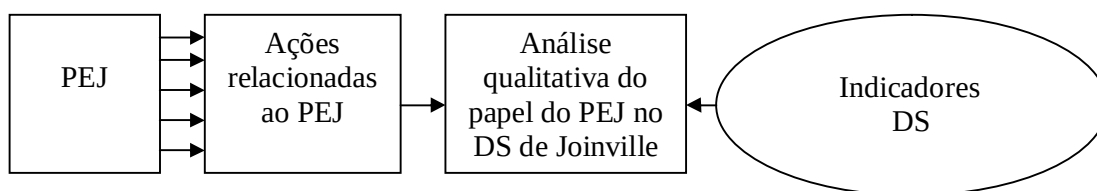


Figura 6 – Diagrama da análise dos dados
Fonte: Autor

Conforme ilustra a Figura 6, o papel do PEJ no DS do município foi analisado a partir da identificação das ações relacionadas ao PEJ, tendo por base indicadores de desenvolvimento sustentável de Joinville (IDSJ). Apesar de os indicadores de sustentabilidade possibilitarem uma visão quantitativa dos aspectos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável do município, a análise do papel do PEJ e no DS ocorreu de forma qualitativa. Técnicas de triangulação utilizaram a análise de conteúdo das respostas obtidas junto aos entrevistados, indicadores de sustentabilidade disponíveis e dados secundários oriundos de planos estratégicos, atas de reunião, materiais institucionais, jornais, sítios na *internet*, revistas e periódicos locais e materiais institucionais. As categorias de análise estabelecidas foram as dimensões do desenvolvimento sustentável: institucional, econômica, social e ecológica.

3.8 PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO

O protocolo tem por finalidade orientar a coleta de dados a partir de um estudo de caso único. Constitui-se de uma das principais táticas para aumentar a confiabilidade da pesquisa. Ele contém os procedimentos e as regras gerais a serem seguidas na aplicação do instrumento de coleta de dados (YIN, 2005). O protocolo de pesquisa deste estudo de caso é apresentado no Quadro 2.

Categorias analíticas	Fundamentação teórica	Questões do estudo de caso
PEJ	ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000. CASTOR, 2006; LOPES, 1998; PFEIFFER, 2000; REZENDE; CASTOR, 2006.	Quais os acontecimentos que originaram o PEJ? Qual eram as finalidades do PEJ? Qual foi a metodologia utilizada? Como ocorreu o processo de formulação do PEJ e quem foram os participantes? Qual foi o conteúdo do PEJ? Qual foi a estratégia de implantação do PEJ?
AÇÃO SOCIAL	MANNHEIM, 1972; POLANYI, 1980; RAMOS, 1989; WEBER, 2004.	Quais foram as principais ações sociais ocorridas em Joinville de 2004 a 2007? O que motivou as principais ações sociais ocorridas em Joinville de 2004 a 2007? Quais ações sociais podem ser relacionadas ao PEJ? Qual é a racionalidade predominante no PEJ e nas ações sociais relacionadas? Como a teoria da delimitação dos sistemas sociais explica essas ações sociais?
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	CECATO, 2002; KIECKÖFER, 2005; POLANYI, 1980; RAMOS, 1989; SACHS, 2002 VAN BELLEN, 2002; WEBER, 2004; <i>WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT</i> , 1987.	O que é desenvolvimento Sustentável? Quais os indicadores disponíveis que caracterizam o desenvolvimento sustentável de Joinville? Qual tem sido o papel da agenda 21 no DSJ? Existe relação entre o PEJ e o DSJ? Como a teoria da delimitação dos sistemas sociais explica essas relações? Qual o papel do PEJ no DSJ?

Quadro 2 - Protocolo do estudo de caso.

Fonte: Autor

3.9 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O tema desenvolvimento sustentável, principalmente quando abordado pela perspectiva municipal é recente e inconcluso. Portanto, múltiplas abordagens e indicadores adversos também poderiam ter sido utilizados para orientar as análises sobre o desenvolvimento sustentável de Joinville. Ressalte-se, no entanto, que esta proposta restringe-se ao alcance dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa. A escolha das dimensões e indicadores de sustentabilidade está sustentada em extensa revisão bibliográfica e documental e, ainda, pelas relações que tais indicadores possam ter com as análises teórico-empíricas das ações sociais descritas neste estudo de caso.

A inviabilidade operacional de se coletarem informações primárias sobre a maioria dos indicadores de desenvolvimento sustentável do município é uma limitação desta pesquisa. A utilização de indicadores obtidos a partir de dados secundários implica no risco de essas fontes apresentarem dados coletados ou processados de forma equivocada. Para minimizar essa possibilidade, levou-se em consideração, durante a escolha das fontes de pesquisa, determinar a origem, a oficialidade e o veículo de divulgação da informação.

Embora tenha havido a máxima preocupação em relação à subjetividade na descrição e análise dos fenômenos estudados, outro limite desta pesquisa reside no fato de o pesquisador ter atuado profissionalmente junto a instituições envolvidas neste estudo de caso. Tanto como Agente Articulador do Sebrae, na região de Joinville, no período de 2000 a 2006, quanto como consultor independente contratado pelo Instituto Joinville em 2007, o autor desta pesquisa participou de vários dos acontecimentos descritos, tais como a formulação do PEJ e das atividades e ações do IJ. Mesmo com o rigor empreendido na tentativa de manter a objetividade, em consonância com as perspectivas teóricas previamente delineadas, não se pode assegurar a isenção de manifestações oriundas da percepção do próprio pesquisador.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo demonstra os resultados da pesquisa e contempla os seguintes itens: O Processo do Planejamento Estratégico de Joinville; Ações relacionadas ao Planejamento Estratégico de Joinville; e o Papel do PEJ no Desenvolvimento Sustentável do Município.

4.1 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PEJ

A descrição do processo de formulação do PEJ é apresentada por meio do histórico dos acontecimentos que antecederam a decisão de realizar o planejamento estratégico, os participantes envolvidos, a metodologia utilizada e o conteúdo final do plano.

4.1.1 Histórico e participantes do PEJ

O surgimento da colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, é atribuído ao contrato assinado, em 1849, entre a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e o príncipe e a princesa de Joinville (ele, filho do rei da França e ela, irmã do imperador D. Pedro II). Tal contrato estipulava a cessão de 8 léguas quadradas à dita Sociedade, para que fossem colonizadas. Oficialmente a história de Joinville começa com a chegada da primeira leva de imigrantes europeus e a fundação da cidade em 9 de março de 1851 (JOINVILLE, 2007).

Joinville completou 157 anos de fundação em março de 2008, com uma população de cerca de 500 mil habitantes. O município está localizado na região nordeste do estado de Santa Catarina, a menos de 200 km de duas capitais do sul do Brasil, Curitiba e Florianópolis como demonstra a Figura 7. Sua sede localiza-se praticamente ao nível do mar e a área do município é de 1.135 Km². (JOINVILLE, 2007).

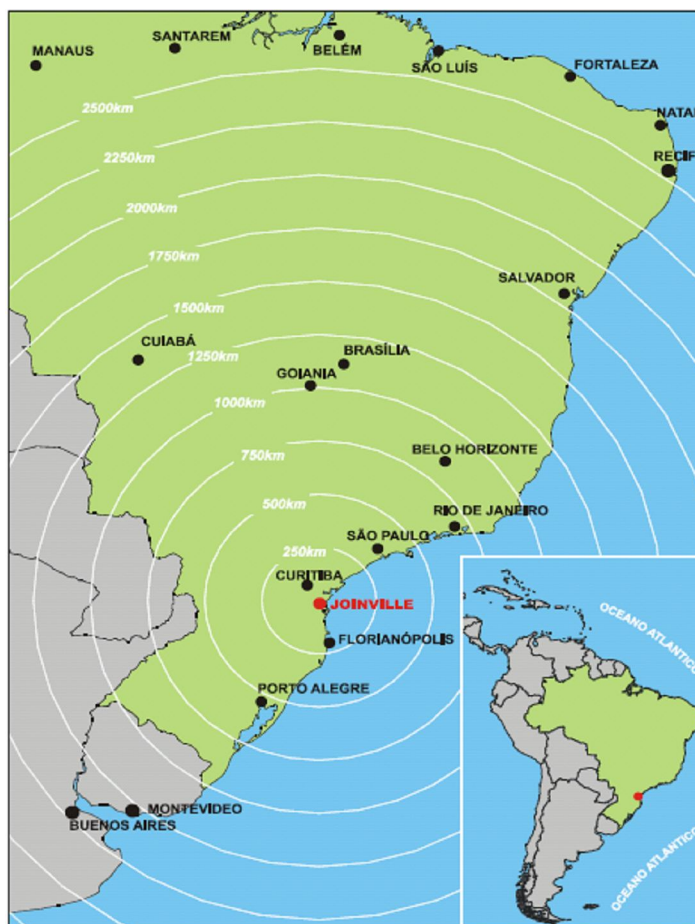


Figura 7 – Localização geográfica de Joinville
 Fonte: Joinville, 2007, p. 11.

Em 2002, um movimento social formado por cerca de 50 entidades chamado Pensando Joinville, inspirou a necessidade de diretrizes de longo prazo no que concerne ao desenvolvimento da cidade. O Pensando Joinville publicou um documento com ações prioritárias para o município. Logo, o tema Planejamento Estratégico estaria sendo discutido no Desenville, conselho ligado ao prefeito e também formado por lideranças empresariais. Foi em uma reunião do Desenville que o prefeito Marco Antônio Tebaldi assumiu o compromisso de contratar uma consultoria especializada para apoiar a implantação do PEJ. A empresa contratada foi a Pagnoncelli & Associados.

O PEJ foi iniciado em 19 de maio e foi concluído em 9 de dezembro de 2003. A coordenação do PEJ ficou a cargo da Secretaria da Qualidade, Desenvolvimento e Integração, liderada pelo recém empossado secretário Ivo Gramkow, com a premissa de que o futuro de Joinville pudesse ser decidido com a participação da comunidade.

O conteúdo gerado teve a finalidade de servir de referência para o planejamento e tomada de decisão de todos os órgãos públicos, instituições e organizações da sociedade civil, independentemente de cor partidária ou linha ideológica (PEJ, 2003).

De acordo com registros do PEJ, três linhas mestras nortearam o trabalho do Comitê Executivo, responsável pela coordenação e execução do Planejamento Estratégico: a legitimidade (efetiva participação e aprovação da comunidade), a acuracidade (esmero e rigor científico) e o respeito ao prazo. Foram ouvidas cerca de três mil pessoas, respeitando seus pensamentos, posicionamentos e contribuições, de forma sistemática, isenta e com assertividade (PEJ, 2003).

O Comitê Executivo foi assim constituído:

Diretor: Murilo Teixeira Carvalho

Assessores: Adriana Payão Ravache, Yoná Dalonso e Aurete Macedo

Comunicação: Júlio César Franco e Ludmila Henriques Marques

Apoio Administrativo: Daniela Cristine Machado

Técnico: Valdir Prochnow

Consultores: Carlos Walter Aumond e Dernizo Pagnoncelli

A responsabilidade de orientar o processo de elaboração do Plano Estratégico de Joinville e a tarefa de consolidar o diagnóstico e as decisões estratégicas do Plano, que cabem ao Conselho Diretor foram executadas com base no respeito ao pensamento das várias correntes e também na constante negociação em direção ao consenso (PEJ, 2003).

O Conselho Diretor foi formado pelos seguintes participantes:

Presidente: Ivo Gramkow

Conselheiros: Adelir Hercílio Alves, Alexandre Brandão Nascimento, Carlos Adauto Virmond Vieira, Claudete Frenzel Giuliari, Eduardo Gineste Schroeder, Elisabete Tamanini, Ivandro de Souza, Jaime Romagna Grasso, Jordi Castan Bañeras, Luís Rogério Pupo Gonçalves, Marcos Aurélio Fernandes, Rogério Novaes, Sandro Murilo Santos, Sibylla Schneider Dietzold, Silvestre Ferreira, Sylvio Sniecikovski, Tânia Maria Eberhardt, Wilmar Anderle, Volnei Francisco Batista (PEJ, 2003).

O Conselho da Cidade foi formado por 73 entidades entre órgãos públicos e instituições da sociedade civil e teve a tarefa de decidir como a cidade conduziria o

processo de construção de visão comum de futuro. O Conselho da Cidade foi formado pelas seguintes instituições e órgãos:

- 4ª Vara Federal da Circunscrição Judiciária de Joinville
- A Notícia S.A. Empresa Jornalística
- Agência Municipal de Águas e Esgotos – AMAE
- Associação Brasileira de Odontologia Regional de Joinville – ABO
- Associação Catarinense de Ensino – ACE
- Associação Comercial de Industrial de Joinville – ACIJ
- Associação de Artistas Plásticos de Joinville - AAPLAJ
- Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa – Ajorpeme
- Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção de Joinville – ACOMAC
- Associação Ecológica Vida Verde
- Associação em Defesa da Vida Jacatirão
- Associação Joinvilense de Obras Sociais – AJOS
- Associação Joinvilense para a Integração dos
- Deficientes Visuais – AJIDEVI
- Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL
- Câmara de Vereadores de Joinville
- Centro de Engenheiros e Arquitetos de Joinville – CEAJ
- Circolo Italiano di Joinville
- Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville – CONURB
- Comunidade Evangélica de Joinville
- Conselho Carcerário da Comunidade de Joinville
- Conselho de Desenvolvimento da Vila Nova – CODEVIN
- Conselho Municipal de Cultura
- Conselho Municipal de Defesa do Consumidor
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal de Entorpecentes
- Conselho Municipal de Habitação e Urbanismo
- Conselho Municipal de Trabalho e Emprego

- Conselho Municipal de Turismo
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Consulado da Mulher
- Convention Bureau
- Defesa Civil
- Fundação Cultural de Joinville
- Fundação Municipal 25 de Julho
- Fundação Municipal Albano Schmidt – FUNDAMAS
- Fundação Municipal de Esportes de Joinville
- Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA
- Hospital Municipal São José
- Instituto AMAR
- Instituto Cultural Brasil-Alemanha
- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do
- Município de Joinville – IPREVILLE
- Instituto DE Planejamento Urbano de Joinville - IPPUJ
- Jornal O Vizinho
- PROMOTUR Fundação Turística de Joinville
- RBS Joinville
- Rede SC Joinville – SBT
- Rotary Club de Joinville
- Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria da Qualidade
- Secretaria da Saúde
- Secretaria de Administração e Recursos Humanos
- Secretaria de Educação e Cultura
- Secretaria de Habitação
- Secretaria de Infra-Estrutura Urbana
- Secretaria do Bem Estar Social
- Secretaria Regional do Estado de Santa Catarina
- Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares - SIHRBES

- Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Estado de Santa Catarina - SINTE
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Sindicato dos Radialistas
- Sindicato Rural de Joinville
- Sociedade Cultural Alemã
- Sociedade Educacional de Santa Catarina – SOCIESC
- Sociedade Joinvilense de Medicina – SJM
- SOS Cubatão
- Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC
- Unimed Joinville
- Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
- UTEC

O conselho da cidade instituído pelo PEJ não foi estabelecido conforme os mesmos critérios de proporcionalidade entre órgãos públicos, movimentos sociais, entidades de classe, etc. propostos pelo Ministério das Cidades para o ConCidades. Contudo, o sistema mais aberto de participação gerou a pluralidade, multidimensionalidade e legitimidade necessária à homologação do conteúdo do plano.

A seguir, a metodologia do plano será descrita e analisada. As teorias de planejamento estratégico municipal servirão de base para a análise da metodologia utilizada.

4.1.2 Metodologia do PEJ

A Figura 8 apresenta as etapas da metodologia. Iniciou-se com um diagnóstico o qual envolveu um levantamento de dados primários junto a cerca de 3000 pessoas e, ainda, dados secundários. Os dados secundários incluíram o perfil sócio econômico do município obtidos junto ao IBGE, órgãos públicos municipais e um censo realizado pelo SEBRAE e prefeitura municipal através do Programa de

Desenvolvimento de Emprego e Renda (PRODER). Tendo como base os dados levantados pelo diagnóstico, foi realizada a análise FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças). Dessa forma, foi possível construir uma análise do ambiente interno e externo de Joinville.

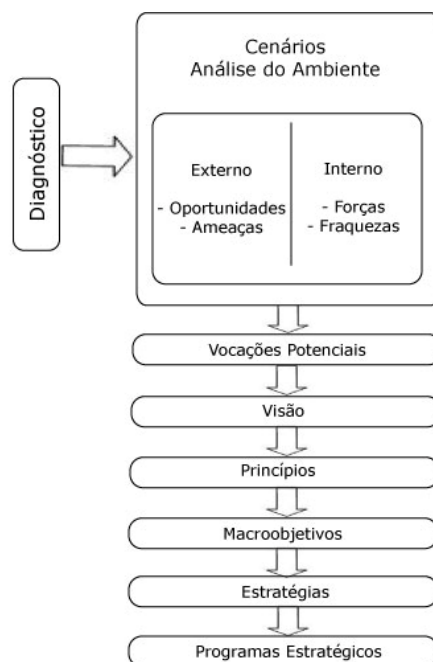


Figura 8 – Metodologia do PEJ
Fonte: PEJ, 2003, p. 25.

Vocações Potenciais constituem as atividades econômicas que a comunidade decide desenvolver em prioridade para que, no futuro, propiciem vantagem competitiva para cidade. Essas vocações são propostas como alvos prioritários para investimentos dos setores públicos e privados.

Visão é a explicitação de como se deseja que a cidade seja vista e reconhecida em 2020. A visão de Joinville envolveu todos os principais anseios dos participantes do PEJ em relação ao futuro da cidade, os quais tenham sido expressos nas reuniões de trabalho.

Princípios são os referenciais de comportamento da população do município, no cumprimento da sua visão. Eles traduzem os valores a serem respeitados na busca da realização dos objetivos e visão.

Os Macroobjetivos são os objetivos que o município precisa alcançar, em prazo determinado, para concretizar sua Visão. Esses objetivos estão todos relacionados aos grandes temas que formam a visão de futuro de Joinville

Estratégia é o que a comunidade decide fazer e não fazer, considerando o ambiente e respeitando os princípios estabelecidos, de forma a atingir os Macroobjetivos e concretizar a Visão. Finalmente, os Programas Estratégicos compreendem a descrição das ações necessárias para atingir os macroobjetivos (PEJ, 2003).

Cerca de 3000 voluntários participaram de debates sobre a realidade e desejos da população de Joinville, durante 7 meses. Ao debater temas ligados aos princípios e visão da cidade, além de questões como sustentabilidade, solidariedade, inclusão social, orgulho e sonho da população, etc. essas reuniões e atividades buscavam predominantemente estabelecer ações sociais baseadas em valores. Já os processos vinculados diretamente ao sistema de mercado, como aqueles envolvendo o planejamento de setores econômicos específicos, podem ser mais bem caracterizados como planejamento de ações sociais referentes a fins.

A metodologia utilizada pelo PEJ envolve os conceitos apresentados na fundamentação teórica sobre planejamento estratégico municipal. Contudo, os instrumentos de controle e gestão não foram estabelecidos completamente pela metodologia. O que se estabeleceu foram algumas estratégias de implantação descritas a seguir.

Estratégias de Implantação:

- Mobilizar a sociedade como um todo para adotar o Planejamento Estratégico de Joinville como orientação das suas ações futuras.
- Manter um processo de constante atualização visando incorporar eventuais novas demandas da sociedade.
- Criar um mecanismo de articulação e organização do Tecido Social, tendo como núcleo o Conselho da Cidade, para conduzir as próximas etapas do processo de Planejamento Estratégico como um todo. Em função dessa estratégia foi prevista a criação de uma OSCIP chamada Instituto para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville - Instituto Joinville.
- Para cada um dos 24 (vinte e quatro) Programas Estratégicos, criar um grupo de trabalho para coordenar o planejamento, implantação e monitoramento dos Programas.
- Convidar as entidades públicas e privadas a adequar os seus planos de ação às condicionantes do Planejamento Estratégico de Joinville.

- Institucionalizar o Planejamento Estratégico na Lei Orgânica do Município (PEJ, 2003).

Um dos entrevistados afirmou que a intenção de regulamentar o PEJ na lei orgânica do município foi posteriormente abandonada. Segundo essa pessoa: “Na lei existem os planos pluri-anuais, o Plano Diretor, e outros instrumentos que orientam o futuro da cidade, mas o Planejamento Estratégico em si é apenas uma fonte, onde todos os outros instrumentos legais da administração pública poderiam se inspirar”(informação verbal).

Segundo Rezende e Castor (2006), o acompanhamento é uma das atividades mais complexas na implementação do PEM. Os seus executores estão tanto na gestão pública quanto na sociedade civil organizada. Embora seja possível estabelecer políticas públicas eficientes para contribuir na consecução dos objetivos de um PEM, é improvável que a totalidade dos resultados seja atingida sem a interação entre essas políticas, a ação do mercado e a participação do terceiro setor. No caso do PEJ, coube ao Instituto Joinville propor os mecanismos de acompanhamento, posteriormente ao encerramento do processo de formulação do plano.

4.1.3 Conteúdo do PEJ

O Plano final foi publicado no formato de cartilhas e também encartado no jornal de maior circulação no município, apresentando o conteúdo conforme descrito a seguir:

As Vocações Potenciais estabelecidas no PEJ foram: (1) Turismo, nas áreas de negócios / eventos e ecológico / rural; (2) Indústria, especificamente o *Cluster* do plástico e *Cluster* metal mecânico; (3) Informática, nos segmentos de Software e Automação; e (4) a cidade como um Pólo Regional de serviços (PEJ, 2003).

A concentração de cerca de 30.000 empresas de todos os portes na cidade, atrai visitantes que possuem objetivos de fazer negócios (JOINVILLE, 2007). Além disso, a presença de empresas de grande porte, muitas vezes líderes nacionais em seus setores, estimula a ocorrência de eventos, como feiras e congressos, na cidade. O turismo ecológico e rural foi considerado como vocação potencial com a

estratégia de manter as famílias em suas propriedades rurais. Além de gerar renda, preservar a natureza e evitar a formação de bolsões de pobreza na periferia essa definição também visa a não expansão dos limites urbanos da cidade.

O setor industrial de Joinville tem importante papel histórico no crescimento econômico da região e do estado. São segmentos de destaque da economia local os setores: metal mecânico, com o segundo maior arranjo produtivo local (APL) de ferramentarias do país, totalizando cerca de 500 empresas do segmento, além da presença de empresas de grande porte como Whirlpool, Fundação Tupy, Schulz, Athletic, Docol, Wetzels, etc. A indústria do setor plástico conta com mais de cem empresas na cidade, além de também possuir unidades fabris de grande porte como Tigre, Amanco, Termotécnica, Krona, etc.

O termo *cluster* foi utilizado por Porter (1999) e traduzido como aglomerado, o que significa interação e cooperação horizontal e vertical entre empresas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos, associações comerciais, instituições de apoio e universidades, todos pertencentes a uma mesma cadeia ou setor e concentrados geograficamente. O termo *cluster* exprime o desejo de aumentar a competitividade sistêmica dos dois principais arranjos produtivos locais (APL's), já que um APL envolve somente as interações horizontais e cooperação entre empresas de um mesmo setor concentradas geograficamente.

A Visão de Futuro de Joinville para 2020 é: “ser uma cidade sustentável, solidária, hospitaleira, empreendedora, voltada à inovação, com crescente qualidade de vida, motivo de orgulho da sua gente, onde se realizam sonhos” (PEJ, 2003). É importante destacar certa ambigüidade no conteúdo do PEJ, apresentado até aqui. Conciliar o desenvolvimento de setores altamente poluidores em potencial, como a indústria do plástico e metal mecânica, com o desejo de uma cidade sustentável talvez seja o desafio da inovação, também presente na visão de futuro do município.

Os Princípios foram expressos em quatro frases:

- Nós acreditamos no trabalho.
- Nós planejamos nossas ações.
- Nós crescemos com base no desenvolvimento sustentável.
- Nós vivemos de forma participativa e integrada (PEJ, 2003).

Foram estabelecidos 6 Macro objetivos, os quais refletem os temas que compõem a visão de futuro de Joinville

- Sustentabilidade e Qualidade de Vida: Estar entre os 10 municípios líderes em desenvolvimento sustentável, considerando os indicadores sociais, educacionais, de saúde, culturais, econômicos e ambientais, até 2010.
- Solidária: Ter o maior índice de inclusão social do Brasil até 2008, incentivando trabalho voluntário e atuação de entidades do 3º setor.
- Hospitaleira: Crescer 30 % ao ano no turismo receptivo de negócios e eventos até 2010.
- Empreendedora: Ser centro de referência no Brasil em desenvolvimento de negócios, com ênfase nas pequenas e microempresas e em segmentos que agreguem valor à sociedade, até 2010.
- Inovação: Fomentar o processo de inovação, de forma contínua, nos segmentos que agregam valor à sociedade com ênfase nas pequenas e micro empresa.
- Orgulho e Sonho: Estar, até 2010, entre as 10 cidades do Brasil com maior grau de satisfação e orgulho de viver (PEJ, 2003).

As 15 estratégias definidas pelo PEJ são:

1. Promover a inclusão social, com ênfase na capacitação tecnológica e melhoria de renda das pessoas.
2. Incorporar o conceito de sustentabilidade na educação.
3. Atuar na preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.
4. Manter e atrair investimentos.
5. Incentivar e qualificar o empreendedorismo local com ênfase no associativismo.
6. Integrar educação, pesquisa e empreendedorismo para promover a inovação.
7. Garantir infra-estrutura urbana sustentável.
8. Limitar a expansão urbana ao ponto de equilíbrio da sustentabilidade.
9. Melhorar a segurança.
10. Promover um salto de desenvolvimento do turismo.
11. Internacionalizar a economia da cidade, principalmente das micro, pequenas e médias empresas.
12. Resgatar, preservar e estimular as manifestações culturais como fator de diferenciação.

13. Identificar, manter e atrair talentos inovadores.
14. Fomentar a integração do tecido social.
15. Desenvolver a marca “Joinville” com foco nos atributos culturais e de sustentabilidade (PEJ, 2003).

Finalmente, os 24 Programas Estratégicos são:

1. Desenvolvimento do *Cluster* Metalmecânico.
2. Desenvolvimento do *Cluster* de Plástico.
3. Desenvolvimento de Software.
4. Desenvolvimento de Automação.
5. Desenvolvimento de Pólo Regional Integrado.
6. Desenvolvimento do Turismo de Negócios e de Eventos.
7. Desenvolvimento do turismo ecológico e rural com base no empreendimento familiar.
8. Internacionalização da economia.
9. Desenvolvimento da “Marca Joinville”.
10. Desenvolvimento do empreendedorismo local.
11. Desenvolvimento do associativismo.
12. Inclusão e Promoção Social.
13. Desenvolvimento Integrado de equipamentos sociais.
14. Atualização do plano diretor físico-territorial de Joinville.
15. Atualização e modernização da legislação municipal.
16. Melhoria da gestão nos serviços públicos.
17. Infra-estrutura urbana sustentável.
18. Preservação, Conservação, recuperação e manejo ambiental.
19. Saneamento básico.
20. Incorporação da sustentabilidade na educação.
21. Fortalecimento da identidade Cultural
22. Melhoria da Segurança.
23. Desenvolvimento Integrado da saúde e cidadania.
24. Agronegócio (PEJ, 2003).

Para cada um desses programas estratégicos foi formado um grupo de trabalho (GT) de voluntários. No início de 2004, os GT's eram mobilizados pela Secretaria da Qualidade Desenvolvimento e Integração, cujo secretário havia sido Presidente do Conselho Diretor do PEJ e cuja equipe de técnicos havia mobilizado

as suas atividades e reuniões. A partir de agosto de 2004, esses grupos de trabalhos foram incorporados ao recém criado Instituto para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. A continuidade desse trabalho e os respectivos resultados serão descritos nos próximos itens.

4.2 AÇÕES RELACIONADAS AO PEJ

As ações identificadas nesta pesquisa foram relatadas pelos entrevistados da amostra e complementadas por outras fontes como publicações jornalísticas, registros (atas de reuniões, memorandos, apresentações e projetos), além de materiais institucionais (folhetos, cartilhas, etc.). A autoria das informações verbais fornecidas foi mantida em sigilo, contudo, esse fato não empobrece o resultado das análises por ser o conteúdo das entrevistas o único aspecto relevante para os fins desta pesquisa.

Como mencionado anteriormente, as categorias de análise utilizadas para estudar as ações relacionadas ao PEJ são apresentadas segundo as dimensões do desenvolvimento sustentável: institucional, econômica, social, e ecológica. Após a descrição das ações nessas dimensões, será apresentado um quadro resumo, consolidando todas as ações sociais descritas neste estudo.

4.2.1 Dimensão institucional

Na dimensão institucional serão descritas as ações que se enquadrem nos aspectos apresentados no item 2.3 deste trabalho, ou seja, ações sociais relacionadas principalmente à estrutura e capacidade institucional. Essas ações dizem respeito aos meios utilizados para a participação, interação e legitimação dos diversos setores da sociedade nos debates e decisões referentes ao município.

De todas as ações sociais descritas neste estudo, aquela que certamente tem a relação mais estreita com o PEJ é a criação do Instituto para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville, ou simplesmente Instituto Joinville (IJ). A fundação do IJ

ocorreu no dia 04 de agosto de 2004. Como foi apresentado no item 4.1.2, a principal estratégia de implantação do PEJ foi a formalização de uma OSCIP como mecanismo de articulação e organização do tecido social, com a finalidade de dar continuidade aos processos relativos ao PEJ.



Figura 9 – Órgãos de gestão do IJ
Fonte: www.institutojoinville.org.br

Os mecanismos de gestão do IJ, conforme dispõe o fluxograma apresentado na Figura 9, são descritos como se segue:

- **Comitês Estratégicos:** Inicialmente chamados de grupos de trabalho (GT's), os atuais comitês estratégicos são unidades de reflexão estratégica e articulação institucional, formados por membros representantes de instituições, empresas e órgãos públicos. Esses comitês articulam o tecido social do município e têm o objetivo de pensar, explicitar e articular os programas estratégicos previstos no Plano Estratégico de Joinville.
- **Conselho Comunitário:** Constituído pelos coordenadores de cada Comitê Estratégico, este conselho tem por objetivo coordenar e apoiar as atividades dos comitês estratégicos.
- **Executivo e apoio:** Estrutura de gestão e apoio administrativo.
- **Conselho técnico:** Formado por 10 pessoas de notório saber, com a finalidade de avaliar, orientar e integrar as atividades do IJ.
- **Conselho fiscal:** Composto por três membros que fiscalizam, analisam e aprovam as finanças do IJ.
- **Conselho de Administração:** Constituído por 12 membros, sendo 10

sócios eleitos em Assembléia Geral, mais os presidentes do Conselho Técnico e Comunitário. Este conselho determina as diretrizes gerais relacionadas à gestão do Instituto Joinville.

- **Assembléia Geral:** Órgão soberano, formado por todas as organizações associadas: ACIJ, ACOMAC, AJORPEME, AJOS, Associação Ecológica Vida Verde, CDL Joinville, Rotary Club de Joinville – Pirabeiraba, SIMPESC, SINDITHERME, SINDIMEC, SINDUSCON Joinville, Clube de Oratória de Joinville, Convisa, Fundação Softville, Gramkow Desenvolvimento Ltda, GV Adm e Empreendimentos LTDA, Instituto AMAR, Perville Construções e Emp. S.A., Stagio Assessoria em Propriedade Intelectual Ltda., Vectra Participações e Construções Ltda, Átrio Hotéis S.A., Drogaria e Farmácia Catarinense S.A., FURJ – UNIVILLE, Gidion S.A. Transporte e Turismo, Sebrae, A Notícia S.A, Totvs – S.A Filial Joinville, Schulz S.A, Mazzolli Contabilidade, Sociesc, Athletic, Döhler S.A., Tigre S.A., Whirlpool S.A.

A missão da entidade é articular a governança sinérgica das instituições e o fortalecimento do tecido social de Joinville e região para criação, promoção e realização de estratégias de desenvolvimento sustentável, buscando o cumprimento do Planejamento Estratégico de Joinville (PEJ). Foi definida como visão do IJ ser o instrumento legítimo pelo qual Joinville e região articularão as estratégias e ações necessárias ao cumprimento do Planejamento Estratégico de Joinville.

A criação dessa OSCIP, com as finalidades e estruturas de gestão apresentadas, é considerada uma inovação pelos instituidores e entrevistados. No período em que foi concebida não havia conhecimento de referência alguma a qual pudesse servir de parâmetro para a sua constituição.

Durante o primeiro ano de existência do IJ, o foco dos então chamados grupos de trabalho foi o de elaborar e propor um plano de ação para o seu respectivo programa estratégico. Um levantamento feito pelo IJ, a partir das listas de presença de suas reuniões no período 2004 a 2007 registrou a participação de 164 instituições nesses grupos. Seguramente, a maior rede de reflexão e relações institucionais do município.

O Quadro 3 resume as principais ações de alguns dos Comitês Estratégicos para 2007. Desde 2004, são realizados *workshops* anuais pelo Conselho Comunitário onde esses planos de ação são apresentados. Dessa forma, tem sido

possível encontrar oportunidades de apoio entre os grupos e buscar a troca de experiências para cumprirem seus objetivos.

Turismo de Negócios e Eventos	Turismo Eco-rural	Modernização da Gestão Pública	Empreendedorismo	Tecnologia	Voluntários de Joinville
Criar e gerir o Fundo Municipal de Turismo; Acompanhar, analisar, fiscalizar e formular as estratégias da política municipal de turismo, bem como sua execução;	Projeto Conhecendo para Ensinar	- Mapeamento de Processos + ERP; - Rede de Fibras Ótica; - Cadastro Multifinalitário + Geoprocessamento;	Oficina SEBRAE/ IJ 2007	Transferir terreno do parque da PMJ para Softville	Promover palestras de conscientização sobre o trabalho voluntário;
Estimular e apoiar investimentos públicos e privados visando melhoria dos equipamentos turísticos;	Nota Fiscal Criação do Fórum de Turismo Eco-Rural (seminário) Impressão e distribuição do manual de procedimento	Câmaras Temáticas: Objetivo – Dar qualidade e agilidade às ações, visando aumentar a eficácia da execução das metas do Plano de Governo Municipal	Workshop de Ensino do Empreendedorismo	Executar obras de infraestrutura de acesso ao Parque Objetivo – Iniciar a instalação do Parque Tecnológico de Joinville	Cadastrar e capacitar os voluntários;
Estabelecer normas e outras medidas que visem disciplinar o turismo no Município;	Palestras, cursos, congressos, seminários, jornadas técnicas, viagens técnicas e de qualificação profissional.	Agentes de Planejamento e Controle: Objetivo – difundir as ações de modernização da gestão através da capacidade interna identificada e desenvolvida	Concurso de Planos de Negócios: Objetivo – incentivar e direcionar a abertura de novos negócios sustentáveis	Encaminhar projeto para Governo do Estado Objetivo – Angariar recursos para investimento nas instalações físicas	Fazer parceria com as entidades
Analisar o mercado turístico, definindo as ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas		Monitoramento e controle: Objetivo – Criar rotina de avaliação de desempenho do Governo		Capacitar jovens em programação	Cadastrar as entidades sociais de Joinville e região;
Sugerir formas de incentivos fiscais voltadas para o desenvolvimento do turismo local;		Normatização: Objetivo – Identificar e definir os padrões de controle legal nos procedimentos públicos			Marketing de divulgação do trabalho;
		Auditoria: Objetivo – Avaliar e recomendar ajustes nos procedimentos do Governo			Publicação sobre a história do voluntariado em Joinville

Quadro 3 – Resumo das ações de comitês estratégicos para 2007

Fonte: Adaptado de registros do IJ

OBJETIVOS DO PEJ x Comitês Estratégicos ↓	Estar, até 2010, entre os 10 municípios líderes em DS.	Ter o maior índice de inclusão social do Brasil até 2008, incentivando o trabalho voluntário e a atuação de entidades do terceiro setor.	Ser centro de referência no Brasil em desenvolvimento de negócios, com ênfase nas MPE's e em segmentos que agreguem valor à sociedade até 2010.	Fomentar o processo de inovação, de forma contínua, nos segmentos que agreguem valor à sociedade com ênfase em MPE's.	Crescer 30% a.a no turismo de negócios até 2010.	Estar, até 2010, entre as 10 cidades do Brasil com maior grau de satisfação e orgulho de viver.
Metal Mecânico			XX	XX		X
Plástico			XX	XX		X
Software	X		XX	XX		X
Automação			XX	XX		
Pólo Regional	X		XX		X	X
Turismo de Negócios	X		XX	XX	XX	X
Turismo Rural	XX		XX	XX	XX	XX
Internacionalização			X	XX	X	
Marca "Joinville"					X	XX
Empreendedorismo		X	XX	XX	X	X
Associativismo		X	XX	X	X	X
Promoção Social	X	XX				XX
Equipamentos Sociais		X				XX
Plano Diretor	XX	X	XX	XX	XX	XX
Legislação	X	XX	X	X	X	X
Gestão dos Serviços Públicos		XX	X	X	XX	XX
Infra-estrutura			XX	X	XX	XX
Meio Ambiente	XX	X	X	X	X	XX
Saneamento Básico	X		X	X		XX
Educação	XX	X	XX	XX	XX	XX
Identidade Cultural						XX
Segurança				XX	X	XX
Saúde				X		XX
Agro-negócio			XX	XX		X

Quadro 4 – Relação entre as atividades dos comitês e os macro objetivos do PEJ

Fonte: Adaptado de registros do IJ

O objetivo deste item não é analisar a implantação desses planos, pois os aspectos os quais caracterizam a dimensão institucional são a capacidade e a estrutura de articulação, além da participação efetiva das instituições. As ações relacionadas ao tema educação, por exemplo, serão descritas na dimensão social.

Segundo um entrevistado, um dos importantes papéis do IJ é ajudar a sociedade joinvilense a priorizar os debates, planos, decisões e investimentos conforme o conteúdo estabelecido pela própria sociedade durante o PEJ:

O instrumento que é utilizado para se discutir questões polêmicas são os fóruns e debates onde a instituição não se posiciona, mas faz com que os atores da sociedade se exponham e façam seus debates publicamente e depois a sociedade consolida a decisão que mais lhe convier. O Instituto não é um instrumento que vai, obrigatoriamente, dizer qual a direção que se deve tomar. Ele tende a se consolidar cada vez mais como uma fonte de inspiração, um local de debates, de aprofundamento do futuro da sociedade (informação verbal).

O Quadro 5 apresenta as mobilizações do IJ em 2007. Foram 4500 participantes diretos em algum evento ou atividade, cujo tema tinha relação com PEJ. Alguns desses eventos serão mais bem detalhados em suas respectivas dimensões, nos próximos itens.

Eventos	Pessoas
Palestras	1400
Fóruns e eventos próprios	650
• Baía da Babitonga	300
• Integração das políticas da educação	200
• Workshop de ensino do empreendedorismo	100
• Mobilidade urbana sustentável	50
Visitantes no estande em Feiras	500
• Festa da solidariedade	300
• Expo gestão	200
Reuniões de Conselhos e Comitês Estratégicos	120
Eventos apoiados	1830
• Oficina SEBRAE – montando seu próprio negócio	1000
• Conferência municipal de educação	300
• 3ª. Conferência regional das cidades	150
• Seminário de acessibilidade	300
• Conhecendo para ensinar	30
• Semana do alimento orgânico	50
Total	4500

Quadro 5 – Mobilizações do IJ em 2007

Fonte: Registros do IJ

Assunto\ Mídia	Imprensa	No.	TV	No.	Rádio	No.
Baía da Babitonga	ANotícia	4 X	TV Brasil	1 X	Cultura AM	4 X
	Notícias do Dia	3 X	Esperança		TransaFM/Cultura	1 X
	O Joinvilense	1 X	TV Cidade	4 X	AM	
	Jornal da Educação	1 X	Rede SC TV	2 X		
	Gazeta das praias	1 X	RBS TV	1 X		
	Jornal em Foco	1 X				
	Jornal Nossa Ilha	1 X				
Institucional	O Joinvilense	1 X	TV Brasil	1 X	Colon AM	1 X
			Esperança		Cultura AM	1 X
			TV Cidade	3 X	TransaFM/Cultura	1 X
			Cultura AM	1 X	AM	
			TV Câmara	1 X		
Voluntariado	ANotícia	1 X				
	Notícias do Dia	1 X				
Educação	ANotícia	3 X				
	Notícias do Dia	4 X				
	Jornal da Educação	1 X				
	Revista Döhler	1 X				
Selo Empresa Cidadã	ANotícia	5 X			Globo AM	2 X
	Notícias do Dia	5 X			Cultura AM	2 X
	Revista Emp. Loj.	1 X				
Mobilidade Urbana	ANotícia	2 X	TV Brasil Esp.	1 X		
	Notícias do Dia	1 X	RBS TV	1 X		
Meio Ambiente	ANotícia	1 X				
	Revista Elias FCJ	1 X				
Oficina Sebrae	Notícias do Dia	1 X			Globo AM	4 X
					TransaFM/Cultura	1 X
					AM	
Sem. Empreend.	Notícias do Dia	1 X				
Fórum de Integração					Cultura AM	1 X
Produção Orgânica	O Joinvilense	1 X				

Quadro 6 – Inserções nos veículos de mídia em 2007

Fonte: Registros do IJ

O Quadro 6 apresenta as inserções jornalísticas ocorridas no ano de 2007. Alguns exemplos de veiculações jornalísticas, desde 2003, podem ser consultados no anexo deste trabalho. É importante salientar que a agência de comunicação, a empresa de desenvolvimento do sítio na *internet* e a empresa de assessoria de imprensa, além da assessoria jurídica, todas prestam seus serviços ao IJ de forma voluntária e gratuita. Essa prática representa um esforço comum motivado pela racionalidade substantiva.

Além da organização de fóruns e reuniões de debate sobre os temas estratégicos da cidade, o IJ estimulou as entidades do município a desenvolver projetos cujas ações contribuam na consecução do PEJ. Para isso ofereceu gratuitamente, em parceria com o SEBRAE, a oficina: “Técnicas, Planejamento, Monitoria e Avaliação de Projetos”. A oficina de 80h capacitou 32 representantes de

entidades para desenvolver projetos e captar recursos junto às diversas fontes de financiamento apresentadas.

O IJ também originou a institucionalização de novas entidades que passaram a tratar de temas específicos. No setor do turismo ecológico e rural, as discussões iniciadas durante o PEJ e que foram complementadas no grupo de trabalho de turismo eco-rural induziram a comunidade rural a formalizar um mecanismo institucional mais adequado ao cumprimento dos seus objetivos. Surgiu então a Associação de Turismo Eco-rural. O depoimento de um dos entrevistados ilustra esse fato:

Por exemplo, na área Rural já tiveram muitos eventos que deram errados, tentativas que tiveram traumas bem fortes. Porque as pessoas quando ouvem falar em associações ou cooperativas é bem complicado. Agora, depois que houve esse movimento do Planejamento Estratégico do município, que começou a envolver as pessoas através de reuniões de grupos, o pessoal foi modificando esse pensar, então depois que foi criada a Associação, os associados passaram a aprender a como serem associados, como fazer um planejamento que visa o bem de todos, e não de apenas um (informação verbal).

A criação do Conselho Municipal de Turismo, o qual tem caráter deliberativo, também tem forte identidade com os processos iniciados a partir do PEJ, como destaca o entrevistado:

[...] o que o Conselho Municipal de Turismo está fazendo hoje, são as ações que foram identificadas na elaboração do Planejamento Estratégico pelos vários grupos de estudos que formaram o PEJ. Então nós tínhamos dois grupos, que eram o de Turismo de Negócios e Eventos, e outro do Turismo Eco-Rural que identificaram todos aqueles ícones de desenvolvimento que estamos trabalhando no Conselho Municipal hoje. Cada comitê do Conselho Municipal está trabalhando em cima de cada um daqueles ícones. E isto vai gerar os resultados que nós almejamos. Isso deixa a cidade cada vez mais qualificada, com um planejamento mais adequado, etc. (informação verbal).

A PROMOTUR criou um setor de planejamento turístico motivado pelo PEJ. Um profissional de nível técnico diferenciado foi contratado para implantar processos que agreguem valor ao planejamento interno e também em conjunto com outros setores públicos e privados da cidade. Conforme depoimento de um entrevistado, as principais entidades de turismo de Joinville: PROMOTOR, Convention & Visitors Bureau e o SIHRBES realizam reuniões semanais. Esse mesmo fenômeno de aumento da interação entre as instituições, em busca de objetivos comuns, foi reportado pela maior parte dos entrevistados como uma das conseqüências do PEJ.

O Desenville, conselho de instituições e empresários diretamente ligado ao prefeito e criado para debater temas referentes ao desenvolvimento da cidade, passou a convidar o presidente do IJ para participar das reuniões mensais. No período que envolve esta pesquisa, foi freqüente o convite para que o IJ, a cada tema polêmico discutido, apresentasse o que o PEJ havia estabelecido relacionado àquele assunto. Dessa forma, debates com tópicos como a instalação de um parque tecnológico, de uma zona industrial na zona sul ou de um campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Joinville foram todos precedidos por uma apresentação sobre o conteúdo do PEJ a respeito desses assuntos. Essas apresentações não ocorriam somente no Desenville, mas também nas associações empresariais, entidades assistenciais e demais órgãos públicos da cidade.

Em determinado momento se discutia a instalação de fábricas em Joinville. Nesse momento se falou em abrir um distrito industrial na zona sul. Nessa época, uma das questões levantadas era se essa ação estava alinhada com o Planejamento Estratégico (informação verbal).

Entidades como ACIJ, AJORPEME e CDL se baseiam no PEJ para debater e se posicionar perante questões importantes do município. Diversas entidades se basearam no PEJ para formular seus próprios planejamentos estratégicos. Este entrevistado forneceu informações mais completas:

A AJOS foi uma das entidades que fez um exercício bastante importante; uma entidade ligada à prevenção de drogas, que eu não me recordo o nome; a ACIJ, que é uma entidade empresarial; a CDL; a AJORPEME; ACOMAC; Creche Conde Modesto Leal; os Rotarys; a Ong Vida Verde; todas essas discutiram intensamente o conteúdo do Planejamento para adotá-lo dentro dos seus próprios planos (informação verbal).

Além das entidades privadas, a prefeitura municipal também incorporou o PEJ em sua gestão. Embora o prefeito não tenha feito interferência direta alguma durante o PEJ, o plano de governo utilizado na sua reeleição foi totalmente baseado nele. Além disso, a PMJ realizou seu planejamento estratégico das unidades gestoras para o período (2006-2008) e um plano de investimentos (2007-2012) tendo por base a metodologia e o conteúdo do PEJ. É importante salientar o fato de que o mandato do executivo municipal encerra-se definitivamente em 2008, uma vez que já tenha sido reeleito, mesmo assim o PEJ (projetado até 2020) justificou um plano de investimento com um horizonte de execução maior do que o mandato daquela gestão. O conteúdo desses planos será apresentado nas respectivas dimensões.

O poder legislativo também incorporou o conteúdo do PEJ na lei que regulamentou o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville (PDDSJ), como atesta o próprio nome do plano diretor e o primeiro artigo do Título I - Das disposições iniciais do projeto de lei complementar 43/06, aprovado em 12/12/2007:

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre as diretrizes estratégicas e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville, elaborado em consonância com a visão holística de futuro e com os princípios da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, da Lei Complementar nº 27, de 27 de março de 1996 – Uso e Ocupação do Solo de Joinville e no **Planejamento Estratégico de Joinville** (Lei complementar 43/06, p. 2, grifo nosso).

O IJ organizou, ainda em 2006, um evento chamado “Discussão técnica do plano diretor”. O evento, moderado pelo IJ, reuniu cerca de 200 participantes que interagiram sobre planejamento urbano com especialistas, vindos de diferentes entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o IPPUJ, Câmara de vereadores de Joinville (CVJ), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), etc. Segundo informações de entrevistados, o evento contribuiu para um maior entendimento e acompanhamento do plano diretor, o qual estava em fase de construção.

Embora sejam muitos os depoimentos que destacam a maior integração que o PEJ, e também as atividades do IJ, proporcionaram entre as instituições tanto públicas quanto privadas, os entrevistados também descreveram as dificuldades de caráter institucional que surgiram com esses processos. O fato de o executivo municipal ter adotado integralmente o PEJ em seu plano de governo gerou afastamentos de algumas pessoas das atividades do IJ. Essas pessoas e entidades eram ligadas ou apoiavam partidos da oposição. O PEJ não era unanimidade na classe política em geral, como destacam alguns depoimentos:

Qualquer prefeito ou político que quiser se eleger teria que se inspirar nas propostas do Planejamento Estratégico. Por outro lado, isso criou oposições. Existem, hoje, alguns receios por parte de alguns segmentos da sociedade. Um deles é o próprio setor político. Se o setor político é a peça mais importante para a implantação do Planejamento, ele é também o maior opositor, pois na medida em que um político tem que se subordinar a um plano, ele passa a ter menos liberdade na sua ação político-partidária (informação verbal).

[...] a autoridade do Prefeito, e os seus principais assessores políticos, tem que ser preservada. Não dá para você sentar em um grupo, que não seja o da gestão pública em si, e formular determinadas idéias e conceitos. Em cima disso, criar e projetar ações e querer impor isso ao gestor público (informação verbal).

Outra dificuldade, de origem institucional, na implantação de ações relacionadas ao plano diz respeito a interferências políticas externas à cidade, como o governo do estado, por exemplo. Segundo um dos entrevistados, a proposta de criação de um parque tecnológico na cidade, originada nas reuniões do Comitê Estratégico de Tecnologia, sofreu muitas interferências políticas do governo do estado, as quais entravam em conflito com o que vinha sendo articulado entre as entidades locais.

As articulações para a implantação das ações do plano também encontravam dificuldades internas nos Comitês Estratégicos que debatiam e mobilizavam os programas. Isso se deve ao fato de que esses grupos eram formados por voluntários, representantes de instituições públicas e privadas, além de empresas têm muitas outras atividades em suas organizações como prioridade.

É um documento bem elaborado, bem embasado. O que faltava era “fazer andar” e implementar. E aí, eu vi certa “patinação”. Não sei exatamente a quem culpar, pois na verdade esse é um processo que tem muitos donos. Então surgiu o impasse: como nós vamos materializar isso? A quem atribuir responsabilidades se todos aqui são voluntários, contribuintes e não há um chefe?(informação verbal).

Muitas dessas dificuldades demonstram claramente alguns impasses que entre ações sociais referente a fins e referente a valores. Primeiramente, é fundamental destacar que a ferramenta de planejamento estratégico traz de sua origem empresarial, uma perspectiva de que os “donos” ou responsáveis devem cobrar os “resultados” dos seus subordinados. Quem são os donos e os subordinados em uma cidade? O planejamento estratégico seria uma perversa “fábrica de consenso”, como descreve Arantes (2000), caso esse consenso fosse traduzido como a convergência de esforços para alcançar algo como o desenvolvimento sustentável, definido por intensa participação dos setores e interesses que compõem o município?

Embora a ausência total de impasses descaracterizasse um regime democrático, dificilmente haveria meios de evitar tais impasses, pois mesmo que determinada coletividade tenha opinião unânime em buscar algo de valor comum, os diferentes meios para alcançá-lo invariavelmente despertam interesses ambíguos. O conflito, contudo, parece se acentuar - a ponto de tornar-se inadministrável - quando os partícipes não adotam a mesma racionalidade na condução de um mesmo processo. Segundo Ramos (1966, p. 58), a ética baseada na racionalidade formal

não é necessariamente antagônica em relação à ética orientada pela racionalidade substantiva, como elucida o autor: “as relações entre as duas éticas se explicam menos pela dialética da contradição do que mediante a dialética da ambigüidade, tanto no domínio propriamente da organização, como da sociedade global”.

Voltando às ações sociais enquadradas na dimensão institucional, descritas pelos entrevistados e corroboradas em atas de reuniões, projetos e materiais institucionais, identifica-se a pertinência da congruência ou predominância de uma mesma racionalidade. Por exemplo, a institucionalização da Associação de turismo eco-rural, do Conselho Municipal de Turismo e do próprio Instituto Joinville podem ser consideradas ações sociais referente a fins. Ou seja, as decisões pela formalização de tais organizações foram tomadas para atender às finalidades determinadas pelos seus respectivos fundadores.

Observa-se também que a criação do IJ criou a oportunidade de um processo de continuidade dos debates iniciados no PEJ. Os programas estratégicos não tinham sua formulação e articulação restrita exclusivamente ao poder público, abrindo espaço à participação da sociedade civil organizada, independentemente da existência prévia de mecanismos para essa participação, como é o caso dos conselhos municipais da educação, meio ambiente, etc. A realização da oficina “Técnicas, Planejamento, Monitoria e Avaliação de Projetos”, segundo depoimentos, aumentou a capacidade institucional das entidades participantes.

Mesmo considerando, como referência de análise, os conceitos weberianos “puros” de ação social e, ainda, a teoria embrionária de Ramos (1989) sobre a delimitação dos sistemas sociais, algumas aproximações tornam-se possíveis. A racionalidade formal predominante no PEM, devido à sua origem do sistema de mercado, tende a estimular mais ações referentes a fins. Contudo, os programas propostos pelo PEJ também geraram ações sociais referentes a valores. Alguns aspectos relacionados à formação de isonomias, conforme as categorias delimitadoras das relações sociais conceituadas por Ramos (1989), podem ser identificados, por exemplo, nos comitês estratégicos do IJ. Os participantes voluntários desses grupos eram livremente associados, sem organização hierárquica formal, sofriam poucas restrições de prescrições da sociedade e desempenhavam atividades compensadoras em si mesmas. Além disso, buscavam estabelecer ações baseadas em suas próprias convicções e nos princípios comuns estabelecidos no PEJ. Essa análise, contudo, não exclui a existência de ambigüidades nas atividades

desses mesmos comitês estratégicos, a partir do choque de interesses e padrões cognitivos adversos.

4.2.2 Dimensão econômica

As ações sociais de caráter econômico identificadas são na maioria relacionadas às vocações potenciais, definidas no PEJ: (a) Plástico e metal mecânico; (b) Software e automação; (c) Turismo de negócios / eventos e ecológico / rural; (d) Pólo Regional. A partir dessa definição, iniciaram-se projetos de cooperação para o desenvolvimento desses setores, além do apoio ao empreendedorismo, pois a criação e sobrevivência das MPE's também constitui um macro objetivo do PEJ.

O SEBRAE, a PMJ, o SINDIMEC e o SIMPESC formalizaram um convênio para desenvolvimento dos APL's dos setores plástico e metal mecânico de Joinville, constituindo um comitê gestor para gerir ações, com valor total superior a R\$1.600.000,00. Os investimentos de recursos públicos no projeto de desenvolvimento dos APL's do plástico e metal mecânico, vindos do SEBRAE e da PMJ, somente foram possíveis devido à existência do PEJ, que legitimou a prioridade de investimento nesses setores. O SEBRAE assumiu 60%, o SINDIMEC e o SIMPESC 35%, e a PMJ 15% do valor total do projeto.

Além dessas instituições, as quais injetaram recursos diretos na execução do projeto, diversas entidades também participaram, seja na forma de cooperação institucional ou na prestação de serviços envolvidos nas ações do projeto, tais como: ACIJ - Associação Empresarial de Joinville, AJORPEME – Associação de Joinville e Região da Micro, Pequena e Média Empresa, SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial, SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina, SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional do governo de Santa Catarina, FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comercio Exterior, MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia, Canacinttra (*México*) – *Cámara Nacional de la Industria de la Transformacion*, CAPDTIMM (*México*) – *Centro de Articulación Productiva e Desarrollo Tecnológico de la Industria Metal-Mecánica A.C.*

Cerca de 70 empresas, de ambos os setores, participaram das ações do projeto o qual tinha o objetivo de aumentar, em 10% ao ano, a receita total das

empresas participantes, além de incrementar, em 10% ao ano, a produtividade dessas empresas, medida pela receita por colaborador. Imediatamente após a assinatura do convênio que assegurou os recursos do projeto, o Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina foi contratado para realizar um diagnóstico junto a uma amostra das empresas dos APL's. O objetivo do diagnóstico foi identificar as maiores necessidades de melhoria das empresas e mapeá-las por ordem de importância. As áreas diagnosticadas foram: marketing, fornecedores, produtos e serviços, processo produtivo, infra-estrutura, equipe, processo gerencial e envolvimento em parcerias.

Com o resultado do diagnóstico empresarial, foi possível propor um conjunto de ações que gerasse o maior impacto possível nos indicadores de resultado de aumento de receita e produtividade, estabelecidos como metas do projeto. As ações aconteceram de 2004 a 2006 e envolveram as seguintes atividades: seminários avançados para os empreendedores, consultorias em gestão empresarial e na produção, consultoria para adequação às normas ISO 9000/2000, pesquisa de mercado, missões técnicas empresariais, exposição conjunta em feiras do setor, protocolos de cooperação internacionais, produção de catálogo das empresas do setor e assessoria em procedimentos de exportação. Os resultados alcançados por essas ações são descritos no item 4.3.2, em conjunto com os demais indicadores da dimensão econômica.

Os Comitês Estratégicos ligados ao setor de tecnologia (software e automação) fundiram-se em um único grupo, tendo como principal ação a implantação de um parque tecnológico em Joinville. Foram estabelecidas as premissas desse parque e construído um projeto, processo que envolveu visitas a parques e eventos relacionados no Brasil e no exterior. As premissas estabelecidas para o parque tecnológico de Joinville foram: (1) Presença de grandes empresas âncoras, as quais geram demandas em toda a cadeia; (2) Proximidade física, interação e pesquisas envolvendo universidades/laboratórios/centros de tecnologia e empresas; (3) Presença de incubadoras tecnológicas, possibilitando o apoio técnico e financeiro à criação de negócios inovadores e de alto potencial; (4) Espaço físico, em condições financeiras especiais de mercado, destinado às empresas recém-graduadas das incubadoras; (5) Condomínio empresarial possibilitando a concentração das empresas já estabelecidas no mercado e maior potencial de

cooperação; (6) Políticas públicas de incentivo à atração e desenvolvimento das empresas do setor.

Os debates e articulações que buscam desencadear ações concretas para a implantação do parque tecnológico ainda estão em andamento. Incubadoras tecnológicas, universidades, entidades empresarias, sindicato das empresas de software e o setor público municipal e estadual estão envolvidos nessas articulações, cujas dificuldades de caráter institucional já foram comentadas.

No setor do turismo de negócios e eventos, estabelecido como vocação potencial de Joinville, o PEJ foi fundamental na decisão do investimento R\$15 milhões para a construção do Megacentro Wittich Freitag, o qual foi inaugurado em março de 2006. Do investimento total, R\$10 milhões vieram do governo do estado e o restante da PMJ. Joinville passou a possuir o maior centro de exposições do sul do país com 14 mil m² de área construída, capacidade para 24.400 pessoas, mais de 3 mil vagas para estacionamento e áreas exclusivas para ônibus. Além dessa ação, também foram descritas outras iniciativas relacionadas ao PEJ como obras nas regiões de acesso à cidade, melhoria da sinalização, asfaltamento nas principais ruas.

Já estão previstas obras de climatização, ampliação da rede hidráulica, sanitária e lógica do Megacentro. Além disso, foi realizado um projeto, no valor de R\$14,5 milhões de reais, para transformar o atual pavilhão da Expoville em um centro de convenções com 1200 lugares.

Também foi mencionada uma sensível melhoria no setor de gastronomia, com o surgimento de novos e melhores restaurantes, bares e casas noturnas. Um projeto na Rua Visconde de Taunay, chamado Via Gastronômica, visa estruturar melhor esse espaço que se destacou em novos empreendimentos do segmento, nos últimos três anos.

O setor do turismo ecológico e rural também se mobilizou e muitas ações surgiram após o PEJ. Além da criação da Associação de turismo ecológico rural, já mencionada na dimensão institucional, foi realizado o Planejamento Estratégico do Turismo Ecológico e Rural (PETER).

O Comitê Estratégico de Turismo Eco-rural passou a desenvolver as seguintes ações do PETER:

- Identidade local: Projeto elaborado e em fase de execução, com foco de atuação no resgate e valorização do patrimônio histórico e cultural nas escolas fundamentais (professores e alunos);
- Ecossistema: Inclusão de um membro do PETER no grupo formado para a elaboração do plano de manejo das Áreas de Proteção ambiental (APA'S);
- Associativismo: Participação na Rede TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar;
- Profissionalização: Elaboração de projetos para captação de recursos, com o objetivo de capacitar os empreendedores rurais;
- Legislação: Finalização e aprovação do manual de procedimentos e normas para empreendimentos do Turismo Eco-Rural de Joinville;
- Políticas Públicas: Discussão de políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo Eco-Rural de Joinville. (Entidades articuladas: Vigilância sanitária, Epagri, Ielusc, FCJ, Univille, CONSEA, Prefeitura Municipal, Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, IPPUJ, Promotur, Sindicato dos Produtores Rurais, Fundema, Secretaria distrital de Pirabeiraba, Secretaria distrital da Vila Nova).

Foram oferecidos, em parceria com o SEBRAE, dezenas de cursos, palestras e missões técnicas gratuitas aos empreendedores rurais e seu familiares, nas áreas de liderança, administração de pequenos negócios, alimentos seguros, etc. Consultores do SEBRAE realizaram diagnósticos e consultorias gratuitas em 16 empreendimentos rurais. Também foi realizado um levantamento dos caminhos, trilhas, pontos de apoio e pontos de interesse turístico para o desenvolvimento dos roteiros ciclo turísticos.

Finalmente, em 2005, foi desenvolvido o mapa dos roteiros de turismo eco-rural de Joinville, conforme ilustra a figura 10. A Casa Krüger – imóvel tombado pelo patrimônio histórico – foi estabelecido como a central de informações e exposição de todos os produtos coloniais e artesanatos produzidos na região. Em 2007, ocorreu um seminário de elaboração de roteiros turísticos e troca de experiências do turismo eco-rural. O evento foi realizado pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Faculdade de Turismo Bom Jesus IELUSC, com apoio da Associação de Turismo Eco Rural de Joinville, Promotur, Instituto Joinville, Comitê de Turismo

Eco-Rural, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Rede TRAF e Caixa Econômica Federal. Entre os 66 participantes estavam agricultores e proprietários de empreendimentos da área rural.



Figura 10 – Mapa dos roteiros de turismo eco-rural de Joinville
Fonte: http://www.promotur.com.br/c/c_mapa.asp

O plano de investimentos da PMJ para o período de 2007 a 2012, já citado anteriormente neste trabalho como um dos exemplos de planos baseados no PEJ, teve como uma de suas principais finalidades ser animador da economia regional. Para tal, concentrou 80% dos R\$825 milhões em infra-estrutura, conforme apresenta o Quadro 7.

A vocação potencial de Pólo Regional, estabelecida no PEJ, inspirou debates, articulações e decisões em temas como mobilidade urbana sustentável, instalação de um parque industrial na zona sul, instalação de um campus da UFSC no município, investimentos em infra-estrutura, etc.

Polêmicas pontuais, como problemas de congestionamento em horários de pico, construção de corredores de ônibus, ampliação e duplicação de determinadas vias, além da situação precária das calçadas para pedestres incitavam debates

acirrados entre entidades empresariais e órgãos públicos, tendo a imprensa como incentivadora. Diante dessas polêmicas que ganhavam crescente espaço na pauta de debates da cidade, o IJ propôs um Fórum sobre mobilidade urbana sustentável. Tendo por base o conteúdo do PEJ, esse evento trouxe o debate para um nível de planejamento territorial e plano diretor, apresentando pesquisas de arquitetos doutores da PUC PR, com estudos de caso nacionais e internacionais. Além disso, a sustentabilidade foi proposta como conceito norteador desse planejamento, o que parece ter deslocado o foco das atenções para questões mais estratégicas e menos operacionais.

DIMENSÃO	%	UNIDADE GESTORA	INVESTIMENTO (R\$)
SOCIAL	0,48%	FELEJ	4.000.000
	0,05%	SBES	381.250
	4,45%	SS	36.737.812
	0,47%	FUNDAMAS	3.842.000
	1,10%	FCJ	9.117.000
	12,12%	SE	100.050.000
	18,67%	TOTAL	154.128.062
INFRAESTRUTURA	11,87%	IPPUJ	98.053.788
	0,13%	FUNDEMA	1.110.000
	33,05%	SEINFRA	272.909.315
	0,79%	CONURB	6.500.000
	0,12%	AMAE	1.000.000
	2,75%	SH	22.710.375
	30,36%	CAJ	250.732.109
	79,08%	TOTAL	653.015.587
INSTITUCIONAL	2,25%	SEPLAN	18.608.834
	2,25%	TOTAL	18.608.834

100,00%

N ° PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL
188	825.752.483

Quadro 7 – Plano de investimentos DA PMJ (2007 – 2012)
 Fonte: Apresentação “Plano de Investimentos (2007 – 2012)”, da PMJ.

A articulação de diversas instituições, liderada pela ACIJ, para a instalação do campus da UFSC em Joinville também foi embasada no PEJ e acabou sendo

acatada pelos órgãos responsáveis. A instalação do campus está prevista para 2009. A AJORPEME também se baseou no PEJ ao articular uma proposta de parques ou condomínios empresariais na zona sul, a qual é predominantemente residencial e concentra a maior parte da população de baixa renda do município. Problemas de mobilidade e de alta valorização imobiliária da zona norte estavam inviabilizando a sobrevivência e instalação novas de MPE's na cidade. A regulamentação complementar do plano diretor deve contemplar soluções para essa questão, uma vez que reduzir a distância e o tempo de deslocamento da casa para o trabalho, afeta as dimensões econômicas, sociais e ecológicas ao mesmo tempo. Desde que, obviamente, as novas empresas respeitem e preservem o meio ambiente em seus processos.

Sobre os temas acima, vale destacar o depoimento de um dos entrevistados:

Nós usamos muito a questão do Planejamento Estratégico na questão da Universidade Federal, por exemplo. Um dos argumentos que nós usamos foi de que Joinville tem como vocação ser um pólo regional. Era uma questão que o Planejamento Estratégico deixou muito clara. Um pólo regional se presta a abrigar uma universidade que tem como objetivo atender determinada região. Em determinado momento se discutia a instalação de fábricas em Joinville. Nesse momento, se falou em abrir um distrito industrial na zona sul. Nessa época, uma das questões levantadas era se essa ação estava alinhada com o Planejamento Estratégico (informação verbal).

O objetivo de ser centro de referência nacional em desenvolvimento de negócios, com ênfase nas pequenas empresas e em segmentos que agreguem valor à sociedade, motivou ações do Comitê Estratégico de Empreendedorismo do Instituto Joinville. Esse grupo é formado por entidades empresariais, instituições acadêmicas, bancos de fomento, incubadoras, entidades de apoio e órgãos governamentais.

Esse comitê articulou a realização da Oficina SEBRAE, em Joinville, nos anos de 2005, 2006 e 2007. O evento ofereceu palestras e consultorias gratuitas para pessoas interessadas em abrir um negócio, exposição de vídeos sobre administração, biblioteca e banco de idéias de negócios, além de fornecer informações sobre características do mercado de local. Mais de 8000 atendimentos foram realizados nas três edições do evento que, embora também seja oferecido em outras cidades do estado, foi trazido a Joinville pela articulação do IJ que se mantém co-organizador da oficina em todas as suas edições.

Outra ação do comitê foi a organização do Workshop sobre abordagem do empreendedorismo no ensino, o qual já ocorreu em duas edições. O evento ofereceu palestras, debates e oficinas sobre métodos e técnicas que estimulem o desenvolvimento de empreendedores, seja qual for a disciplina.

O Comitê de Empreendedorismo planeja, ainda, realizar um concurso de planos de negócio envolvendo todas as instituições de ensino da cidade e concedendo, como prêmio ao melhores projetos, apoio técnico e financeiro para a abertura do negócio. Essa proposta esta em fase final de planejamento e deve, como as demais ações do comitê, buscar estimular a abertura de negócios por oportunidade e não somente por necessidade.

As ações descritas na dimensão econômica demonstram o predomínio da racionalidade referente a fins, pois lidam com setores pertencentes ao sistema de mercado. Em todas essas ações, identifica-se claramente a convergência de esforços na busca de resultados específicos. Verifica-se também a presença freqüente de indicadores de desempenho, utilizados pelas empresas e participantes das ações.

Vale ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é verificar a efetividade do município em cumprir os objetivos do PEJ. Contudo, a análise da maior ou menor complexidade de monitoramento nas diferentes dimensões, contribui, em muito, para que seja possível analisar o papel do PEJ no DSJ.

4.2.3 Dimensão social

Em 2007, IJ realizou o Selo Empresa Cidadã, em conjunto com a PMJ. O Selo simboliza o reconhecimento pelos esforços das empresas na área da Responsabilidade Social. Sua validade é anual e podem participar, gratuitamente, as empresas que instituírem e comprovarem melhorias na qualidade de vida e de trabalho junto ao público interno e à comunidade. Uma comissão especial voluntária, formada por representantes da comunidade, faz avaliações quantitativas e qualitativas através das informações obtidas pelo formulário de inscrição e projetos entregues, além de visitas técnicas às empresas inscritas.

Já em sua 5ª. edição, o Selo Empresas Cidadã 2007, anteriormente organizado exclusivamente pela PMJ, contou com um aumento de mais de 100% no número de empresas participantes, passando de 6 para 14 empresas contempladas com o selo. O IJ passou a coordenar as atividades relativas ao selo pelo fato de o processo estar diretamente relacionado ao conteúdo do PEJ, no que diz respeito à responsabilidade social e sustentabilidade.

Outra área da dimensão social, na qual foram identificadas ações, é a educação. O Comitê Estratégico da Educação é um dos grupos mais ativos e articulados do IJ. Foram vários eventos e iniciativas que tiveram relação direta com o PEJ.

Em 2006, foi organizado o Fórum sobre a incorporação do conceito de sustentabilidade na educação. O evento teve a participação de mais de 100 representantes de escolas da região e discutiu mecanismos de conscientização sobre sustentabilidade. Houve também troca de experiências, com apresentações de projetos que obtiveram bons resultados. Uma importante proposta levantada nesse fórum foi a de que o IJ, por meio do Comitê da Educação, fosse o principal articulador das discussões dos problemas da educação de Joinville.

No ano seguinte, o grupo seguiu mobilizando o tema e promoveu o Fórum da integração das políticas da educação em Joinville, a pedido da Secretaria Municipal de Educação. No evento, que contou com mais de 200 participantes, foram abordadas questões fundamentais a serem tratadas pela integração dos esforços das iniciativas públicas, nas três esferas, e também da parceria com o setor privado. Os temas debatidos foram: evasão, exclusão e repetência escolar; turno intermediário (que ocorre pela falta de vagas matutinas ou vespertinas); além da formação e qualificação dos professores. Karam (2007) publicou um artigo, no jornal A Notícia, abordando os principais temas do evento.

O Fórum desencadeou uma reunião em que participaram membros do IJ, da Secretaria Municipal da Educação (SME) e da Gerência da Educação do governo estadual. O objetivo da reunião era dar continuidade ao debate dos temas abordados no Fórum, principalmente a falta de vagas do ensino fundamental e médio. O resultado foram propostas que em parte foram implantadas imediatamente como o fechamento de 220 vagas de turno intermediário da rede municipal, passando esses alunos para escolas mais próximas da rede estadual com vagas

ociosas. As demais propostas e projetos foram encaminhados para estudos mais detalhados e encontram-se em fase de desenvolvimento.

Ainda em 2007, o Comitê Estratégico da Educação insistiu e conseguiu realizar a primeira Conferência Municipal da Educação, em parceria com o Conselho Municipal da Educação (COMED) e a SME. O tema da conferência foi: Educação de qualidade: de quem é a Responsabilidade? O evento teve por objetivo discutir, com todos os segmentos da sociedade civil organizada, qual a parcela de responsabilidade de cada um para que haja uma educação de qualidade no município de Joinville. Toda a rede de ensino pública e privada de Joinville foi mobilizada, desde as pré-conferências, e as propostas encaminhadas ao MEC.

A Associação de Turismo Eco Rural, em parceria com o IJ, também realizou ações da área da educação. Foram duas edições, em 2006 e 2007, do projeto Aprendendo para ensinar. Trata-se de um curso voltado aos professores da rede municipal de ensino infantil e fundamental na área rural. O objetivo é promover a sensibilização e conscientização da valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental e, dessa forma, desenvolver o turismo eco-rural de forma sustentável.

Outra ação da dimensão social foi o trabalho dos Voluntários de Joinville, iniciado por uma ONG com esse nome e incorporado ao IJ, em 2006. O Comitê Estratégico Voluntários de Joinville foi formado por entidades como o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, ACIJ, Associação Joinvilense de Obras Sociais (AJOS), CEAJ, Lauster Pesquisas, Núcleo Mulher Empresária ACIJ, SOCIESC, CBVJ, Univille, Loja da Propaganda, Transville, LBV. O grupo tem a proposta de atuar como um RH do terceiro setor. As atividades envolvem recrutar, capacitar e fazer o intercâmbio entre pessoas que queiram trabalhar como voluntários e as entidades que necessitam deste trabalho.

O Conselho Municipal de Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência (COMDE), com o apoio do IJ e de outras entidades, organizou eventos e campanhas sobre acessibilidade. Em 2007, dois seminários sobre acessibilidade reuniram juntos mais de 400 participantes. Os vereadores foram convidados para a Caminhada da Acessibilidade, onde cinco parlamentares andaram pelo centro como se fossem deficientes. A idéia era que os parlamentares conhecessem um pouco de como se sente um deficiente na cidade, além de mobilizar a população por meio da imprensa.

As ações relacionadas ao PEJ e enquadradas na dimensão social podem ser todas classificadas como ações sociais referentes a valores. Dificilmente é possível

medir os efeitos dessas ações no objetivo da cidade de obter o maior índice de inclusão social do país. Mesmo porque não existe no país um índice padrão que traduza a inclusão social. A relevância das ações da dimensão social, também por serem predominantemente baseadas em valores, pode ser mais adequadamente avaliada de forma qualitativa.

4.2.4 Dimensão ecológica

Joinville é uma cidade litorânea, embora dificilmente um visitante ou mesmo alguns moradores se dêem conta disso, pois a cidade foi construída “de costas” para a Baía da Babitonga. A expansão dos limites urbanos tem feito com que a cidade “encostasse” no mar, como ilustra a Figura 11. Segundo o IBAMA (2007), a pressão antrópica não é a única preocupação ligada ao ecossistema local. A poluição das águas decorrente dos despejos provenientes das indústrias e do esgoto doméstico, o assoreamento acelerado devido ao desmatamento, a pesca predatória, a caça clandestina, a ocupação ilegal das áreas públicas, as obras ilegais e os aterros dos bosques de manguezais também são fatores de risco.

Perante essas preocupações, o IBAMA propôs a criação de uma Unidade de Conservação da Baía da Babitonga (UCBA). A Reserva de Fauna da Baía da Babitonga está embasada em diversos estudos técnico-científicos realizados especificamente para a baía da Babitonga. Cooperaram nesse processo várias universidades e instituições de pesquisa, das quais se destacam a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL/IBAMA) e Instituto VIDAMAR (ONG responsável pelo projeto Meros do Brasil).

Embora a proposta e respectivos estudos tenham ocorrido após o PEJ, não há registros de que essa ação tenha relação com ele. Contudo, algumas ações relacionadas ao PEJ foram realizadas em meio à polêmica causada pela proposta da UCBA. A essência do debate havia se polarizado: manter ou derrubar a proposta. De um lado, defendia-se a manutenção da gestão local na exploração e preservação dos recursos naturais. A outra corrente era a favor da proposta de passar ao órgão federal (IBAMA) o poder de decisão sobre toda e qualquer atividade que afeta o

ecossistema como, por exemplo, liberações para implantação de novos empreendimentos na região.



Figura 11 – Baía da Babitonga vista do morro do Boa Vista
Fonte: autor

O IJ propôs, então, o controverso Fórum sobre a Baía da Babitonga, com o objetivo de abordar o tema sob a perspectiva do PEJ, esclarecendo tecnicamente os aspectos da proposta da UCBA e apresentando a legislação vigente relacionada ao meio ambiente. Também houve uma palestra, proferida por uma doutora da Universidade Federal da Bahia com experiência em processos de governança local para a preservação.

Cerca de 300 participantes, entre estudantes, representantes de interesses econômicos, ambientais, sociais e políticos, de todos os municípios da região, puderam tirar dúvidas e debater as questões estratégicas quanto à preservação e exploração dos recursos naturais que compõem a Baía da Babitonga. As conclusões do evento foram que o tema precisa ser tratado com planejamento e participação, e ainda, que um conselho de entidades locais deveria ser constituído para dar

continuidade aos debates e formulações de propostas. Esse conselho ainda está em fase de formação. Uma vez que ele não seria regulamentado especificamente por lei alguma, há certa hesitação e descrédito quanto ao seu funcionamento e efetividade.

Em 2005, o Comitê Estratégico de meio ambiente do IJ promoveu a palestra “Análise Estratégica Ambiental”, que contou com 120 participantes. O IJ realizou, desde a sua fundação em 2004, dezenas de palestras com o tema desenvolvimento sustentável, as quais atingiram um público total de 3000 pessoas. O conteúdo envolve conceitos e práticas que estimulam a participação da sociedade na discussão de propostas que venham a influenciar a sustentabilidade. O conteúdo do PEJ também era apresentado nessas palestras, assim como as finalidades e atividades do IJ.

O IJ também apoiou eventos que mobilizaram a sociedade em prol da sustentabilidade. A Caminhada na Natureza foi organizada, em 2007, pela Associação de Turismo Eco Rural, Fundação XXV de Julho e Faculdade de Turismo Bom Jesus – IELUSC. O evento proporcionou um passeio pelo circuito Rural Estrada Bonita. Outra iniciativa, apoiada pelo IJ, foi a formação da Comissão da Produção Orgânica de Santa Catarina (CPOrg) – regional norte. O CPOrg promoveu eventos, apoiados pelo IJ, para planejar e mobilizar a cadeia de produção de orgânicos a fim de buscar solucionar os problemas e incentivar o desenvolvimento do setor.

A Fundema adotou como sua meta principal, um dos macroobjetivos do PEJ: Estar, até 2010, entre os dez municípios líderes em desenvolvimento sustentável, considerando os indicadores sociais, educacionais, econômicos e ambientais. O poder público municipal, como já apresentado na dimensão institucional e econômica, tem buscado implantar ações e propor investimentos ligados ao conteúdo do PEJ.

O programa Viva Cidade, uma parceria da PMJ com o BID, prevê o investimento de R\$63,5 milhões, de 2008 a 2011, na proteção dos mananciais, redução dos riscos de inundações e melhoria da capacidade da gestão urbana e ambiental. Esse programa será gerenciado pela Secretaria Municipal de Infra-estrutura (SEINFRA).

Parcerias entre a PMJ, BID, CEF e a Companhia Águas de Joinville prevêem investir, entre 2008 e 2012, R\$172,6 milhões em ações relacionadas ao tratamento de esgoto, como ampliação das estações de tratamento existentes, implantação de novas estações, novos laboratórios de análise e monitoramento, etc. Mesmo sendo

considerados projetos a serem implantados no futuro, essas ações foram incluídas neste trabalho por terem seus respectivos contratos já formalizados e empréstimos já aprovados. O fator preponderante nesses casos é que essas decisões, segundo depoimento de entrevistados, foram tomadas baseadas no conteúdo do PEJ.

As ações da dimensão ecológica, relacionadas neste item, tendem a ser motivadas predominantemente por valores. A convicção ética de que é preciso preservar as condições do meio ambiente para as gerações futuras é uma das premissas que justificam tal enquadramento.

4.2.5 Resumo das ações sociais relacionadas ao PEJ

O Quadro 8 apresenta uma síntese das ações sociais levantadas nesta pesquisa, as quais tiveram relação com o PEJ. Algumas ações de conteúdo e forma similares foram agrupadas.

AÇÕES RELACIONADAS AO PEJ	
Dimensão Institucional • Fundação do IJ • Desenvolvimento de planos de ação, por parte dos GT's, envolvendo múltiplas instituições • Articulações e mobilizações para maior participação da sociedade nos temas estratégicos do município • Oficina de desenvolvimento e avaliação de projetos • Participação do IJ do Desenville • Formalização de novas instituições • Incorporação do PEJ nos planos estratégicos de instituições e empresas • Incorporação do PEJ no plano de governo • Incorporação do PEJ no plano diretor	Dimensão Econômica • Desenvolvimento dos APL's dos setores metal mecânico e plástico • Investimentos em equipamentos turísticos • Construção de centro de exposição • Melhoria dos equipamentos turísticos • Criação de roteiros de turismo eco-rural • Proposta de parque tecnológico • Investimentos em infra-estrutura • Oficinas de Empreendedorismo • Workshops de empreendedorismo no ensino
Dimensão Social • Realização do Selo Empresas Cidadã pelo IJ • Fórum e reuniões de integração das políticas da educação • Conferência Municipal da Educação • Projeto Conhecendo para Ensinar • Voluntários de Joinville • Seminário e mobilização sobre acessibilidade • Decisão de instalação do campus da UFSC em Joinville	Dimensão Ecológica • Fórum sobre a Baía da Babitonga • Proposta de formação de um Conselho da Baía da Babitonga • Palestras sobre desenvolvimento sustentável • Caminhada na natureza • Constituição da Comissão da Produção Orgânica de Santa Catarina (CPOrg) • Investimentos públicos em programas de saneamento e preservação de mananciais

Quadro 8 – Resumo das ações sociais relacionadas ao PEJ por dimensão

Fonte: Autor

Nos próximos itens serão apresentadas as análises referentes ao papel das ações sociais, descritas até esse ponto, no desenvolvimento sustentável do município.

4.3 PAPEL DO PEJ NO DS DE JOINVILLE

O papel do PEJ no desenvolvimento sustentável de Joinville é analisado tendo por base os elementos da descrição dos municípios de Kieckhöfer (2005). Essa escolha se deve ao fato de os demais modelos pesquisados e apresentados na fundamentação teórica utilizarem técnicas de agregação, as quais inviabilizam as análises pertinentes a este estudo.

Embora Kieckhöfer (2005) classifique os indicadores de desenvolvimento sustentável em 7 segmentos, para fins deste estudo os mesmos são agrupados nas quatro dimensões mais conhecidas da sustentabilidade, de forma a facilitar as análises. Portanto, os segmentos (I) Demográfico e Sociocultural; (II) Econômico-Financeiro; (III) Ambiental e de Saneamento; (IV) Político-Institucional; (V) Físico-Geográfico; (VI) Científico-Tecnológico e (VII) Jurídico-Legal são agrupados nas dimensões institucional, econômica, social e ecológica.

Para fins de análise dos IDSJ, conforme demonstra o Quadro 9, a dimensão institucional envolve os indicadores referentes aos segmentos Político-Institucional e Jurídico-Legal; a dimensão econômica inclui os segmentos Econômico-Financeiro e Científico-Tecnológico; a esfera social apresenta os indicadores Demográficos e Socioculturais; e a dimensão ecológica encampa os segmentos Físico-Geográfico além do Ambiental e de Saneamento.

DIMENSÕES	INSTITUCIONAL	ECONÔMICO	SOCIAL	ECOLÓGICO
SEGMENTOS	Político-Institucional	Econômico-Financeiro	Demográfico e Sociocultural	Físico-Geográfico
	Jurídico-Legal	Científico-Tecnológico		Ambiental e de Saneamento

Quadro 9 – Agrupamento dos segmentos nas dimensões do DS

Fonte: autor

É importante, ainda, salientar mais dois aspectos relacionados aos IDSJ a serem apresentados nos próximos itens. Primeiramente, a lista oficial de indicadores do município ainda não foi estabelecida. A regulamentação de um sistema de informações foi feita pelos artigos 137 e 138 da lei complementar 43/06 que se refere ao PDDSJ:

Art. 137. O Sistema de Informações Municipais tem por objetivo:

- I. Propiciar indicadores de desempenho que permitam um processo de avaliação contínua do desenvolvimento sustentável municipal;
- II. Propiciar indicadores de desempenho que permitam um processo de avaliação contínua da aplicação do Plano Diretor;
- III. Fornecer informações para a gestão e planejamento do município, o monitoramento, a avaliação e implementação das políticas urbana e rural, subsidiando a tomada de decisões ao longo de seu processo;
- IV. Conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, de saúde, educacionais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, infraestrutura, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município;
- V. Manter o Cadastro de Imóveis Municipal permanentemente atualizado através da aplicação de técnicas de Sistema de Informação Georeferenciado;
- VI. Indicador de prazo para tramitação e aprovação de projetos.

Art. 138. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) ano após a publicação desta Lei Complementar para a elaboração e divulgação do Sistema de Informações Municipais, que deverá possuir os seguintes elementos:

- I. Relação dos Indicadores de Desempenho e o embasamento para sua escolha;
- II. Descrição da metodologia aplicada a cada um dos indicadores de desempenho;
- III. Periodicidade e forma de divulgação dos resultados (JOINVILLE, Lei complementar 43/06, p. 58).

Portanto, segundo essa lei, o sistema de indicadores será estabelecido oficialmente até dezembro de 2008. Outro aspecto relevante é que os indicadores foram selecionados por terem alguma relação, direta ou indireta, com as análises das ações descritas no item 4.2 deste trabalho. Aqueles IDSJ, os quais não enriquecessem tais análises, não foram incluídos neste estudo.

4.3.1 IDSJ na dimensão institucional

a) Número de entidades e conselhos do município

O Quadro 10 evidencia a quantidade de sindicatos, entidades classistas, conselhos e associações existentes no município de Joinville. O termo entidade

classista denomina as sociedades de empresas, com forma e natureza jurídica próprias, sem fins lucrativos, constituídos para prestarem serviços aos seus associados. São alguns exemplos de entidades de classe as confederações, as federações, as cooperativas e as entidades profissionais, entre outros.

ENTIDADE	QUANTIDADE
Sindicatos	70
Entidades Classistas	23
Conselhos	20
Associações	365
Total	478

Quadro 10 – Estrutura institucional de JOINVILLE
Fonte: [http:// www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

A estrutura institucional, composta por 478 entidades, tornou-se mais interativa a partir do PEJ, segundo as constatações deste estudo. Cerca de 100 entidades constituíram o conselho da cidade do PEJ e mais de 160 participaram de alguma reunião ou atividade do IJ, desde a sua fundação em 2004. O papel do PEJ e do IJ na estrutura institucional de Joinville diz respeito às interações horizontais e verticais que ocorrem nessa rede de entidades e foram descritas na dimensão institucional das ações sociais relacionadas ao PEJ. Salienta-se aqui, a pertinência da existência de um indicador que medisse o grau de interação dessa rede e conseqüente participação nas decisões estratégicas do município.

b) Agenda 21 de Joinville

O processo de construção da agenda 21 de Joinville ocorreu em 1997, a partir da proposta da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente. Naquele ano, foi constituída a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, através do Decreto Municipal no. 8063 de 01/04/97 e complementado pelo Decreto Municipal no. 8251 de 29/08/97. Nesse último decreto, foi prevista a participação de 34 entidades, sendo 11 órgãos do governo municipal e 23 instituições da sociedade civil (CECATO, 2002).

Cecato (2002) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de analisar a aplicabilidade da Agenda 21 de Joinville, bem como avaliar o andamento das

atividades propostas no documento, decorridos três anos do início de sua implantação, em 1998. Na conclusão de sua dissertação, a autora afirma que havia dois grupos de interesses distintos entre os membros da comissão responsável pela formulação da Agenda 21 de Joinville. Um grupo de pessoas, ligadas à administração pública, considerava a questão sócio-ambiental como uma questão emergencial, dadas as ameaças que o crescimento populacional impunha ao desenvolvimento sustentável do município. O outro grupo, participante da comissão, parecia ter seus interesses mais voltados a objetivos pessoais ligados a carreira política e profissional. A autora observou que esses dois grupos demonstraram preocupações diversas em relação ao desenvolvimento sustentável e conclui que: “a conscientização será alcançada tão somente através da estruturação dos interesses” (CECATO, 2002, p. 110).

Constata-se que o processo de construção da Agenda 21 de Joinville enfrentou ambigüidades similares às aquelas descritas nas ações sociais relacionadas ao PEJ. Outra característica semelhante nesses dois processos é a marcante participação da sociedade civil em ambas as iniciativas. Contudo, o fato de a Agenda 21 ser homologada formalmente por decreto lei, concede a ela uma conotação tecnológico-tecnocrata, diferentemente do PEJ, o qual se mantém mais característico da abordagem sociológica.

O Quadro 11 apresenta os capítulos que compuseram a Agenda 21 de Joinville e seus respectivos relatores e instituições que representavam na comissão. Houve também a participação de pessoas e outras instituições com direito a voz nas reuniões e eventos que fizeram parte desse processo (CECATO, 2002).

CAPÍTULO	RELATOR FINAL	ÓRGÃO
1. Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões	Max A. Veit	ACIJ
2. Mudança de padrões de consumo	Nelson L. Wendel	Associação de Defesa Ambiental Jacatirão
3. Cooperação para acelerar o desenvolvimento sustentável	Murilo T. Carvalho	Sec. Desenvolvimento e Integração Regional
4. Combate a pobreza	Maria Teresa Soares Alaíde T. dos Santos Roselane F. Campos	Secretaria de Bem Estar Social
5. Gerenciamento dos recursos terrestres e assentamentos humanos	Sulimar A. de Carvalho Maria Raquel K. Valdez Franciso de Assis Freitas Luís Rogério P. Gonçalves	Secretaria de Infra-estrutura Urbana
6. Proteção e promoção das condições da saúde humana	Guilherme Lima	Secretaria da Saúde
7. Proteção e promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável	Onévio Zabot James Schroeder	Fundação 25 de Julho
8. Proteção e manejo sustentável das zonas costeiras e da Baía da Babitonga	Evando Goulart	EPAGRI
9. Manejo ambientalmente saudável da biotecnologia	Mônica Lopes Gonçalves	UNIVILLE
10. Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos	Adriano Stimamiglio	SAMA
11. Conservação da biodiversidade biológica: gerenciamento dos ecossistemas naturais	Dalton Rodrigues Naum Alves de Santana	UTESC IPPUJ
12. Combate ao desflorestamento e à erosão do solo	James Schroeder Sérgio Dalláqua	Fundação 25 de julho APREMA
13. Proteção da atmosfera	Olenir T. Bortolaso	FATMA
14. Manejo e transporte ecologicamente saudável de resíduos tóxicos perigosos	Adalberto de Araújo Barreto	FEJ/UDESC
15. Educação ambiental	Eloísa Corrente Marcos Lombardi	Secretaria da Educação e Cultura

Quadro 11 – Relatores finais da Agenda 21 municipal e órgão de representação
Fonte: Adaptado de Cecato, 2002, p. 76.

O Quadro 12 apresenta o estágio de execução de todas as atividades previstas na Agenda 21 de Joinville, segundo a pesquisa de Cecato (2002). Observa-se que foram executadas somente 7% do total de 652 atividades previstas, enquanto 43% delas encontravam-se em execução, três anos após a instituição da Agenda 21, ocorrida em 1998.

CAP	PROG.	ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES							
			EXECUTADAS		EM EXECUÇÃO		SEM EXECUÇÃO		DADOS NÃO DISPONÍVEIS	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I	1	2	~	~	2	100	~	~	~	~
II	5	40	~	~	14	35	26	65	~	~
III	1	7	~	~	3	43	4	57	~	~
IV	2	11	~	~	~	~	~	~	11	100
V	6	91	2	2	22	24	11	12	56	62
VI	2	21	4	19	11	52	6	29	~	~
VII	9	121	11	10	55	45	55	45	~	~
VIII	3	57	4	7	21	37	32	56	~	~
IX	5	22	1	4	9	41	12	55	~	~
X	6	82	~	~	52	63	30	37	~	~
XI	5	55	~	~	28	51	27	49	~	~
XII	4	37	~	~	9	24	28	76	~	~
XIII	7	16	~	~	3	19	13	81	~	~
XIV	4	59	3	5	46	78	10	17	~	~
XV	7	31	18	58	5	16	8	26	~	~
15	64	652	43	7	280	43	262	40	67	10

Quadro 12 – Andamento das atividades da Agenda 21

Fonte: Cecato, 2002, p. 106.

Embora tenha sido regulamentada oficialmente, a responsabilidade pelo cumprimento da agenda 21 não é somente do poder público, havendo a necessidade de participação de entidades da sociedade civil organizada. Analisando os resultados demonstrados no Quadro 12, conclui-se que a Agenda 21 de Joinville apresenta importantes limitações em produzir um esforço interinstitucional satisfatório pela sustentabilidade do município.

As conclusões de Cecato (2002) reforçam a alto impacto dos padrões cognitivos ambíguos presentes na construção da agenda 21. A partir dos dados levantados, iniciativas baseadas na abordagem sociológica parecem mais adequadas à complexidade desses contextos ambíguos. Um dos entrevistados, o qual participou tanto da Agenda 21 quanto do PEJ, afirmou em relação ao PEJ:

A sua importância como um plano de ação e de perspectivas realizáveis para a cidade é mais efetiva do que a Agenda 21. Isso porque ele deixa muito claro as ações que devem ser tomadas, as quais foram elaboradas pela população, mesmo que tenha havido participação do Poder Público e de instituições, o que acaba representando a vontade popular (informação verbal).

c) Indicadores jurídicos legais

Schoeffel (2007) realizou um estudo de caso múltiplo sobre as relações entre o Plano Diretor e o Plano Estratégico dos municípios de Joinville, Rio de Janeiro e Rio Negrinho. A autora conclui sobre o PEJ e o PDDSJ: “Logo, as premissas de que o plano estratégico, pra ser efetivo, necessita do engajamento da população e o plano diretor, pela função social da propriedade e outras determinações do Estatuto da Cidade, são atendidas plenamente com o processo de planejamento em Joinville” (SCHOEFFEL, 2006, p. 163).

As conclusões de Schoeffel (2006), sobre o alinhamento dos conteúdos do PDDSJ com o PEJ, ocorreram antes da aprovação do texto final da lei complementar que regulamentou o plano diretor. Essa Lei 43/06, já citada anteriormente, também é marcada pela ambigüidade. Em seu Art. 86 § 2º, o qual versa sobre a composição do Conselho da Cidade, consta a participação de 07 representantes do poder público municipal e 07 das Câmaras Comunitárias Setoriais, além do Presidente do Conselho Consultivo e Deliberativo. O Art. 87 determina que esse cargo de Presidente do Conselho da Cidade será ocupado pelo presidente do IPPUJ, “a quem caberá o voto de desempate e o poder de polícia nas reuniões do Conselho Consultivo e Deliberativo” (JOINVILLE, LC 43/06, p.45).

O plano diretor de Blumenau, cidade catarinense com 293.000 habitantes, estabeleceu a participação de 42 membros em seu conselho da cidade. São 27 instituições a mais do que o conselho de Joinville, com 487.000 habitantes. Além disso, o Conselho da Cidade de Blumenau possui somente 14 representantes do poder público, o que representa 38% do total de conselheiros (BLUMENAU, LC 615/2006).

Enquanto o PEJ é orientado pela abordagem política de participação democrática do desenvolvimento sustentável, a Câmara de Vereadores aprovou um plano diretor onde predomina a postura tecnocrata e centralizadora com respeito à composição do Conselho da Cidade. A proposição e alteração de normas municipais, a avaliação das políticas urbanas e o acompanhamento da implantação do PDDSJ, entre outras importantes prerrogativas, cabem ao Conselho da Cidade de Joinville, cuja maioria de representantes é do poder público (53%), e cujo presidente detém um inusitado “poder de polícia” nas reuniões.

4.3.2 IDSJ na dimensão econômica

Os indicadores da dimensão econômica são disponíveis em muito maior número do que aqueles relacionados às demais dimensões. Consequentemente, de todos os macro objetivos estabelecidos pelo PEJ, as metas referentes à dimensão econômica possibilitam, monitoramento menos complexo do que os objetivos ligados à sustentabilidade, inclusão social e orgulho e sonho.

a) Estrutura econômica do município

- Produto interno bruto (PIB) total e *per capita*

Segundo os dados disponíveis no site do IBGE, Joinville ocupa o 1º. lugar e o 32º. Lugar no ranking do PIB a preços correntes, em nível estadual e nacional, respectivamente. O Quadro 13 apresenta a variação do PIB e PIB *per capita* gerados por Joinville, no período entre 2002 e 2005. Observa-se que o PIB a preços correntes variou 58% nesse período, diferentemente do PIB *per capita*, o qual variou 50%. Ou seja, o crescimento do PIB, embora significativo no cenário estadual e nacional, ocorre numa taxa inferior do que a do crescimento da população do município.

	2002	2003	2004	2005
PIB a preços correntes (mil)	5.777.274	6.686.534	8.046.308	9.149.044
PIB <i>per capita</i>	12.562	14.259	16.834	18.875

Quadro 13 – PIB *per capita* de Joinville em R\$

Fonte: IBGE

- Empresas estabelecidas em Joinville por setor de atividade

Atividade Econômica	2001	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Comércio	10.471	9.421	9.232	10.160	10.314	10.566	9.351
Indústria	1.683	1.544	1.514	1.670	1.705	1.698	1.498
Prestação de Serviços	12.679	11.404	11.313	11.531	12.045	12.393	11.806
Autônomos	9.130	6.796	6.653	7.128	6.941	6.467	5.596
TOTAL	33.963	29.165	28.540	30.489	31.005	31.124	28.251

Quadro 14 – Empresas estabelecidas em Joinville, por setor de atividade

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda, 2007 apud Joinville, 2007.

O Quadro 14 apresenta a evolução no número de empresas estabelecidas em Joinville, no período de 2001 a 2006, por setor de atividade. Há uma estabilidade na quantidade total de empresas em torno de 30.000, não havendo mudanças significativas na representatividade de cada segmento, desde 2001.

b) Principais indicadores relacionados às vocações de Joinville

- Turismo de negócios e eventos

Se o objetivo de crescimento do turismo de negócios e eventos fosse avaliado pelo critério de receita anual gerada na atividade – dados levantados pela PROMOTUR e SANTUR em 2007 - concluir-se-ia que o município cumpriu com folga a meta de crescimento de 30% ao ano, no período de 2003 a 2006. Já se fosse considerado o número total de turistas, embora a variação tenha sido de 51% de 2004 a 2005. O crescimento dos visitantes ficou em torno dos 17%, no período entre 2005 e 2006. O quadro 15 apresenta detalhes do crescimento dessas duas variáveis: número de turistas e receitas geradas.

Turista	2003		2004		2005		2006	
	Nº	Receita	Nº	Receita	Nº	Receita	Nº	Receita
Nacionais	94.789	5.599.707,40	85.029	6.476.645,94	128.803	10.644.358,13	152.023	15.817.740,90
Estrangeiros	1.823	171.531,79	2.216	217.005,22	3.238	403.268,53	2.088	743.981,42
TOTAL	96.612	5.942.761,19	87.245	6.693.651,16	132.041	11.047.626,66	154.111	16.561.722,82

Quadro 15 – Número de turistas e receita anual do turismo em Joinville (US\$)

Fonte: Promotur – Santur 2007, apud Joinville 2007.

A iniciativa privada também aumentou os investimentos no setor hoteleiro, como demonstra o Quadro 16. O número de leitos cresceu, passando de 5.252, nos anos de 2003 e 2004, para 5.500, em 2006. O aumento no número de hotéis, no mesmo período, foi próximo a 10%. Segundo os dados da PROMOTOR e SANTUR, a taxa de ocupação também foi crescente, passando de 38%, em 2004, para 52%, em 2006.

	2003	2004	2005	2006
Hotéis Classificados e outros estabelecimentos	53	53	57	58
Leitos	5.252	5.252	5.412	5.500
Taxa de ocupação (média %)	42,25%	38,24%	46,81%	51,80%

Quadro 16 – CAPACIDADE HOTELEIRA DE JOINVILLE

Fonte: Promotur – Santur 2007, apud Joinville, 2007.

- Indústria metal mecânica e do plástico

Para medir os resultados obtidos pelo Projeto de Desenvolvimento dos APL's metal mecânico e do plástico, o SEBRAE contratou uma empresa especializada em pesquisa. O levantamento dos dados junto às empresas participantes do projeto ocorreu em três momentos: a primeira foi realizada no início do projeto, em 2004 (T0), a segunda em 2005 (T1), e a terceira após todas as ações terem sido implantadas (Tfinal).

O Quadro 17 apresenta o resultado referente à soma das receitas totais da amostra das empresas participantes do projeto, no setor metal mecânico. Observa-se que a meta de aumento em 10% ao ano foi superada com folga, alcançando 28% na medição do segundo ano.

RESULTADO: Aumentar em 10% ao ano a receita das empresas participantes			
MÉTODO DE CÁLCULO: Pesquisa junto às empresas participantes.			
INDICADOR: Receita			
RESULTADOS OBTIDOS			
MEDIDA	T0	T1	Tfinal
REFERÊNCIA	01/2004 a 12/2004	01/2005 a 12/2005	01/2006 a 12/2006
VALOR MENSURADO	R\$42.433.630,00	R\$44.912.375,90	R\$54.321.450,99
% sobre MENSURAÇÃO ANTERIOR:		5,84	20,95
% sobre MENSURAÇÃO T0:		5,84	28,02

Quadro 17 – Receita das empresas participantes do projeto de desenvolvimento do APL metal mecânico

Fonte: Relatório Tfinal do APL da indústria metal mecânica de Joinville – SEBRAE, 2007.

O Quadro 18 apresenta a produtividade das empresas participantes do projeto. Nota-se que indiferentemente da medida de tendência central adotada – média ou mediana – os resultados finais referentes à produtividade das empresas, medida pela receita por colaborador, também foram bem acima da meta de crescimento, estabelecida em 10% ao ano. A medição final apresentou um aumento de 93% na produtividade das empresas participantes ao final do projeto. Os dados sobre os resultados obtidos do setor plástico apresentaram desempenho similar. As empresas participantes do projeto eram todas de micro e pequeno porte.

RESULTADO: Aumentar em 10% ao ano a produtividade (receita por colaborador) das empresas participantes.			
MÉTODO DE CÁLCULO: Pesquisa junto às empresas participantes.			
INDICADOR: Receita por colaborador			
RESULTADOS OBTIDOS			
MEDIDA	T0	T1	Tfinal
REFERÊNCIA	01/2004 a 12/2004	01/2005 a 12/2005	01/2006 a 12/2006
MÉDIA	R\$5.079,00	R\$6.105,37	R\$9.346,29
MEDIANA	R\$4.000,00	R\$4.762,00	R\$7.733,00
DESVIO-PADRÃO	R\$5.212,00	R\$5.632,97	R\$6.270,21
% sobre MENSURAÇÃO ANTERIOR:		19,04	62,40
% sobre MENSURAÇÃO T0:		19,04	93,33

Quadro 18 – Produtividade das empresas participantes do projeto de desenvolvimento do APL metal mecânico

Fonte: Relatório Tfinal do APL da indústria metal mecânica de Joinville – SEBRAE, 2007

c) Principais indicadores de padrões de produção e consumo

Dentre os indicadores de relativos a padrões de produção e consumo, os dados referentes à mobilidade são os que têm relação com as ações sociais descritas nesta pesquisa.

- Frota de veículos automotores

O Quadro 19 demonstra a evolução da frota total e da média de veículos por habitantes em Joinville, Santa Catarina e no Brasil. A frota total de veículos de Joinville cresceu 46,5%, entre 2002 e 2007. Esse aumento é inferior ao crescimento da frota catarinense de 49,4%, contudo, superior ao aumento 39,7%, da frota nacional. Em Joinville, existe praticamente um veículo para cada dois habitantes, tal qual a média estadual. Número bem inferior à média nacional que totaliza cerca de quatro habitantes para cada veículo.

Ano	Frota de veículos			Média de habitantes por veículos		
	Joinville	SC	Brasil	Joinville	SC	Brasil
2002	152.465	1.787.424	35.523.633	2,94	3,10	4,94
2007	223.301	2.670.284	49.644.025	2,18	2,20	3,70
(%)	46,5	49,4	39,7	-25,9	-29,0	-53,40

Quadro 19 – Comparativo da frota de veículos

Fonte: DENATRAN e IBGE

d) Principais indicadores científico-tenológicos

O PEJ estabeleceu a inovação como um dos objetivos para Joinville: Fomentar o processo de inovação, de forma contínua, nos segmentos que agregam valor à sociedade com ênfase nas pequenas e micro empresa. O próximo item apresenta os centros de estudos e pesquisas presentes no município.

- Centro de estudos e pesquisa

O Quadro 20 apresenta os centros de estudos e pesquisa de Joinville e seus respectivos cursos oferecidos. São 20 instituições de ensino, sendo somente 5 do setor público, com cursos gratuitos, 7 centros de pesquisa tecnológica e duas incubadoras.

ACE – Associação Catarinense de Ensino	
Pedagogia	Direito
Psicologia	Terapia Ocupacional
Fisioterapia	Sistemas de Informação
ASSESSORITEC – Instituto Tecnológico	
Administração da Construção Civil	Administração de Pequenos Negócios
Caldeireiro Industrial	Eletromecânica Automotiva
Ferramentaria	Gestão do Sistema da Qualidade
Informática	Manutenção Industrial
Meio Ambiente	Processos de Vendas
Operador de Máquinas	Segurança do Trabalho
Soldagem	
Associação Educacional Luterana - BOM JESUS/IELUSC	
Comunicação Social: Publicidade e Propaganda	Turismo
Comunicação Social: Jornalismo	Educação Física
Enfermagem	Nutrição
CEDUP – Centro de Educação profissional Dario Geraldo Salles	
Gestão da Produção	Gestão Comercial
Gestão Contábil	Técnico em Eletromecânica
Técnico em Eletrotécnica	Técnico em Mecânica
Técnico em Eletrônica	
CEFET	
Técnico em enfermagem	Técnico em mecânica industrial
Técnico em eletroeletrônica	
COLÉGIO ELIAS MOREIRA	
Técnico em Vendas	Técnico em Estética
Técnico em Finanças	Técnico em Logística
Técnico em Secretariado	Técnico em Meio Ambiente
Técnico em Gestão de Pessoas	Técnico em Comercio Exterior
Técnico em Comercio Varejista	Técnico em Gestão de Negócios
Técnico em Propaganda e Marketing	Técnico em Qualidade Industrial e Serviços
Técnico de Administração	Técnico de Com. e Expressão Língua Inglesa
Técnico em Farmácia	Técnico em Alimentos
Técnico em Higiene Dental	Técnico em Análises Clínicas

Quadro 20 – Centros de estudos e pesquisas de Joinville

Fonte: adaptado de Joinville, 2007.

Técnico em Química Industrial	Técnico em Sistemas de Informação
Técnico em Floricultura e Jardinagem	Técnico em Segurança do Trabalho
EDUCAVILLE	
Técnico em Administração	Técnico em Contabilidade
Técnico em Recursos Humanos	Cursos de Informática
Auxiliar de Recursos Humanos	Auxiliar Administrativo
Escola Técnica Tupy	
Automação Industrial	Ferramentaria
Gestão Empreendedora	Gestão da Qualidade
Informática	Química
Segurança do Trabalho	Metalurgia
Desenvolvimento de Produtos	Design de Interiores
Edificações	Eletrônica
Eletrotécnica	Materiais
Mecânica	Plásticos
Projetos Mecânicos	Refrigeração e Climatização
Segurança do Trabalho	Segurança Empresarial
Telecomunicações	
FATESC – Faculdade Tecnológica São Carlos	
Marketing de Varejo	Marketing
Org. de Eventos Desportivos e de Lazer	Eventos
Gestão de Processos Industriais	Sistemas para Internet
Gestão Financeira	Gestão de Recursos Humanos
Usinagem	Vestuário
Automação industrial	Automobilística
Eletrônica	Ferramentaria de Moldes
Informática	Manutenção Eletromecânica
Mecatrônica	Moda e Estilismo
Projetos Mecânicos	Panificação, Confeitaria e Massas
Desenv. de Sistemas de Informação Para Web	
FCJ – Faculdade Cenecista de Joinville	
Administração: Empresa e Negócios	Sistemas de Informação
Administração: Marketing	Turismo
Administração: Negócios Internacionais	Direito
Gestão da Qualidade	Gestão Desportiva e de Lazer
Fundação 25 de Julho	
5ª a 8ª Série voltado à Agricultura	
IESVILLE – Instituto de Ensino Superior de Joinville	
Administração – Matutino	Tecnologia em Marketing
Administração – Noturno	Ciências Contábeis
Tecnologia em Produção Multimídia	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Tecnologia em eventos	Tecnologia de Logística
Tecnologia em Gestão Tributária	Tecnologia em Gestão Financeira
Pedagogia – Matutino	Pedagogia – Noturno
INESA – Instituto de Ensino Superior Santo Antônio	
Administração	Pedagogia
IST – Instituto Superior Tupy	
Bacharelado em Administração	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
Bacharelado em Ciências Contábeis	Bacharelado em Engenharia Civil
Bacharelado em Engenharia de Produção Mecânica	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação
Bacharelado em Engenharia de Computação	Bacharelado em Engenharia de Fundição
Bacharelado em Engenharia de Plásticos	Bacharelado em Engenharia Elétrica
Bacharelado em Engenharia Mecânica	Bacharelado em Engenharia Química
Estatística	Bacharelado em Sistemas de Informação

Quadro 20 – Centros de estudos e pesquisas de Joinville (Continuação)

Licenciatura em Física	Licenciatura em Pedagogia
Tecnologia em Automação Industrial	Tecnologia em Desenvolv. de Sistemas para Internet
Tecnologia em Empreendedorismo	Tecnologia em Gestão da Qualidade e Produtividade
Tecnologia em Gestão Empreendedora	Tecnologia em Logística
Tecnologia em Manutenção Industrial	Tecnologia em Materiais
Tecnologia em Mecânica – Fabricação	Tecnologia em Processamento de Metais
Tecnologia em Qualidade e Prod. Industrial	Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Tecnologia em Gestão de Sistemas de Informação	
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	
Gestão	Comércio
Informática	Comunicação
Saúde	Turismo e Hotelaria
Meio Ambiente	Informática (nível médio)
Saúde (nível médio)	Gestão (nível médio)
SENAI – Serviço Nacional da Indústria	
Automação industrial	Automobilística
Eletrônica	Ferramentaria de Moldes
Informática	Manutenção Eletromecânica
Mecatrônica	Moda e Estilismo
Projetos Mecânicos	Panificação, Confeitaria e Massas
Usinagem	Vestuário
SENAI – Faculdade Tecnológica	
Tecnologia em fabricação Mecânica	Tecnologia em Gestão da Produção e Serviços Industriais
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	Tecnologia em Redes de Computadores
Tecnologia em Redes de Computadores	Tecnologia em Processos Industriais
UDESC – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	
Ciência da Computação Integral	Engenharia Civil
Engenharia Elétrica	Licenciatura em Física
Engenharia Mecânica	Engenharia de Produção em Sistemas
Tecnologia em Sistemas de Informação	
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville	
Administração de Empresas	Ciências Econômicas
Administração Industrial e Logística	Ciências Contábeis
Administração de Marketing	Ciências Biológicas
Administração do Comércio Exterior	Biologia Marinha
Design – Programação Visual	Direito
Design – Projeto de Produto	Educação Física
Engenharia Ambiental	Farmácia
Engenharia Química	Geografia
Engenharia de Produção Mecânica	História
Sistemas de Informação	Letras
Matemática	Medicina
Odontologia	Pedagogia
Psicologia	CST em Processos Industriais
CST em Finanças	

Quadro 20 – Centros de estudos e pesquisas de Joinville (Continuação)

Centros de Pesquisa Tecnológica e Incubadoras	
Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa)	Centro de Tecnologia em Informática de Joinville – CTIJ
Centro de Mecânica de Precisão de Joinville – CMPJ	Midiville – Microdistrito Industrial de Base Tecnológica
Instituto Superior de Tecnologia	Fundação Softville
CTMA – Centro de Tecnologia Eletromecânica	UDESC – Joinville – Centro de Pesquisas em Automação Industrial (CPAI)
	UDESC Joinville – Centro de Pesquisas em Ciências dos Materiais

Quadro 20 – Centros de estudos e pesquisas de Joinville (Continuação)

4.3.3 IDSJ na dimensão social

a) Principais Indicadores Demográficos

No Brasil, as décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo êxodo rural e o fenômeno da litoralização, concentrando a maior parte da população brasileira em cidades próximas ao litoral. Mesmo ainda sendo considerada uma cidade de porte médio, Joinville deve figurar, nos próximos 30 anos, entre os municípios com mais de um milhão de habitantes.

- Taxa Média Anual de Crescimento Populacional

ANOS	TXS. MÉDIAS JOI (%)	TXS. MÉDIAS BRA (%)
1960 a 1970	6,0	2,9
1970 a 1980	6,4	2,5
1980 a 1991	3,6	1,9
1991 a 2000	2,5	1,6
2000 a 2006	1,9	-

Quadro 21 – Taxa média anual de crescimento populacional
Fonte: IBGE

Conforme o Quadro 21, Joinville apresenta taxas médias anuais de crescimento populacional decrescentes, contudo superiores às nacionais.

b) Principais indicadores de educação

- Nível educacional da população jovem e adulta

O nível de educação da população jovem e adulta de Joinville evoluiu entre 1991 e 2000, como mostram os Quadros 22 e 23, respectivamente. Entretanto, ainda há espaço para a melhoria desses indicadores. Embora as taxas de analfabetismo estejam entre as melhores do país, 30% da população entre 10 a 14 anos tem menos de 4 anos de estudo e, ainda, cerca de 20% da população, com idade entre 15 e 17 anos, não freqüentam a escola. A parcela da população com menos de 8 anos de estudo, em 2000, era de 41% na faixa etária de 15 a 17 anos, e 24% entre as pessoas de 18 a 24 anos.

Faixa etária (anos)	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14 anos	5,8	3,2	~	~	~	~	90,3	97,6
10 a 14 anos	1,7	0,9	44,6	30,6	~	~	89,4	97,4
15 a 17 anos	1,4	0,6	8,5	4,4	62,4	41,2	50	81,1
18 a 24 anos	1,9	0,8	8,9	4,5	42,2	24,5	~	~

Quadro 22 – Nível educacional da população jovem de Joinville
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000		
	1991	2000
Taxa de analfabetismo	6,8	4,1
% com menos de 4 anos de estudo	25,2	16,1
% com menos de 8 anos de estudo	64,5	51,1
Média de anos de estudo	6	7,2

Quadro 23 – Nível educacional da população adulta
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

- Estrutura educacional

O Quadro 24 mostra que o número total de alunos no ensino fundamental de Joinville ficou em torno de 75.000, entre 2000 e 2006. Contudo, a rede pública municipal tinha 42.044 estudantes no ensino fundamental, no ano 2000, e passou a ter 48.071 alunos, em 2006. A quantidade de alunos na rede estadual, por outro lado, caiu de 26.034 para 20.430, no mesmo período.

A disponibilidade de salas de aulas da rede municipal não cresceu na mesma proporção do crescimento populacional. Como consequência desse fenômeno, foi criado, em 2004, o turno intermediário, no qual os alunos do ensino fundamental estudam no horário do almoço, cumprindo uma carga horária diária 30 minutos menor do que os turnos matutino e vespertino. Ao final de cada ano, os alunos do

turno intermediário freqüentam 100 horas-aula a menos do que os demais estudantes. Em 2007, havia 4500 alunos do ensino fundamental no turno intermediário, conforme informações da Secretaria Municipal de Educação.

ANO	REDE DE ENSINO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ED.DE JOVENS E ADULTOS FUND./ MÉDIO	ENSINO MÉDIO REGULAR PROFISS.	TOTAL
2000	ESTADUAL	2.237	26.034	4.365	17.633	50.269
	MUNICIPAL	5.905	42.044	7.793	28	55.770
	PARTICULAR	2.969	7.494	2.132	5.064	17.659
	TOTAL	11.111	75.572	14.290	22.725	123.698
2001	ESTADUAL	2.003	23.441	4.716	17.547	47.707
	MUNICIPAL	6.294	43.316	8.025		57.635
	PARTICULAR	5.176	7.484	2.973	7.657	23.290
	TOTAL	13.473	74.241	15.714	25.204	128.632
2002	ESTADUAL	2.091	23.032	7.152	19.300	51.575
	MUNICIPAL	6.482	44.757	9.116		60.355
	PARTICULAR	5.249	7.272	3.455	7.204	23.180
	TOTAL	13.822	75.061	19.723	26.504	135.110
2003	ESTADUAL	2.039	23.027	7.135	20.604	52.805
	MUNICIPAL	4.296	46.341	8.469		59.106
	PARTICULAR	6.067	7.230	2.265	7.898	23.460
	TOTAL	12.402	76.598	17.869	28.502	135.371
2004	ESTADUAL	1.948	21.844	10.526	21.535	55.853
	MUNICIPAL	4.649	46.154	8.284		59.087
	PARTICULAR	6.190	7.115	2.294	8.529	24.128
	TOTAL	12.787	75.113	21.104	30.064	139.068
2005	ESTADUAL	1.925	20.830	6.919	20.976	50.650
	MUNICIPAL	5.064	46.577	6.903		58.544
	PARTICULAR	6.534	7.102	1.815	9.519	24.970
	TOTAL	13.523	74.509	15.637	30.495	134.164
2006	ESTADUAL	1.736	20.430	7.499	19.289	48.954
	MUNICIPAL	6.848	48.071	6.231		61.150
	PARTICULAR	7.485	7.305	1.864	9.690	26.344
	TOTAL	16.069	75.806	15.594	28.979	136.448

Quadro 24 – Estudantes matriculados por rede e nível de ensino
Fonte: Secretaria Municipal de Educação, apud Joinville em dados 2007.

c) Principais indicadores de distribuição da renda

- Indicadores de renda, pobreza e desigualdade

O Quadro 25 demonstra que a renda *per capita* média, em Joinville, cresceu 32,3% entre 1991 e 2000. A proporção de pobres praticamente não se alterou, diminuindo apenas 1%. O índice de Gini passou de 0,49 para 0,54, apontando o aumento da desigualdade no período. Conclusão, o aumento da renda *per capita* não implicou em diminuição da pobreza e da desigualdade social.

	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	308,1	407,6
Proporção de Pobres (%)	12,1	11,1
Índice de Gini	0,49	0,54

Quadro 25 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

O Quadro 26 apresenta a variação da renda entre 1991 e 2000, por extratos da população. Verifica-se uma diminuição da renda em todos os extratos mais pobres da população, enquanto os 20% mais ricos tiveram um aumento de 4,5% de representatividade. O PIB de Joinville, em 1991, era de R\$ 4.519.022,00 passando a R\$ 7.020.904,00. Mesmo com um aumento de quase 90% no PIB, isso não foi suficiente para aumentar a participação na renda dos extratos mais pobres da população de Joinville. Pelo contrário, a desigualdade se acentuou.

Extratos da população	1991	2000
20% mais pobres	4,3	3,4
40% mais pobres	12,8	10,9
60% mais pobres	25,9	22,5
80% mais pobres	45,6	41,1
20% mais ricos	54,4	58,9

Quadro 26 – Porcentagem da renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

d) Principais indicadores de satisfação da população em relação à cidade

O Sebrae, em parceria com a prefeitura municipal, promoveu uma pesquisa que levantou o perfil sócio econômico da cidade, entre 2002 e 2003. Além de outras questões, houve a tentativa de mensurar o grau de satisfação da população em relação à cidade nos aspectos viver, trabalhar, se divertir e comprar.

Embora tenha havido somente um levantamento em Joinville e não se ter conhecimento de levantamentos similares em outras cidades, o seu resultado

inspirou o estabelecimento do objetivo do PEJ, relacionado a orgulho e sonho: Estar, até 2010, entre as 10 cidades do Brasil com maior grau de satisfação e orgulho de viver. O cálculo da média ponderada utilizou a seguinte escala: ótimo=5, bom=4, regular=3, ruim= 2, péssimo=1. A média ponderada considerou o número absoluto de respondentes em cada questão.

	Viver (%)	Trabalhar (%)	Divertir (%)	Comprar (%)
Ótimo	42,6	32,8	30,8	35,6
Bom	46,3	46,5	48,0	56,2
Regular	8,6	15,3	7,3	3,1
Ruim	1,3	2,5	5,5	2,7
Péssimo	1,2	3,0	8,4	2,4
Respondentes	87.417	86.289	69.567	74.179
Média Ponderada	4,3	4,0	3,9	4,2
Média Ponderada Total	4,1			

Quadro 27 – Grau de satisfação da população urbana de Joinville em viver, trabalhar, se divertir e comprar na cidade

Fonte: adaptado de SEBRAE - SC, Censo Domiciliar - 2002/2003

O Quadro 27 apresenta as médias ponderada parciais e total referentes ao grau de satisfação da população, em 4 aspectos relativos à cidade. Entre esses aspectos, o divertimento recebeu a pior avaliação, enquanto a satisfação em viver na cidade obteve o melhor índice ponderado de respostas. A média ponderada total de 4,1 traduz-se como grau de satisfação “bom” da população, em relação aos aspectos da cidade levantados.

4.3.4 IDSJ na dimensão ecológica

a) Principais indicadores ambientais – ar

- Concentração de poluentes em áreas urbanas

Não foram encontrados indicadores quantitativos sobre a qualidade do ar, no município de Joinville. Contudo, a Agenda 21 de Joinville, ao caracterizar os aspectos geo-ambientais do município, descreveu elementos importantes sobre esse

tema. O documento afirma que o material particulado representa a maior fonte de poluição atmosférica e que o mesmo é originado tanto de atividades industriais, como do transporte coletivo e do manuseio inadequado de materiais na construção civil. Outro foco de degradação da qualidade do ar é o odor desagradável oriundo das emissões de gases provenientes de esgotos sanitários lançados *in natura* no rio Cachoeira, localizado na região central da cidade.

b) Principais indicadores ambientais – terra

- Uso de fertilizantes e agrotóxicos

Em estudo patrocinado pelo Programa de Incentivo a Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na UNIVILLE, Simas (2000) fez uma análise do modelo de exploração agrícola de Joinville. O levantamento envolveu 60 propriedades rurais e constatou que 95% das propriedades da amostra utilizavam adubos químicos compostos. A mesma pesquisa também identificou que 77% das propriedades utilizavam agrotóxicos em suas propriedades. Não existem dados atuais sobre o uso de fertilizantes e agrotóxicos no município. Segundo informações da Fundação 25 de Julho, ainda não existem propriedades com certificação de produção orgânica em Joinville.

- Área remanescente e desflorestamento na mata atlântica e nas formações vegetais litorâneas

A expansão da urbanização, causada pelo aumento populacional, pode ser constatada na Figura 12. Embora não demonstrada quantitativamente, boa parte da ocupação visivelmente ocorreu em áreas de mata nativa, manguezais, encostas de rios, etc.

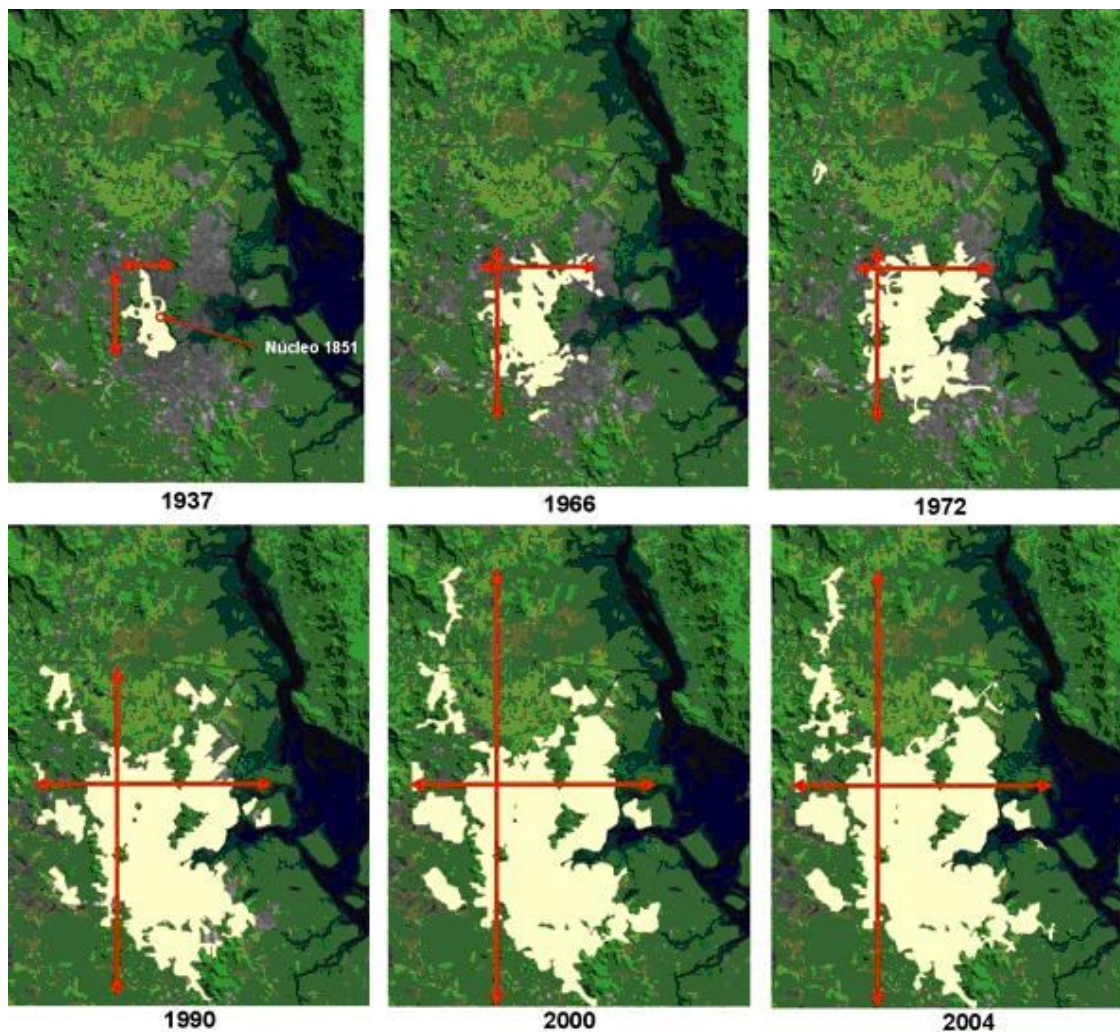


Figura 12 – Expansão urbana
Fonte: Joinville em dados, 2007.

c) Principais indicadores ambientais – áreas costeiras

- Caracterização da Baía da Babitonga

A Baía da Babitonga situa-se no litoral norte do Estado de Santa Catarina. Possui uma lâmina de água com área total de 134 km² e um volume de armazenamento de água em torno de 780 milhões de metros cúbicos. O Complexo Hídrico da Baía da Babitonga se estende por 1.400 km² e abrange os municípios de Joinville, São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Araquari e Balneário Barra do Sul. Localizada próxima às encostas da Serra do Mar, a baía recebe a contribuição de vários rios, com destaque para os rios Cubatão do Norte, Palmital, Cachoeira e Parati (CREMER; MORALES; OLIVEIRA, 2006).

A profundidade da baía atinge de 10 a 15 metros, o que possibilita boa navegabilidade, com destaque para o Porto de São Francisco do Sul, o maior porto natural do Estado de Santa Catarina. O fluxo hidroviário a Joinville ocorreu com intensidade até meados da década de 70, para transporte de cargas e passageiros. O assoreamento atual do Rio Cachoeira e da Lagoa de Saguaçu, impede o trânsito de embarcações de grande porte no local

Por solicitação do Ministério Público Federal, o Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte (DNIT) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) fizeram um convênio com a UNIVILLE e outros parceiros para a realização de estudos ambientais sobre a viabilidade de reabertura do Canal do Linguado. Fechado em 1935 para a construção da BR-280, o Canal do Linguado possibilitou o acesso terrestre entre o continente e a ilha de São Francisco do Sul, porém, impediu a livre circulação das águas da Baía da Babitonga. O fechamento acarretou impactos ambientais e alterou o equilíbrio ecológico da região. Esses estudos originaram um relatório do DNIT E IME intitulado Estudos Ambientais da Baía da Babitonga – Canal do Linguado (2004). Além desse relatório, também foi publicado, em 2006, o livro Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga, contendo estudos e análises sobre a fauna aquática, hidrodinâmica e qualidade da água, recursos hídricos, caracterização e mapeamento da vegetação, arqueologia e patrimônio histórico, comunidades pesqueiras da região, entre outros aspectos.

d) Principais indicadores ambientais – água doce

Segundo DNIT e IME (2004), as principais causas da poluição das águas superficiais que compõem o Complexo Hídrico da Baía da Babitonga são os despejos de esgotos domésticos, efluentes industriais e pesticidas. Os autores afirmam que as indústrias de médio e grande porte da região possuem estações de tratamento de seus efluentes, embora a operação e manutenção dessas não sejam muito satisfatórias. Grande parte das pequenas e microempresas lança seus efluentes sem tratamento adequado nas águas dos mananciais locais. Os pesticidas usados na agricultura também são fontes de contaminação, tanto no plantio de arroz, que contamina diretamente a água utilizada na irrigação, como no plantio de feijão, frutas e verduras, cujos pesticidas chegam aos rios pelas águas de chuva que escoam pela superfície do solo.

O relatório final do DNIT e IME (2004, p.18) conclui que:

A qualidade dos recursos hídricos superficiais monitorados na Bacia Hidrográfica da Baía da Babitonga é, de modo geral, alarmante. Na área urbana de Joinville as águas atingem um nível crítico de poluição, refletindo-se em rios biologicamente quase mortos. Na área rural a contaminação dos rios também é preocupante.

Segundo Cremer, Morales e Oliveira (2006, p.76) os ambientes da Baía da Babitonga “apresentam sérios problemas de contaminação, tanto de metais pesados como de coliformes fecais”. Observa-se pelo Quadro 27 que, com exceção do Rio Parati e seus afluentes, os demais rios demandam ações corretivas emergenciais e estruturantes. O rio Cachoeira e seus efluentes, que já abasteceram a população de Joinville no passado, encontram-se praticamente “mortos”. A Bacia do rio Cubatão é atualmente responsável por 70% do abastecimento de Joinville, contudo apresenta índices de poluição em praticamente todos os parâmetros.

Mananciais Superficiais					Padrão
	Rio Cachoeira e afluentes	Rio Cubatão do Norte e afluentes	Rio Palmital e afluentes	Rio Parati e afluentes	
DBO5	40 a 60	Limites legais	Limites legais	Não apresentam graves problemas de poluição	10 mg/l para Rios de Classe 3
DQO	200 a 300	Moderadamente poluídas	Crítica ou altamente poluídas		4mg/l – não poluído 5 a 10 mg/l – moderadamente poluído
Coliformes	Altamente contaminada	comprometida	Altamente contaminada		-
Toxicidade	apresenta	apresenta a partir do Rio do Braço	apresenta		-

Quadro 28 – Qualidade ambiental das águas

Fonte: DNIT e IME, 2004, p. 23.

O Quadro 28 apresenta o monitoramento da qualidade das águas realizado pelo Projeto FATMA/GTZ, o qual compreende a análise dos seguintes parâmetros: DBO5 (demanda bioquímica de oxigênio de 5 dias), DQO (demanda química de oxigênio), coliformes fecais e toxicidade. A DBO5 e DQO são parâmetros de fundamental importância na caracterização do grau de poluição de um corpo de água por matéria orgânica e inorgânica quimicamente oxidável, proveniente principalmente de esgotos sanitários, efluentes industriais e dejetos animais. O parâmetro “coliformes fecais” é utilizado como indicador de poluição por matéria orgânica de origem animal. A presença desses organismos na água inclui também a

possibilidade da existência de microorganismos responsáveis pela transmissão de doenças. Finalmente, a toxicidade nas águas é causada por substâncias químicas provenientes, principalmente, de efluentes industriais, do chorume de lixões e de aterros de resíduos industriais e urbanos, e do lixiviamento de agroquímicos. Contribuem também, em menor escala, os esgotos domésticos (DNIT e IME, 2004).

e) Principais indicadores da biodiversidade

A grande extensão territorial da Baía de Babitonga contempla grande diversidade ambiental. Com nascentes no alto das serras, os rios descem as encostas da Serra do Mar, e atingem a planície protegidos pela densa Floresta Atlântica até desaguar na Baía de Babitonga, passando pela região dos manguezais. Essas áreas de manguezais são as maiores do limite austral da América do Sul (CREMER; MORALES; OLIVEIRA, 2006).

Segundo o IBAMA (2007, p. 4):

Como integrante dos ecossistemas costeiros estuarinos do litoral brasileiro, a Baía da Babitonga possui características naturais, como a grande diversidade de "habitats" e fontes de produção primária, o que cria as condições favoráveis à concentração de diversas espécies, ou seja, à biodiversidade e, conseqüentemente, à elevada produtividade.

[...] A Baía da Babitonga também se encontra na lista de Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade dos Mamíferos Marinhos do relatório de "Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha", estando classificada com importância biológica "extremamente alta" [...].

- Áreas protegidas e espécies ameaçadas de extinção

As áreas legalmente protegidas do município de Joinville são: Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral, Estação Ecológica do Bracinho, Parque Municipal do Morro Boa Vista, Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca, Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caetezal, Parque Municipal do Morro do Finder e Parque Natural Municipal da Caieira (JOINVILLE, 2007).

O Quadro 29 apresenta a lei, a área, a importância e a categoria de manejo referente a cada Unidade de Conservação já estabelecida em Joinville. Embora 525,32 km² dos 1.135,05 km² do município constituam áreas de preservação, ou seja, 46% da área total, a inexistência de corredores entre essas áreas protegidas diminui sensivelmente sua efetividade para a biodiversidade.

Unidade de Conservação	Decreto de Criação	Área	Importância	Categoria de Manejo
Parque Ecológico Prefeito Rolf Colín	Decreto Municipal Nº. 6.959/92	16,30 km ²	Preservação da Floresta Atlântica e da fauna. Beleza paisagística.	(1)*
Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral	Decreto Municipal nº. 6.182/89	2,70 km ²	Turística. Histórica. Proteção do manguezal e sítios arqueológicos.	(1)*
Estação Ecológica do Bracinho	Decreto Estadual nº. 22.768/84	46,10 km ²	Proteção à fauna e flora. Manutenção do regime hidrológico para garantir o abastecimento público de água.	PI (Proteção Integral)
Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca	Decreto Municipal nº. 8.055/97	408,42 km ²	Preservação dos recursos hídricos de forma a garantir o abastecimento público de água potável. Turismo rural.	US (Uso Sustentável)
Parque Municipal do Morro Boa Vista / Área de Relevante Interesse Ecológico	Decreto Municipal nº. 11.005/03	3,90 km ²	Lazer e Educação Ambiental. valorização da Mata Atlântica e da sua fauna.	US (Uso Sustentável)
Reserva Particular do Patrimônio Natural Caetezal-RPPN	Portaria do IBAMA nº. 168/01.	46,13 km ²	Preservação dos recursos hídricos e proteção da fauna e flora.	US (Uso Sustentável)
Parque Municipal do Morro do Finder	Decreto Municipal nº. 7.056/93	0,50 km ²	Preservação e conservação dos recursos naturais.	PI (Proteção Integral)
Parque Natural Municipal da Caieira	Decreto Municipal nº. 11.734/04	1,27 km ²	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e conservar um dos últimos remanescentes do ambiente de manguezal e restinga.	PI (Proteção Integral)

(1)* Estudos em andamento para novo enquadramento segundo a Lei das Unidades de Conservação
 Quadro 29 – Áreas de preservação ambiental

Fonte: Joinville, 2007, p. 34.

O IBAMA (2007) propôs a constituição de uma Unidade de Conservação da modalidade Reserva de Fauna, na Baía da Babitonga. Essa proposta ainda encontra-se em discussão na sociedade local. As espécies ameaçadas as quais inspiraram essa iniciativa foram o Boto Cinza (*Sotalia guianensis*), o Caranguejo-Uçá (*Ucides cordatus*), a Toninha (*P. blainvillei*), o Robalo (*Centropomus sp*) e o Mero (*Epinephelus itajara*). A Figura 13 apresenta a delimitação geográfica da proposta dessa Reserva da Fauna.

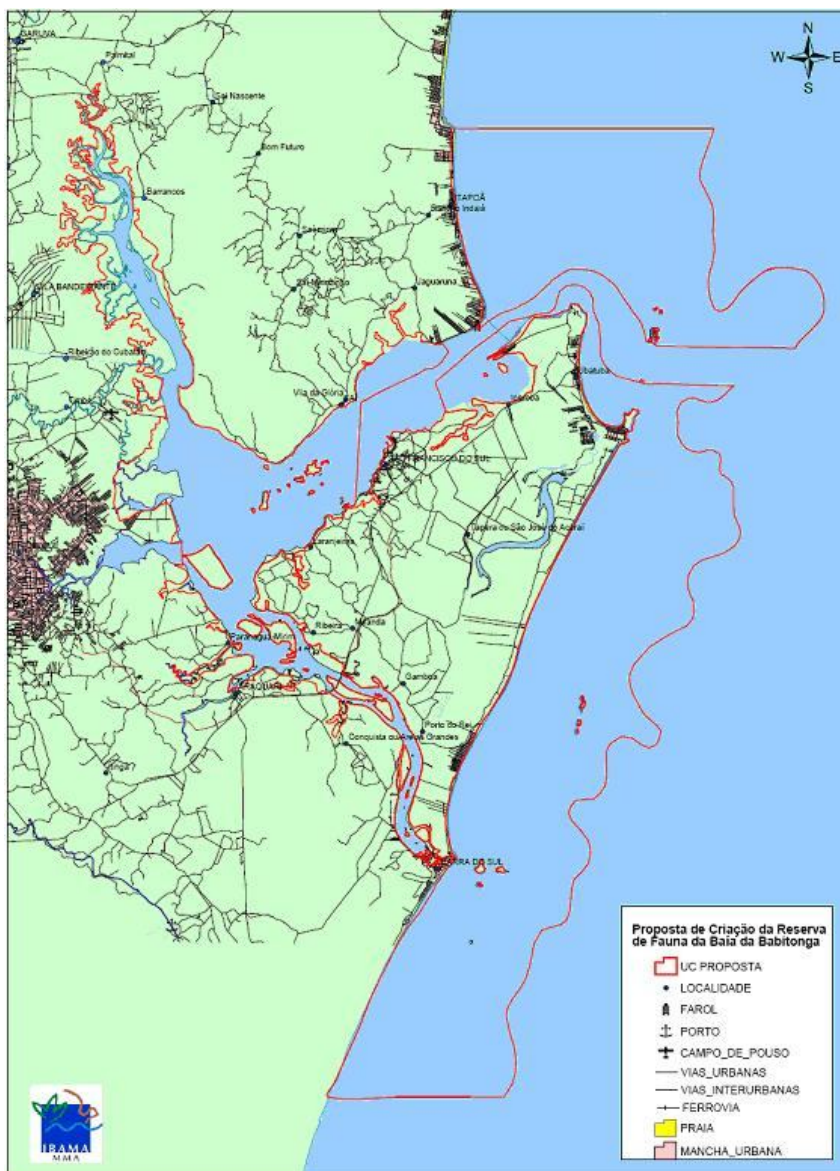


Figura 13 – Proposta de unidade de conservação da Baía da Babitonga
Fonte: IBAMA, 2007

f) Principais indicadores de saneamento

- Acesso ao sistema de abastecimento de água

O Quadro 30 apresenta o percentual da população atendida pelo sistema de abastecimento de água. Observa-se a pequena diminuição, em 2005 e 2006, na proporção da população atendida, causada pela dificuldade em acompanhar a expansão do município.

Setor	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Residencial	96,40%	97,70%	99,30%	99,44%	97,70%	96,50%
Total	405.288	428.031	434.916	435.520	465.384	478.848

Quadro 30 – Percentual da população atendida pelo sistema de abastecimento de água.

Fonte: Casan e Cia. Águas de Joinville, apud Joinville, 2007.

- Acesso ao esgotamento sanitário

O Quadro 31 demonstra o percentual da população atendida pelo sistema de coleta de esgoto. É fundamental salientar o grande potencial de crescimento da proporção da população atendida pelo saneamento. O esgoto residencial tem acarretado boa parte da poluição das águas da Baía da babitonga e seus rios.

Setor	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Residencial	15,10%	17,04%	16,97%	17,53%	17,85%	18,33%
Total	67.353	77.342	78.340	80.925	82.396	90.905

Quadro 31 – Percentual da população atendida pelo sistema de coleta de esgoto

Fonte: Casan e Cia. Águas de Joinville, apud Joinville, 2007.

4.3.5 Relações entre as ações do PEJ e o Desenvolvimento Sustentável

Como apresentado na fundamentação teórica, o desenvolvimento sustentável deve ser abordado por meio de uma visão sistêmica dos segmentos e setores envolvidos. Portanto, o esforço para a sustentabilidade deve ocorrer de forma multidimensional, o que demanda participação sinérgica de todos os setores da sociedade.

A Figura 14 apresenta uma visão sistêmica dos indicadores de desenvolvimento sustentável de Joinville, cuja estrutura básica foi inspirada na Figura 4 deste trabalho, idealizada por Kiecköfer (2005). O objetivo desse diagrama não é apresentar uma avaliação geral e definitiva sobre o desenvolvimento sustentável do município, mas sim sistematizar os IDSJ levantados e. Essa avaliação é baseada nos aspectos positivos e negativos apresentados pelos IDSJ, considerados nesta pesquisa.

Os indicadores de sustentabilidade de Joinville apresentaram resultados positivos nos seguintes segmentos: (a) estrutura e capacidade institucional (b) estrutura econômica do município; (c) desenvolvimento das vocações potenciais; (d) estrutura científico-tecnológica; (e) nível educacional da população; (f) satisfação da

população em viver na cidade; (g) biodiversidade. Por outro lado, os indicadores também demonstraram aspectos negativos, os quais demandam atenção, como: (a) padrões de consumo; (b) estrutura educacional; (c) distribuição da renda; (d) indicadores ambientais (terra, água, áreas costeiras); (e) saneamento.

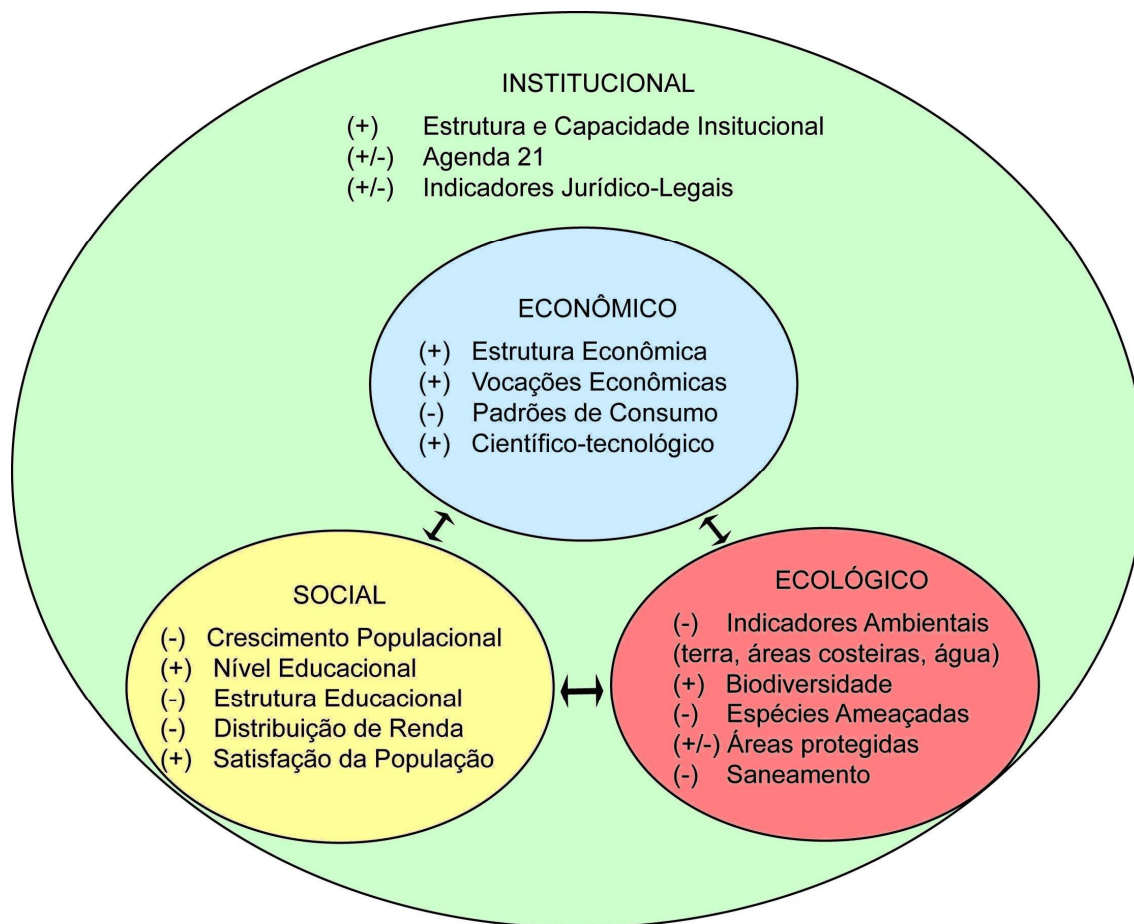


Figura 14 – Visão sistêmica dos IDSJ
Fonte: Autor

O Quadro 32 apresenta as relações entre as ações do PEJ e o desenvolvimento sustentável de Joinville. Com base nesse quadro, pode-se concluir que o PEJ constituiu-se não somente de uma ferramenta para identificar e consolidar a visão e desejos da sociedade, mas também de um instrumento de sensibilização e

inspiração das decisões estratégicas do município rumo ao desenvolvimento sustentável.

Embora o desenvolvimento sustentável seja uma causa utópica para muitos autores, o planejamento e implantação de processos que busquem mais equilíbrio e sinergia entre as dimensões econômica, social, ecológica e institucional podem trazer resultados efetivos. Tratando-se de um fenômeno tão complexo, talvez não seja possível atuar com sucesso sobre todas as variáveis, contudo a criação de processos que estimulem a racionalidade substantiva parece estabelecer um cenário mais favorável para o desenvolvimento sustentável.

Como mencionado anteriormente, essas constatações assumem caráter predominantemente qualitativo. Isso ocorre pelos seguintes motivos: (1) impossibilidade de se quantificar, por meio de indicadores tradicionais, alguns fenômenos de caráter eminentemente substantivo; (2) indisponibilidade de alguns indicadores relacionados às ações sociais levantadas neste estudo; (3) necessidade de prazo maior do que o contemplado por esta pesquisa para avaliação dos efeitos de algumas das ações sociais relacionadas ao PEJ, no desenvolvimento sustentável do município.

Ao observar o paradigma paraeconômico do Guerreiro Ramos, é fácil notar que as isonomias e fenonomias não estão tão próximas da formalização quanto está a economia. O processo de estabelecimento de indicadores se caracteriza pela busca de uma conformidade, típica da racionalidade formal. A academia, principalmente os mais positivistas (estatísticos, engenheiros e boa parte dos administradores) tem contribuído muito na construção da base conceitual pragmática dos indicadores de sustentabilidade. Contudo, a análise convergente entre o desenvolvimento sustentável e a teoria da delimitação dos sistemas indica a necessidade de criação de sistemas de avaliação e gestão mais adequados à realidade específica de cada um dos diferentes enclaves sociais.

DIMENSÕES	AÇÕES RELACIONADAS AO PEJ	INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE
INSTITUCIONAL	- Fundação do IJ - Desenvolvimento de planos de ação, por parte dos GT's,	- Aumento da capacidade e estrutura institucional. - Aumento da participação da

	envolvendo múltiplas instituições • Articulações e mobilizações, através dos comitês estratégicos, para maior participação da sociedade nos temas estratégicos do município • Oficina de desenvolvimento e avaliação de projetos • Participação do IJ do Desenville • Formalização de novas instituições • Incorporação do PEJ nos planos estratégicos de instituições e empresas • Incorporação do PEJ no plano de governo e no plano diretor	sociedade civil organizada, caracterizando a abordagem sociológica do desenvolvimento sustentável. • Comunicação e sensibilização do PEJ, buscando a convergência de esforços para o DSJ. • Influência em aspectos jurídico-legais, relacionados ao planejamento urbano, em favor da sustentabilidade.
ECONÔMICA	• Desenvolvimento dos APL's dos setores metal mecânico e plástico • Proposta de parque tecnológico • Construção de centro de exposição • Melhoria dos equipamentos turísticos • Criação de roteiros de turismo eco-rural • Investimentos em infra-estrutura • Oficinas de Empreendedorismo • Workshops de empreendedorismo no ensino	• Desencadeamento de projetos e decisões que originaram o aumento do desempenho dos setores estabelecidos como vocações potenciais do município. • Estímulo às atividades que geram maior distribuição de renda e menos impacto ambiental como o empreendedorismo de MPE's e o desenvolvimento dos setores de tecnologia e turismo eco rural. • Aumento da interação entre os centros de estudos e pesquisas e o mercado
SOCIAL	• Realização do Selo Empresas Cidadã pelo IJ • Fórum e reuniões de integração das políticas da educação • Conferência Municipal da Educação • Projeto Conhecendo para Ensinar • Voluntários de Joinville • Seminário e mobilização sobre acessibilidade • Decisão de instalação do campus da UFSC em Joinville	• Estímulo à integração das redes municipal e estadual de ensino para o aumento da inclusão e qualidade da educação • Estímulo ao voluntariado e à responsabilidade social • Apoio ao desenvolvimento de políticas de inclusão social • Influência em decisões relativas à valorização da educação no município
ECOLÓGICA	• Fórum sobre a Baía da Babitonga • Proposta de formação de um Conselho da Baía da Babitonga • Palestras sobre desenvolvimento sustentável • Caminhada na natureza • Investimentos públicos em Programas de saneamento e preservação de mananciais • Constituição da Comissão da Produção Orgânica de Santa Catarina (CPOrg)	• Conscientização sobre a realidade dos recursos ecológicos disponíveis e suas limitações • Estímulo à formação e consolidação de uma governança local para as questões ecológicas • Disseminação dos conceitos de desenvolvimento sustentável • Estimulo ao aumento dos investimentos em saneamento • Estímulo ao aumento da produção orgânica

Quadro 32 – Relações entre as ações do PEJ e o DSJ

Fonte: Autor

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apresentam-se neste capítulo as conclusões relativas ao resultado da pesquisa e sugerem-se as recomendações para futuras pesquisas e ações.

5.1 CONCLUSÕES

O modelo pós-industrial de desenvolvimento das sociedades, ancorado exclusivamente na ética do sistema de mercado, apresentou evidências definitivas quanto à sua incapacidade de promover qualidade de vida de forma eqüitativa e com preservação dos recursos naturais. Paradigmas emergentes vêm sendo construídos, ensejando uma compreensão mais ampla e justa da realidade e provocando a sociedade moderna a confrontar-se com a verdadeira complexidade do tema.

Os autores que estudam o desenvolvimento sustentável, citados na fundamentação teórica desta pesquisa, descrevem a sustentabilidade como uma espécie de causa carregada de valores, que busca se consolidar em meio aos conflitos e problemas gerados pelo crescimento econômico desordenado. Essa perspectiva tem aderência às teorias de Ramos (1989), cujo paradigma paraeconômico apresenta os múltiplos enclaves sociais levando em conta as diferentes racionalidades existentes na sociedade. Na teoria formal da vida humana associada, a economia - enquanto sistema auto-regulado - é condição fundamental da ordem social. Por outro lado, a teoria substantiva da vida humana associada estabelece a regulação política da economia como uma condição fundamental da ordem social.

Com base neste estudo de caso, pode-se concluir que os processos envolvidos no PEJ, e suas conseqüentes ações sociais, buscaram o desenvolvimento sustentável através da abordagem política de participação democrática ou sociológica, conceituada por Frey (2001). O IJ, criado para dar continuidade às atividades relacionadas ao PEJ, assumiu o papel de instrumento de articulação do tecido social.

É certo que as metodologias de planejamento estratégico municipal precisam ser “lapidadas”, no sentido que Ramos (1958) deu ao termo. A prática de tentar realizar a transposição de conhecimentos e experiências de uma perspectiva para outra é um grande desafio. A Lei dos requisitos adequados, através das dimensões tecnologia, tamanho, espaço, cognição e tempo, oferece subsídios para importantes conclusões sobre os fenômenos estudados neste estudo de caso.

- Tecnologia

No início das atividades dos grupos de trabalho do IJ houve uma tentativa de estabelecer planos de ação, predominantemente orientados pela racionalidade instrumental. Perante a dificuldade na operacionalização desses planos, nos grupos não ligados a atividades econômicas específicas, foram instituídos processos alternativos de operação. Depois de transformados em Comitês Estratégicos, o foco desses grupos passou a ser a reflexão, articulação e mobilização dos temas estratégicos. A reconfiguração desses processos concedeu ao IJ ambientes mais adequados ao exercício de atividades orientadas pela racionalidade substantiva.

Embora tenha sido possível identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis em cada dimensão do desenvolvimento sustentável de Joinville, os indicadores disponíveis ainda não atendem totalmente às necessidades de planejamento e monitoramento de aspectos relacionados à racionalidade substantiva. Tais necessidades têm natureza mais complexa e devem envolver fenômenos mais amplos do que aqueles normalmente considerados em processos de planejamento, nos quais predominam a racionalidade formal. A carência de tecnologias de gestão adaptadas à racionalidade substantiva não deve, no entanto, obscurecer os resultados alcançados pelas ações sociais descritas neste estudo.

Outra limitação do PEJ, enquanto tecnologia, diz respeito à sua dificuldade em estimular fenomenias. Ao buscar consolidar os desejos e necessidade de um município como um todo, o foco de sua implantação é exclusivamente coletivo. O planejamento de estratégias que estimulem a auto-realização, em nível individual, não é considerado pelo PEM.

- Tamanho

A literatura sobre sustentabilidade evidenciou os problemas das grandes concentrações urbanas. As limitações em relação ao alcance de serviços públicos como estrutura educacional e saneamento, o estrangulamento da mobilidade, a degradação ambiental acelerada e a concentração da renda foram aspectos

negativos identificados na realidade de Joinville. Não obstante o PEJ ter desencadeado ações sociais endereçadas a cada uma dessas questões, percebe-se que o ritmo da viabilização das soluções é mais lento do que o compasso dos problemas gerados com o crescimento populacional. Isto sem contar com questões relacionadas à segurança e saúde, as quais também fazem parte desse cenário, embora não tenham sido especificamente abordadas neste estudo. A decisão de atrair uma montadora automobilística de grande porte para o município, por exemplo, reforça intensamente a competitividade de sua vocação industrial. Por outro lado, cria um ambiente muito favorável ao incremento da taxa de crescimento populacional, além de consumir mais recursos naturais não renováveis do que outras atividades econômicas. Ambigüidades como essa, acirram os conflitos entre os diferentes sistemas sociais, com seus respectivos padrões cognitivos.

- Espaço

Nesta pesquisa, foram identificadas várias tentativas de formação de ambientes com características isonômicas, buscando processos de planejamento espacial. Exemplos de ações sociais que caracterizam iniciativas nesse sentido são: os debates sobre as características e necessidades relativas à região da Baía da Babitonga e a tentativa de formação de um Conselho multi-institucional informal para tratar o tema; as discussões sobre mobilidade urbana sustentável; as iniciativas relativas ao Plano Diretor de Joinville, contemplando discussões e o plano de zoneamento urbano de todas as atividades do município, sejam elas econômicas ou não.

O PEJ também desencadeou ações sociais para o planejamento e constituição de espaços adequados ao empreendedorismo. São exemplos disso, a proposta de construção de um parque tecnológico e da zona industrial, na região sul do município.

- Cognição

Verificou-se que as ações sociais ocorridas nas dimensões social, ecológica e institucional demandaram o exercício da ética baseada na racionalidade substantiva, caracterizando o padrão cognitivo político. As ações da dimensão econômica, por outro lado, foram orientadas predominantemente pela racionalidade formal, demonstrando a cognição funcional. As ambigüidades entre os padrões cognitivos dominantes acarretaram o esvaziamento e até dissolução de alguns grupos de trabalho do IJ. Observou-se também que a característica condensadora dos desejos

da sociedade, inerente às metodologias do PEM, não favorece a possibilidade de planejamento adequado ao padrão de cognição personalístico.

- Tempo

A questão temporal se constituiu em um dos maiores desafios ao PEJ. Primeiro, porque o mesmo estabeleceu um horizonte de planejamento de 20 anos, incomum nas práticas de gestão organizacional pública e privada. Segundo, porque as tentativas de formação de ambientes isonômicos eram muitas vezes frustradas devido à incompreensão, por parte dos seus membros, do caráter temporal adverso que esses ambientes produziam. Indivíduos e instituições adestradas à expectativa de resultados de curto prazo, prioritários em suas organizações, frustravam-se em não obter sincronismo entre as atividades do grupo e a dinâmica do mercado. Terceiro, porque o compasso temporal para a obtenção de resultados de dimensões como a social ou a ecológica do desenvolvimento sustentável não é necessariamente serialista. A satisfação de necessidades psíquicas humanas, ou a capacidade de preservação da biodiversidade, não podem ser medidas de forma monosincrônica, tal como os fenômenos característicos do sistema de mercado.

Em síntese, esta pesquisa descreveu a aplicação do PEM como uma ferramenta, não obstante ainda limitada, capaz de formular e estimular ações sociais de caráter substantivo. A busca do desenvolvimento sustentável de Joinville, através das ações sociais descritas neste estudo de caso, pode ser compreendida como um esforço para o equilíbrio do sistema paraeconômico proposto por Ramos (1989). Dessa forma, os processos de implantação do PEJ tiveram o papel de mediadores das ambigüidades e impasses gerados pelas diferentes racionalidades presentes na sociedade multicêntrica, em busca do desenvolvimento sustentável.

Finalmente, algumas limitações relativas às conclusões desta pesquisa serão apresentadas. Ao invés de indicar um determinado nível ou nota geral em relação ao desenvolvimento sustentável do município, foi apresentada uma visão sistêmica dos resultados dos IDSJ levantados. Uma conclusão mais abrangente a respeito do DSJ deveria envolver não somente os indicadores e aspectos substantivos relacionados às ações do PEJ, levantados neste estudo. Seria necessário um processo de participação e validação da sociedade para a escolha legítima de um amplo conjunto de IDSJ para que, posteriormente, fosse possível uma avaliação geral sobre estágio de Joinville, em relação ao seu desenvolvimento sustentável. De qualquer forma, as conclusões deste estudo de caso sugerem que os instrumentos de avaliação da

sustentabilidade do município traduzam tanto os aspectos formais quanto substantivos da realidade, em todos os diferentes enclaves sociais.

Outra limitação das conclusões desta pesquisa diz respeito a uma avaliação mais precisa da efetividade do PEJ, em relação a todos os seus macro objetivos. Os mecanismos e indicadores para a avaliação da efetividade das estratégias não haviam sido estabelecidos até o prazo final desta pesquisa, impossibilitando tais conclusões.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Ainda há muito a se empreender cientificamente dentro dos temas planejamento municipal e desenvolvimento sustentável. Tanto no aprimoramento metodológico de ferramentas como o PEM, quanto pela pesquisa de sistemas não deliberados de gestão, baseados em processos emergentes e autopoieticos, grandes avanços podem ser conquistados pela academia.

A própria aplicação da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais no planejamento e gestão de processos para o desenvolvimento sustentável, inspira uma série de desdobramentos científicos, demandando uma sistematização ainda mais complexa e aprofundada dos conceitos e teorias envolvidos. Com base nas constatações deste trabalho, algumas possibilidades mais específicas de pesquisas futuras foram identificadas. A criação de mecanismos de avaliação de ações sociais referentes a valores, por exemplo, pode ser foco de estudos futuros. Também há espaço para estudos sobre empreendedorismo sustentável, explorando novos conceitos de negócio e sistemas de gestão, os quais respeitem a perspectiva multicêntrica da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, K. R. **The concept of corporate strategy**. Homewood: Irving, 1971.

ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. A cultura das novas organizações urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: mar. 2008.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications: a report to the Balaton Group**. Winnipeg: IISD, 1999.

BLUMENAU. **Lei complementar 615/2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Blumenau e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Blumenau SC, 15 de dezembro de 2006.

BRASIL; Estatuto da Cidade (2001). **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Curitiba: CREA-PR, 2002.

BRÜZEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: VIOLA, E. J. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTOR, B. V. J. Planejamento estratégico em condições de elevada instabilidade. **Rev. FAE**, v. 3, n. 2, p. 1-7, maio/ago. 2000.

_____. **Tamanho não é documento: estratégias para a pequena e microempresa brasileira**. Curitiba: Ebel, 2006.

CECATO, M. T. C. **A Agenda 21 de Joinville-SC: uma avaliação da aplicabilidade.** Blumenau, 2002. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade Regional de Blumenau.

CHANDLER, A. D. **Strategy and structure:** chapters in the history of the American industrial enterprise. Cambridge: The MIT Press, 1998.

CHAKRAVARTHY, B. S.; DOZ, Y. Strategy process research: focusing on corporate self-renewal. **Strategic Management Journal**, v. 13, p. 5-14, Summer, 1992.

CREMER, M. J.; MORALES, P. R.; OLIVEIRA, T. M. (Org). **Diagnóstico ambiental da Baía da Babitonga.** Joinville, SC: UNIVILLE, 2006.

DAHL, A. L. The big picture: comprehensive approaches. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (Eds.). **Sustainability indicators:** report of the project on the indicators of sustainable development. Chichester: John Wiley & Sons, 1997.

DENATRAN. Departamento Nacional de Transito. Disponível em <<http://www2.cidades.gov.br/renaest/detalheNoticia.do?noticia.codigo=121>> Acesso em: mar. 2008.

DNIT e IME **Estudos ambientais da Baía da Babitonga – Canal do Linguado** Disponível em http://dnit.ime.eb.br/br280/relatorio_final/diagnotoco_partel.pdf. Acesso em: mar. 2008.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, v. 4, n. 9, p. 115-148, 2. sem. 2001.

GALLOPÍN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A systems approach. **Environmental Modelling & Assessment**, v. 1, n. 3, p. 101-117, Sep.1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HAMMOND, A. et al. **Environmental indicators:** a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington, D.C., World Resources Institut, 1995.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. **Capitalismo natural**. São Paulo: Cultrix, 1999.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis Reserva de Fauna da Baía da Babitonga, 2007 Disponível em <www.ibama.gov.br/rppn/download.php?id_download=5> Acesso em: jan. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
<<http://www.ibge.gov.br>> <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/defaulttab.shtm>> Acesso em: jan. 2008.

JOINVILLE. Lei complementar no. 43/06. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Joinville – SC**, 19 dez. 2007.

KARAM, C. Políticas da educação. **A Notícia**, Joinville, 14 ago. 2007, Opinião, p. A3.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU-EDUSP, 1980.

KIECKÖFER, A. M. **Promoção do desenvolvimento integrado e sustentável de municípios**. Florianópolis, 2005. 222 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

LIPIETZ, A. **Será impossível um desenvolvimento ecológico viável?** Portugal: Contemporânea, 1995.

LOPES, R. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MANNHEIM, K. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MEADOWS, D. H. **Indicators and informations systems for sustainable development**. Hartland Four Corners: The Sustainability Institute, 1998.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári da estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MINTZBERG, H.; WATERS, J. A. Tracking strategy in an entrepreneurial firm. **The Academy of Management Journal**, v. 25, n. 3, p. 465-499, Sept. 1982.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985.

OPHULS, W. **Ecology and the politics of scarcity**: prologue to a political theory of the steady state. San Francisco: W.H. Freeman, 1977.

PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil**: uma nova abordagem. Textos para Discussão, n. 37, Brasília: ENAP, 2000.

PORTER, M. E., **Competição on competition**: estratégias competitivas essenciais. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Joinville**: cidade em dados 2007. Disponível em:
<<http://www.ippuj.sc.gov.br/index.php?goto=conteudo&menu=3&submenu=33>>. Acesso em: dez. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Plano estratégico de Joinville**: Joinville 2020. Joinville, dez. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Disponível em:
<http://www.joinville.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=54&lang=brazilian_portuguese> Acesso em: jan. 2008.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. **Administração e estratégia do desenvolvimento:** elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

_____. **A redução sociológica:** introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

REZENDE, D.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento municipal:** empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

SCANDAR NETO, W. J. **Síntese que organiza o olhar:** uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses. Rio de Janeiro, 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Pós-Graduação em Estudos Nacionais e Pesquisa, Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

SCHNEIDER, E. **Gestão ambiental municipal:** preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. In. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 20., 2000, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: Abepro, 2000.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEBRAE. **Proder Comcenso 2002.** Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/infomunpub/> Acesso em: dez. 2007.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p.18-30, abr./jun. 1997.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMAS, R. **Agricultura em Joinville:** o problema de sustentabilidade das propriedades rurais. Joinville, 2000. 79 f. Projeto de conclusão (PBIC) Curso de graduação em Geografia, UNIVILLE.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A**

cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-103.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Florianópolis, 2002. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Geramond, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. 4. ed., v. 1. São Paulo: UnB, 2004(a).

_____. **Economia e Sociedade**. 4. ed., v. 2. São Paulo: UnB, 2004(b).

WIENS, S. **Índice de qualidade do ambiente sustentável para os bairros de Curitiba**. Curitiba, 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento, UNIFAE Centro Universitário,

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Introdução: Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado sobre o desenvolvimento do município de Joinville, entre 2004 e 2007, e busca identificar e descrever as principais contribuições de sua instituição nesse desenvolvimento.

Objetivos da entrevista (não mencionado ao entrevistado): Identificar e descrever as decisões e ações sociais empreendidas pela instituição, as quais tiveram relação direta ou indireta com o PEJ. Para que as respostas fossem espontâneas e que se evitasse que o entrevistado pudesse se sentir induzido a estabelecer forçosamente tais relações entre o PEJ e as iniciativas descritas, optou-se em mencionar o PEJ somente no final do questionário ou após o próprio entrevistado tê-lo feito. O termo “decisão” explora situações cujas ações não se concretizaram ou estão para ser implantadas.

- 1. Quais foram as principais decisões e ações de sua instituição (ou órgão) no período entre 2004 e 2007?**
- 2. (Na medida em que as ações são citadas) O que inspirou ou motivou o surgimento dessa decisão ou ação?**
- 3. (Caso o PEJ não seja mencionado na resposta da pergunta 2) Quais outras decisões ou ações foram realizadas?**
- 4. Repetir a pergunta 2 após a citação e breve descrição de cada ação.**
- 5. (Caso o PEJ seja citado) Você mencionou o PEJ em sua resposta. Existe alguma relação entre o PEJ e essa ação ou decisão? Qual?**
- 6. Qual, em sua opinião, foi o papel do PEJ para a cidade, entre 2004 e 2007?**

Agradecimentos.

ANEXOS - Principais veiculações jornalísticas sobre o PEJ e IJ

Veículo:
Data:
Editoria:
Página:

A Notícia
09/12/2003
Geral - AN Cidade
10

Joinville conduziu plano estratégico

Programa que prepara o município para crescer nos próximos 17 anos será apresentado hoje

MARCOS DE OLIVEIRA

O planejamento estratégico de Joinville (PEJ) está concluído e será apresentado às lideranças comunitárias hoje, às 18h30, no auditório do Complexo Expoville. O programa pretende preparar a cidade para os próximos 17 anos — até 2020. Ontem à tarde foi apresentado à imprensa, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), pelo presidente do comitê executivo, secretário municipal da Qualidade, Desenvolvimento e Integração, Ivo Gramkow.

Foram mais de seis meses de reuniões, pesquisas e rigor científico na apuração das atividades que compõem a base do planejamento: turismo de negócios, eventos, ecológico e rural; indústrias dos ramos plástico e metal-mecânico; informática nas áreas de *software* e automação; e transformação da cidade em pólo regional.

Segundo Gramkow, a idéia é que o conteúdo sirva de norte para todos, independentemente de partido ou ideologia. "É certo que os planos de governo dos candida-

tos às próximas eleições serão feitos com base no levantamento", diz o presidente do comitê executivo.

Gramkow lembra que a idéia foi do Conselho de Desenvolvimento de Joinville (Desenville), integrado pelo prefeito e um grupo de empresários. "A viabilização ocorreu em parceria dos setores público e privado. "É um processo que mobiliza a comunidade para escolher e construir o futuro", lembra.

O sucesso do plano dependerá de ações que constam nos macroobjetivos (ver quadro ao lado). Entre os projetos há aqueles que precisam ser atualizados em função de mudanças e modernização na legislação municipal. "Daí a importância da participação dos integrantes do Legislativo municipal", diz o presidente do comitê executivo.



O secretário Ivo Gramkow liderou o comitê executivo que elaborou o planejamento
Infografia AN

Grupos de trabalho vão coordenar planejamento

Para a execução dos macroobjetivos, foram definidas 15 estratégias, que dependerão de um programa de 23 itens. Destacam-se temas como educação, segurança, saneamento, meio ambiente, promoção social e desenvolvimento econômico. Serão criados grupos de trabalho para detalhar os 23 itens e coordenar o planejamento, a implantação e o monitoramento dos programas. "Eles terão o prazo de janeiro a maio de 2004 para apresentar o resultados das

discussões", avisa Gramkow.

O planejamento estratégico de uma cidade envolve o estudo dos pontos fracos e fortes. Também analisa as oportunidades e as ameaças. Ivo Gramkow lembra a importância de um desenvolvimento sustentado e regional. "Não podemos pensar em crescer isoladamente, isso tem de ocorrer integrando os municípios vizinhos." Consta entre as estratégias a necessidade de um constante processo de atualização, visando

a incorporar novas demandas da sociedade.

É preciso também criar um mecanismo de articulação e organização da sociedade, tendo como núcleo o Conselho da Cidade (formado por cem entidades), para conduzir as próximas etapas do processo do planejamento estratégico. As entidades públicas e privadas serão convidadas a adequar os planos de ação às condicionantes do PEJ. E institucionalizá-lo na Lei Orgânica do Município. (MO)

MACROOBJETIVOS O que Joinville pretende alcançar

SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Estar entre os 10 municípios líderes em desenvolvimento sustentável, considerando os indicadores sociais, educacionais, de saúde, culturais, econômicos e ambientais até 2010.

SOLIDARIEDADE

Ter o maior índice de inclusão social do Brasil até 2008, incentivando trabalho voluntário.

HOSPITALIDADE

Crescer 30% ao ano no turismo receptivo de negócios e eventos até 2010.

EMPREENDEDORISMO

Ser centro de referência no Brasil em desenvolvimento de negócios, com ênfase nas pequenas e microempresas e em segmentos que agreguem valor à sociedade até 2010.

INOVAÇÃO

Fomentar o processo de inovação, com ênfase nas pequenas e microempresas.

ORGULHO E SONHO

Estar, até 2010, entre as 10 cidades do Brasil com maior grau de satisfação e orgulho de viver.

AS ESTRATÉGIAS

1 Promover a inclusão social, com ênfase na capacitação tecnológica e melhoria da renda das pessoas.

2 Incorporar o conceito de sustentabilidade na educação.

3 Atuar na preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.

4 Manter e atrair investimentos.

5 Incentivar e qualificar o empreendedorismo local com ênfase no associativismo.

6 Integrar educação, pesquisa e empreendedorismo para promover a inovação.

7 Garantir infraestrutura urbana sustentável.

8 Limitar a expansão urbana ao ponto de

equilíbrio da sustentabilidade.

9 Melhorar a segurança.

10 Promover um salto de desenvolvimento do turismo.

11 Internacionalizar a economia da cidade, principalmente das micro, pequenas e médias empresas.

12 Resgatar, preservar e estimular as manifestações culturais como fator de diferenciação.

13 Identificar, manter e atrair talentos inovadores.

14 Fomentar a integração do tecido social.

15 Desenvolver a marca "Joinville" como foco nos atributos culturais e de sustentabilidade.

OBS: EM 2010 SERÁ FEITA UMA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PEJ.

Clipping

Planejamento Estratégico

Veículo:

Diário Catarinense

Data:

09/12/2003

Editoria:

Geral

Página:

32

DESENVOLVIMENTO

Joinville lança plano estratégico

DIEGO REDEL/DC/JOINVILLE

LIZIANE RODRIGUES

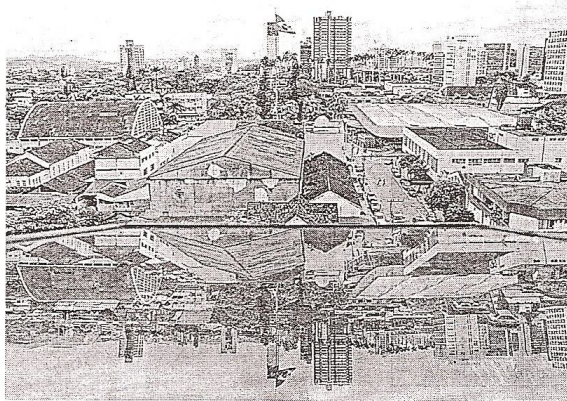
▼ JOINVILLE

Alcançar o maior índice de inclusão social do Brasil até 2008, com ações de voluntariado e do terceiro setor, e crescer 30% ao ano no turismo de negócios e eventos até 2010.

Estas são algumas das linhas do Planejamento Estratégico de Joinville, que será lançado hoje à noite.

"São todas metas possíveis de serem atingidas", garante o presidente do Conselho Diretor do planejamento, Ivo Gramkow. Tudo o que está traçado neste documento foi feito com base numa consultoria especializada, que avaliou a estrutura atual, investimentos e o potencial da cidade. E contou com informações e análises feitas por representantes de mais de 70 entidades, incluindo universidades, associações, fundações e órgãos públicos, que trabalharam voluntariamente na execução do projeto.

O planejamento confirmou a função da cidade como pólo re-



VOCAÇÃO: Joinville terá estimulado o turismo de negócios e eventos

gional. E, como vocações, além do turismo de negócios e de eventos, o fortalecimento das indústrias plástica e metal-mecânica, de produção de softwares e de tecnologia de informação.

Foram apontadas 23 estratégias para fazer o plano funcionar - entre elas está a melhoria da infra-estrutura urbana, o saneamento básico e a internacionalização

da economia a partir das pequenas empresas. Agora, serão criados grupos com pessoas da comunidade para especificar que ações precisam ser feitas pelo poder público e pela iniciativa privada.

A intenção é de que os governantes e candidatos assumam o planejamento estratégico e que os possíveis investidores se baseiem nele para tomar suas decisões.

Clipping

Planejamento Estratégico

Veículo:
Data:
Editoria:
Página:

A Notícia
16/12/2003
Opinião
A - 3

Planejamento estratégico

MARCO TEBALDI

Joinville deu mais um grande passo rumo ao futuro. Com a adoção do planejamento estratégico, vamos nortear o desenvolvimento do município. Trabalho feito por toda a sociedade durante sete meses de discussões, reuniões nos bairros, participação ativa de todos os órgãos representativos da sociedade, chegou a seu texto final, sendo apresentado à comunidade na Expoville no dia 9.

Surgido dentro do Conselho de Desenvolvimento de Joinville (Desenville), a iniciativa envolveu toda a comunidade na discussão dos temas e elaboração das propostas. Essa foi uma grande colaboração do grupo de empreendedores que nos ajudaram a administrar o município. O governo municipal agradece o empenho de todos os envolvidos e em especial do conselheiro Ovaudi Rosenstock, por ter incentivado e oportunizado o passo inicial do trabalho. Agradece também a Secretaria da Qualidade, Desenvolvimento e Integração, sob o comando de Ivo Gramkow, que coordenou todo o trabalho.

O documento aponta as vocações do município e suas potencialidades, e aposta nos objetivos estabelecidos. Agora a sociedade deve trabalhar conjuntamente para alcançá-los. A Prefeitura vai fazer o planejamento estratégico do governo em consonância com o documento feito pela sociedade, mas é preciso que as empresas, as organizações sociais também o façam, para caminharmos juntos e alcançarmos os objetivos.

Queremos uma Joinville entre as dez melhores cidades em desenvolvimento sustentável do País, considerando indicadores sociais, educacionais, de saúde, culturais, econômicos e ambientais até 2010. Queremos um município solidário com programas e ações que promovam a inclusão social. Vamos aumentar o turismo receptivo, de negócios e eventos, já que temos a total infraestrutura turística. Vamos buscar ser o centro da referência no Brasil em desenvolvimento de negócios, incentivando as pequenas e médias empresas, e chegar a 2010 entre as dez cidades brasileiras com

maior grau de satisfação e orgulho de viver.

A fórmula para se chegar a esses objetivos é o trabalho organizado com base no planejamento estratégico. Temos muito trabalho pela frente. Devemos diariamente incentivar a continuidade das discussões e consecução dos objetivos e das estratégias. Os programas estratégicos serão discutidos por 23 grupos temáticos. Incluem desenvolvimento de polos econômicos, desenvolvimento da marca Joinville, incentivo ao empreendedorismo, atualização da legislação municipal, saneamento básico, fortalecimento da identidade cultural e melhoria da segurança, entre outros temas. Esses são compromissos da sociedade joinvilense.

Joinville, como está escrito na página de apresentação do documento, é nossa meninada dos olhos. Nela se realizam sonhos, por isso ela não pode parar.

■ MARCO TEBALDI, prefeito de Joinville/45tebald@terra.com.br

Diretor da Sociesc preside Instituto Joinville

ENTIDADE FOI CRIADA PARA DEBATER AÇÕES VISANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE

O diretor geral da Sociesc, Sandro Murilo Santos, foi eleito primeiro presidente do Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, ou simplesmente Instituto Joinville, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que vai debater os rumos do crescimento do município nos próximos anos. Este encaminhamento terá como base o Planejamento Estratégico concluído no dia 9 de dezembro de 2003, que elencou ações e caminhos para fazer de Joinville a cidade que toda a comunidade deseja para construir sua vida.

O Instituto Joinville foi criado oficialmente durante assembleia realizada no auditório da Sociesc, no dia 4 de agosto. A instituição também passa a ser a sede provisória do instituto até que ele construa seu próprio espaço. A entidade recém-criada representa a fase de maturidade do processo de implantação do Planejamento Estratégico. "Representa a sociedade joinvilense, independente de processos políticos partidários, religiosos ou ideológicos, tratando-se de um espaço legítimo para discutir a continuidade e atualização das demandas futuras do município", destaca o presidente.

O Planejamento Estratégico de Joinville foi produzido pela própria sociedade através de contatos diretos com mais de 3 mil pessoas, inclusive nos bairros. As Instituições participantes representam a maioria da população da cidade, sendo o resultado legítimo dos anseios da sociedade em relação ao seu futuro. Tem como visão global fazer de Joinville "uma cidade sustentável, solidária, hospitaleira, empreendedora, voltada à inovação, com crescente qualidade de vida, motivo de orgulho da sua gente, onde se realizam sonhos", conforme consta em sua apresentação.

Sandro Murilo Santos agradeceu o apoio e a confiança depositada como primeiro condutor do processo de consolidação do Instituto Joinville. Aproveitou para pedir o apoio de todos os participantes no trabalho que tem pela frente. "O tema sustentabilidade nos leva a associar a busca de novas estratégias e processos de criação. Nesse cenário, precisamos buscar novos níveis de consciência para nos ajudar a enxergar com mais clareza o propósito da vida", discursou logo após a sua eleição. Acrescentou que esta tarefa vai interferir nas futuras gerações, na construção de uma cidade diferente, mobilizando a sociedade como um todo na utilização do Planejamento Estratégico como condutor do desenvolvimento de Joinville.

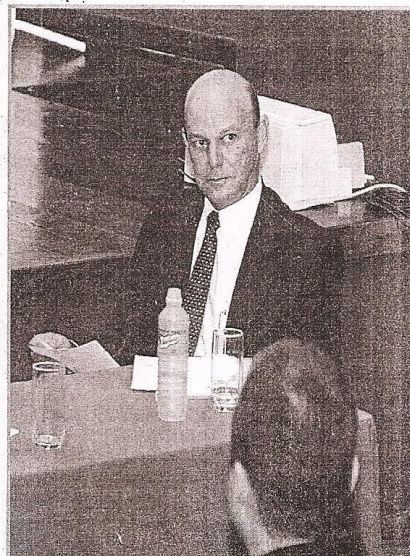
Até o dia 31 de agosto, as entidades interessadas poderão integrar o Instituto Joinville. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (47) 461-0110, com Maristela.



ASSEMBLÉIA DE CRIAÇÃO DA OSCIP REUNIU REPRESENTANTES DE ENTIDADES JOINVILENSES. ESTATUTO E NOVA DIRETORIA JÁ FORAM DEFINIDOS

DIRETORIA ELEITA

- **PRESIDENTE**
Sandro Murilo Santos – *diretor geral da Sociesc*
- **VICE-PRESIDENTE**
Jaime Grasso – *presidente da Acij*
- **CONSELHEIROS**
Raulino João Schmitz, *presidente da Aforpema*;
Gilson Bohn, *presidente da CDL*;
Vilmar Steil, *presidente da Acomac*;
Amanda Pickler, *presidente da Ajos*;
Valdir Prochnow, *presidente do Rotary Club*;
Amaury Olsen, *diretor-presidente da Tigre*;
Maria Aparecida Pereira Gonçalves, *presidente da Stágio Marcas e Patentes*;
Dieter Nermann, *presidente da GV Administração e Empreendimentos Ltda.*
- **CONSELHO FISCAL**
TITULARES: Ivo Birkholz, *Sepji*;
Gilson Acácio de Oliveira, *Gilson Acácio Advogados Associados SC*;
Vilson Holz, *Sescon*.
SUPLENTES: Nivaldo Nass, *Simpesc*;
Adjalmas Ghiggi, *Sindimec*;
Rolf Decker, *Sinditherme*.



DIRETOR GERAL DA SOCIESC, SANDRO MURILO SANTOS, PRESIDE O INSTITUTO

Veículo: A Notícia
 Data: 20/08/2004
 Editoria: AN Cidade
 Página: 10

Instituto Joinville assina primeiro contrato

Um contrato entre o Sebrae e Prefeitura, no valor de R\$ 1,8 milhão, foi assinado esta semana, no Hotel Bourbon, durante a apresentação do Instituto Joinville. É o primeiro fruto da elaboração do Planejamento Estratégico da cidade (PEJ), definido depois que cerca de 3 mil pessoas foram ouvidas, segundo a Secretaria de Qualidade, Desenvolvimento e Integração. Parte do valor, R\$ 1 milhão, é proveniente do Sebrae, R\$ 280 mil vem da Prefeitura e o restante é da iniciativa privada. O dinheiro será investido, principalmente, nos setores plásticos e metal-mecânico.

Essa foi a primeira reunião do Instituto Joinville, também chamado de Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, depois de sua criação em assembleia geral extraordinária no dia 4 de agosto, na Escola Técnica Tupy/Sociesc. No encontro, o diretor-geral da escola, professor Sandro Murilo Santos, foi eleito presidente do conselho de administração do instituto e o empresário Jaime Grasso, o vice-presidente. Para dar sustentação ao instituto, foi fundada a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que tem um ano para buscar recursos e definir um plano de ação para colocar em prática as 23 estratégias definidas pelo PEJ.

Segundo o secretário da Qualidade, Ivo Grankow, a criação da Oscip é uma etapa importante do processo de implantação do PEJ, concluído em dezembro de 2003. O planejamento estratégico começou a ser elaborado em maio de 2003, quando a Prefeitura contratou a empresa Dernizo Pagnoncelli. O trabalho era coordenado pelo então secretário da Qualidade Jaime Grasso, que foi substituído por Grankow.

Na época, foram criados um comitê executivo, presidido por Murilo Teixeira; o conselho diretor, composto por 20 pessoas e presidido por Grankow; e o conselho da cidade, integrado por 100 entidades e presidido pelo prefeito Marco Tebaldi. Os conselhos e o comitê ouviram cerca de 3 mil pessoas para montar o plano.

O PEJ, lembra Grankow, reflete os legítimos anseios da sociedade joinvilense em relação ao futuro. "O Instituto Joinville representa a sociedade, independentemente de processos políticos partidários, religiosos e ideológicos. Trata-se de um espaço legítimo para discutir a continuidade e atualização das demandas futuras do município", diz. As entidades têm até o dia 31 de agosto para participar do instituto. Informações pelo telefone 461-0100. (Marcos de Oliveira)

Infografia AN

DIRETORIA *Nomes que integram o Instituto Joinville*

Presidente

Sandro Murilo Santos

Dieter Nermann, da GV Administração e Empreendimentos Ltda.

Vice-presidente

Jaime Grasso

Conselho Fiscal:

Ivo Birkholz, do Sepji; Gilson Acácio de Oliveira, da Gilson; Acácio Advogados Associados SC; Vilson Holz, do Sescon

Conselheiros

Raulino João Schmitz, da Ajorpeme; Gilson Bohn, da CDL; Vilmar Steil, da Acomac; Amanda Pickler, da Ajos; Valdir Prochnow, do Rotary Club; Amaury Olsen, diretor-presidente da Tigre; Maria Aparecida Pereira Gonçalves, da Stagio Marcas e Patentes;

Suplentes:

Nivaldo Nass, do Simpesc; Arlindas Ghiggi, do Sindimec; Rolf Decker, do Sinditherme

Sua empresa ma



PRESIDENTE da Acij, Jaime Grasso: aproveitar melhor o dinheiro do contribuinte

Instituto pede apoio voluntário

ENTIDADE QUE DEFENDE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL FEZ BALANÇO DE ATIVIDADES

ANTONIO TOMAZ

A participação dos joinvilenses no planejamento da cidade é a proposta do Instituto Joinville. O presidente da entidade, Sandro Murilo Santos, anunciou, ontem às 14 horas, no auditório do Banco do Brasil, a criação da categoria sócio cidadão, aberta a todos que querem contribuir com idéias e trabalho voluntário. O evento foi realizado para a apresentação do balanço de atividades do instituto.

O Instituto Joinville é uma organização constituída por segmentos da sociedade civil e um de seus objetivos é auxiliar no desenvolvimento sustentável da cidade. A entidade foi fundada no dia 4 de agosto de 2004. Os recursos financeiros são provenientes

dos sócios mantenedores. Para o presidente Sandro Murilo dos Santos, a participação dos voluntários pode garantir o sucesso da iniciativa. "É uma parceria entre iniciativa privada, organizações sociais, poder público e a população".

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij) Jaime Grasso, e o presidente da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (Ajpeme), Raulino Schmittz, assistiram à apresentação do balanço do Instituto Joinville, do qual as duas associações são mantenedoras. Para Grasso, o instituto deve contribuir para "aproveitar melhor o dinheiro do contribuinte". Schmittz considera a parceria com a Prefeitura uma for-

ma de "gestão pública de planejamento da cidade". O presidente da Câmara de Vereadores Darci de Mattos, também participou do evento e garantiu apoio da casa para a entidade.

Para obter resultados visíveis, o instituto montou 24 grupos de trabalhos com objetivos traçados. Mas, para Santos, o sucesso vai depender do trabalho dos voluntários e do bom relacionamento entre as partes da sociedade envolvida. O Sebrae, por exemplo, estipulou números que devem ser alcançados pelo indústria joinvilense. O órgão deve injetar R\$ 964 mil para alcançar as metas estabelecidas no planejamento para os setores metal-mecânico e plástico.

O instituto mantém o site www.institutojoinville.com.br.

s/data

Versão empresarial do plano diretor



A discussão, será mediada pelo presidente do instituto, Ivo Gramkow

Instituto Joinville promove debate preliminar sobre o documento

BETINA WEBER

Uma das últimas oportunidades para reunir os joinvilenses interessados em discutir tecnicamente o futuro da cidade acontece nesta terça-feira. Encabeçado pelo Instituto Joinville — fundado em agosto de 2004 e reconhecido como de utilidade pública pelo município —, o evento acontecerá das 8 até 12 horas, no Teatro Juarez Machado. Os ingressos antecipados, no valor de R\$ 10,00, podem ser adquiridos no Instituto Joinville ou nas secretarias da Acij, Ajorpe e CDL.

O debate é dirigido a engenheiros, médicos, advogados, jornalistas, sanitaristas, urbanistas, gestores, empresários, ambientalistas, acadê-

micos e técnicos. Estarão na mesa os debatedores Dieter Neermann, José Carlos Vieira, Marcel Virmond Vieira, Murilo Teixeira Carvalho, Rui Borba e Sérgio Gollnick. A discussão será mediada pelo presidente do instituto, Ivo Gramkow.

Gramkow lembra que o plano diretor é formado pelas vertentes econômica, política e técnica. "A nossa intenção de promover esse debate é preparar a população tecnicamente para a conferência".

O presidente do instituto acrescenta que a maior parte do tempo será destinada para perguntas e respostas — que poderão suscitar conclusões importantes para o afinamento do Plano Diretor.

Ippuj também participa

Como a presença do presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (Ippuj), Murilo Teixeira Carvalho, está confirmada, o evento será uma forma de aproveitar a energia dos voluntários técnicos da cidade para reforçar e regulamentar as diretrizes do documento.

Na primeira audiência pública, realizada em 5 de maio, Teixeira deixou claro que a equipe responsável pela elaboração do material estava aberta às sugestões para nortear da melhor forma o futuro de Joinville.

Na oportunidade, foi feita a aprovação do regulamento e eleição de 40 delegados e outros 40

suplentes. Eles terão direito a voz e voto nas proposições discutidas e apresentadas na 1ª Conferência do Plano Diretor de Joinville, que acontecerá dias 12, 13, 14 e 20 de junho, no auditório da Univille.

Na conferência serão apresentados a análise, o diagnóstico, as diretrizes, os instrumentos propostos e a forma da estrutura do conjunto de leis que irão compor o projeto de lei do planejamento de Joinville, que será encaminhado à Câmara de Vereadores. Só depois de aprovado pelo Legislativo é que o documento será posto em prática. (BW)

A NOTÍCIA Quarta-feira, 7/6/2006 — Joinville/SC

POLÍTICA

ancidade@an.com.br • (47) 3431-9121

Passo decisivo rumo ao futuro



Especialistas e comunidade participaram do debate ontem, no Juarez Machado

Especialistas discutem detalhes do novo plano diretor de Joinville

JULIANO NUNES

Especialistas e comunidade discutiram ontem o Plano Diretor de Joinville. Promovido pelo Instituto Joinville, entidade reconhecida como de utilidade pública, o encontro ocorreu no Teatro Juarez Machado. A intenção foi preparar a comunidade para as discussões da 1ª Conferência do Plano Diretor de Joinville, a ocorrer nos dias 12, 13, 14 e 20, na Univille. O Município tem até outubro para enviar o Plano Diretor para votação pela Câmara de Vereadores.

O presidente do Instituto Joinville, Ivo Gramkow, acredita que debates desse tipo sirvam para desmitificar o assunto. Para ele, a comunidade muitas vezes acha que o tema só pode ser debatido por especialistas, o que, na sua opinião, não procede. "A participação tem que ser maior do que é hoje", afirma.

A diminuição do perí-

metro urbano é um dos fatores que Gramkow acredita ser consenso com relação ao Plano Diretor, assim como a preservação do meio ambiente. Para ele, o adensamento populacional só traz benefícios à cidade, pois, assim, haveria um melhor aproveitamento da infraestrutura, como as redes de energia, esgoto e água. "A concentração permite melhor aproveitamento e diminui custos da administração pública", afirma. Gramkow observa ainda que o Plano Diretor apresentado pelo Ippuj deve ser mais claro.

O presidente do Ippuj, Murilo Teixeira, acredita ser consenso a idéia de que Joinville é uma cidade bastante "espalhada". Por isso, o plano deve prever um adensamento da área urbana, o que não significa uma verticalização da cidade. De acordo com ele, essa pulverização do perímetro urbano acaba resultando em carências de infraestrutura.

ECOLOGIA

Preocupação com o meio ambiente de Joinville é um dos focos do novo plano

Problemas são pontuais, diz Ippuj

O presidente do Ippuj, Murilo Teixeira, disse no encontro que Joinville está bem planejada e que os problemas são pontuais. "O que está funcionando bem, o plano não vai mudar", garante.

O Plano Diretor deverá conter ainda medidas de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, que hoje estão sendo estudadas. Na conferência de junho, o debate será aprofundado. Em princípio, haverá apenas uma conferência

Caso seja necessário, é possível haver mais edições do evento até outubro.

Nos dias 12, 13, 14 e 20, as discussões sobre o tema serão aprofundadas com a 1ª Conferência do Plano Diretor de Joinville, a ser realizada na Universidade da Região de Joinville (Univille).

Promovida pelo Ippuj, a conferência vai promover, debater, analisar, rever e aprovar as diretrizes e os instrumentos propostos na minuta de Lei do Plano Diretor

Mais informações sobre o Plano Diretor podem ser obtidas pelo site do Ippuj na internet.

Durante o evento, serão apresentados a análise, o diagnóstico, as diretrizes, os instrumentos propostos e a forma da estrutura do conjunto de leis que vão compor o projeto de lei a ser enviado à Câmara.

MAIS INFORMAÇÕES

podem ser obtidas no site www.ippuj.sc.gov.br, ou por meio do e-mail plano@ippuj.sc.gov.br

Veículo: Jornal da Educação
Cidade: Joinville
Data: Agosto/2007
Editoria: Jornal da Educação

Autoridades, pais e profissionais participaram de Fórum da Educação

Joinville - Pouco mais de 200 profissionais da educação participaram do Fórum de Integração das Políticas de Educação em Joinville, promovido Instituto Joinville, por meio do Comitê estratégico de Educação. O evento, ocorreu no dia 15 de agosto e foram discutidos temas como a exclusão, repetência, evasão dos alunos, qualificação e formação dos professores.

A necessidade de levantar temas a serem abordados na Conferência Municipal de Educação, que deve acontecer em outubro e a criação de mecanismos de levantamento de informações do setor, que possibilitem a integração das políticas de educação, foram os temas centrais do encontro.

O presidente do Conselho Comunitário do Instituto Joinville, Eduardo Miers, apresentou dados sobre a educação na cidade. Disse que 67% das crianças de 0 a 5 anos



Encontro serviu para gerar idéias e propostas de integração das políticas de educação da cidade

estão fora da escola, mas que de 6 a 14 anos, 99% estão matriculados. Sobre os jovens de 15 a 19 anos, 52% estão fora do sistema escolar.

O presidente do Instituto Joinville, Ivo Gramkow, afirmou que as idéias que surgiram estão registradas e serão trabalhadas pelo Comitê Estratégico de Educação e levadas para a conferência. "Trabalhar estas idéias é de suma importância. São pedras a serem lapidadas", avalia Gramkow.

Veículo: A Notícia
Cidade: Joinville
Data: 14/08/07
Editoria: Opinião

POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO

CARLOS ALBERTO KAZAM ■ Diretor executivo do Instituto Joinville

O planejamento estratégico de Joinville, legitimado por mais de cem entidades, consolidou a visão para 2020 de uma cidade sustentável, solidária, hospitaleira, empreendedora, voltada à inovação, com crescente qualidade de vida. A educação é, indiscutivelmente, um fator chave na construção prática dessa visão. Somente uma população participativa, culta e educada, dentro e fora da escola, pode tornar Joinville sustentável, solidária e hospitaleira. Somente um povo com qualificação intelectual, aliada à criatividade, pode inovar e empreender como funcionário ou dono de um negócio. Não há orgulho maior para os pais do que garantir a formação dos seus filhos, como cidadãos honrados e educados, capazes de contribuir para o bem-estar da coletividade e construir seu próprio futuro.

Essa visão determina uma abordagem mais substantiva da educação, superando barreiras político-institucionais e de mercado. Uma importante reflexão pode ser feita a partir de indicadores como o

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). É estratégico diminuir rapidamente a significativa discrepância entre os melhores e os piores resultados obtidos pelas escolas de Joinville.

O Ideb relativo aos anos finais do ensino fundamental (média por escola variando de 0 a 10) aponta resultados que vão de 3,7 a 6,2 na rede pública municipal e de 3,6 a 5,5 na estadual. No âmbito das escolas particulares, o único dado disponível é a média nacional, de 5,8, bem superior às médias nacionais, de 3,1 e 3,3, das redes municipais e estaduais, respectivamente. Uma reflexão básica busca identificar os fatores mais importantes no desempenho das escolas com melhor resultado. Em uma etapa complementar, seria possível explorar esses aprendizados junto àquelas escolas da cidade com desempenhos inferiores, adequando políticas e soluções às suas peculiaridades.

A conclusão é a integração das políticas da educação em Joinville, envolvendo todas as redes na cidade, sejam elas públicas ou da iniciativa privada, em todos os níveis de ensino, visando a uma educação melhor para todos. Esse é o grande desafio do Fórum da Integração das Políticas da Educação em Joinville, organizado pelo Instituto para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville e que ocorrerá amanhã, das 8 às 12 horas, na Câmara de Vereadores da cidade.

Este ano, o Instituto Joinville já desencadeou debates sobre a bota da Babilônia e a agricultura orgânica. Além do tema educação, tratará ainda de empreendedorismo e mobilidade urbana sustentável, confirmando sua missão de articulação do tecido social para o cumprimento do planejamento estratégico da cidade.

Uma reflexão pode ser feita a partir de Indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Veículo: A Notícia
Cidade: Joinville
Data: 28/09/07
Editoria: AN Cidade

URBANISMO

Plano de trânsito é prioridade

A partir de 2008, Joinville terá de elaborar um programa para ordenar o fluxo de veículos pela cidade

A elaboração do plano de mobilidade urbana será um dos desafios para 2008 na administração pública de Joinville. Esse planejamento terá como referência o plano diretor, em análise na Câmara de Vereadores, que deve ser votado até o final do ano.

O diretor executivo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (Ippju), Murilo Teixeira, disse que a maior cidade de Santa Catarina tem apenas um plano viário, que não aborda todas as formas de deslocamento. "Há uma preocupação em oferecer uma estrutura que ofereça uma mobilidade rápida, eficiente e segura. Isso será replanejado", contou. Segundo ele, para otimizar o tempo, a proposta é que a cidade ofereça estruturas que privilegiem percursos curtos, de no máximo sete quilômetros. O modelo de descentralização dos bairros é uma referência nesse conceito para evitar o deslocamento para as áreas centrais.

As dificuldades que as pessoas enfrentam hoje para se dirigir aos destinos são resultados de planejamentos que não priorizaram muito o crescimento da população e do aumento do número de veículos. Corrigir isso hoje é um desafio constante no município. Para o urbanista Clóvis Ultramar, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), o prazo de transformação de um cidade, que antigamente era contado em décadas, agora ocorre, no máximo, em cinco anos.

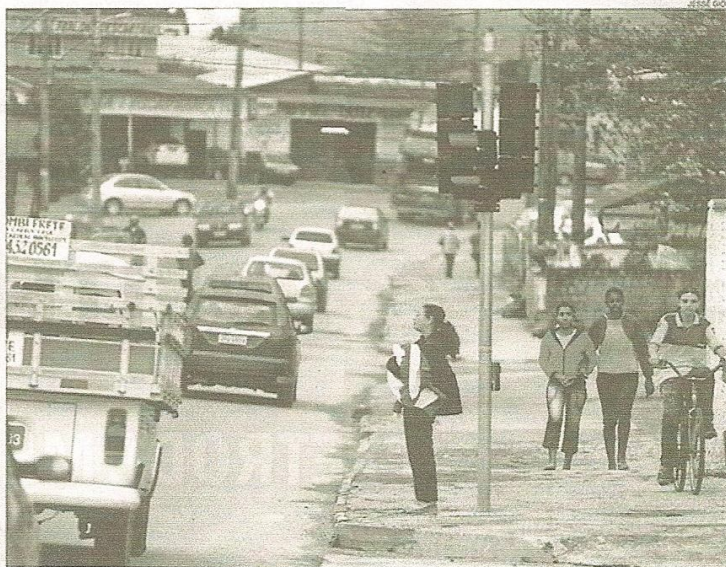
O tema sobre mobilidade urbana foi debatido ontem na Câmara de Vereadores, num evento promovido pelo Instituto Joinville. Ultramar criticou

a instalação de condomínios fechados nos entornos das cidades porque eles formam guetos que impedem a passagem para outros acessos. "Só entram aí visitantes e os moradores. Não há passagem por meio deles. Tem de fazer volta. Isso cria transtorno", comentou. O urbanista destacou que os novos loteamentos devem privilegiar uma infraestrutura básica que harmonize o fluxo de carros, motos, ônibus e bicicletas. Ele disse que a descentralização da área central de Joinville é positiva, desde que isso não reduza a importância do centro. "Ali ainda estão os principais e os mais caros serviços de mobilidade. Se ele perder importância, esse custo fica pesado", comentou.

O urbanista Fábio Duarte, também da PUC paranaense, disse que para ordenar os espaços disputados pelos carros, motos, bicicletas e ônibus, a sugestão é criar corredores específicos para o transporte coletivo que podem ser compartilhados por ciclistas.

Entre as idéias levantadas no encontro estão a criação de corredores de ônibus para agilizar o transporte coletivo. Hoje, os ônibus disputam espaço com carros e motos.

Também foi sugerida a ampliação dos corredores para ciclistas, as cicloviárias. Uma das medidas mais simples, mas considerada importante, é a sinalização. Em áreas centrais, onde há menos espaços para estacionamento de veículos e o trânsito é mais concentrado, foi sugerida a instalação de sinais de alerta para que os motoristas saibam que estão em área de grande circulação de pedestres.



Plano poderá prever a retirada de semáforos, a ampliação de cicloviárias e até a sinalização para áreas com muitos pedestres

CAMINHO LIVRE

O que ajuda

Topografia plana facilita deslocamentos com agilidade.

Modelo de descentralização urbana, com os bairros considerados pequenos núcleos urbanos, abastecidos com terminais de transporte.

250 mil

é o número estimado da frota de veículos em Joinville. Isso significa um para cada duas pessoas.

O que atrapalha

Presença de sentidos duplos em vias de grande fluxo.

Ruas e avenidas sem pavimentação.

Uso excessivos de semáforos (melhor opção seria a utilização de rotatórias).

Há muito fluxo de caminhões pesados na área urbana, que abastecem empresas.

Dificuldades de estacionamento.

Falta de continuidade de algumas ruas.

Falta de um grande eixo para ligar as regiões Norte e Sul.

Conflito entre o fluxo de veículos privados (carros, motos, bicicletas) com os coletivos (ônibus).

O QUE É

Plano diretor

Uma espécie de cartilha do município para ordenar a ocupação e uso do solo. Ele mapeia e organiza as áreas que serão utilizadas na construção de áreas residenciais, de serviços e de indústrias.

Plano de mobilidade urbana

Tem o objetivo de melhorar o acesso de todos à cidade. Ele ordena o tráfego de veículos e pessoas dentro do município, mediante serviços e obras de infraestrutura.

EDITORIA DE ARTE

Veículo: Notícias do Dia

Cidade: Joinville

Data: 24/10/07

Editoria: Cidade

EDUCAÇÃO

Escolas preparam conferência

Cerca de 200 delegados das escolas pólos estaduais, municipais, rede de ensino superior e rede particular de ensino de Joinville se reúnem hoje no Iesville para a Pré-Conferência Municipal de Educação. Durante o encontro de hoje haverá a definição dos eixos temáticos da Conferência

Municipal de Educação, marcada para os dias 20 e 21 de novembro.

O evento é uma promoção do Comitê Estratégico de Educação do Instituto Joinville, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Gerência Regional de Educação (GRECT).

Veículo: A Notícia
Cidade: Joinville
Data: 28/11/07
Editoria: AN Cidade - Capa

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cidadania se faz é no trabalho

Empresas que ajudam a melhorar as comunidades onde estão inseridas recebem selo

KELLY MÜLLER

Quinze empresas de Joinville recebem ao meio-dia de hoje o selo Empresa Cidadã, no Hotel Bourbon. O motivo? Elas não pensam só em lucros, mas também no ambiente onde estão inseridas: cuidam do bem-estar

dos funcionários, incentivam entidades locais e ainda demonstram preocupação com o meio ambiente.

As empresas foram escolhidas por uma comissão formada por especialistas. Concedido pela Prefeitura e pelo Instituto Joinville, o selo tem o objetivo de incentivar as

empresas a atuar, produzir e, claro, lucrar com responsabilidade social.

O Instituto Joinville é uma organização social civil de interesse público (Oscip) e reúne representantes de empresas, da comunidade e de organizações não-governamentais. Foi criado em 2004

para planejar o futuro da cidade a partir da opinião de representantes da comunidade. Esta é a quinta edição do prêmio Empresa Cidadã.

"Dezenas de empresas desenvolvem trabalhos sociais, mas não receberam o prêmio porque faltam iniciativas em outras áreas, como

a ambiental. É preciso avaliar tudo, desde o relacionamento com o cliente e o funcionário, até a interação com a comunidade", diz a coordenadora do Instituto Joinville, Marilise Einsfeldt.

Participaram da comissão de avaliação representantes da Fundação Municipal do

Meio Ambiente (Fundema), Associação Empresarial de Joinville (Acij), Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (Ajorpme), organizações não-governamentais (ONGs) e sindicatos.

■ kelly.muller@an.com.br

Lucro vira ajuda financeira para entidade social

Apesar de ser considerada uma empresa de pequeno porte, a Makrosul Papel e Arte, que fica no Comas, está entre as selecionadas para receber o selo Empresa Cidadã. A cada compra realizada na papelaria, os consumidores estão ajudando crianças da região.

A empresa destina uma parte do valor que seria considerado como lucro para a entidade Morá, que cuida de 40 crianças, no Espinheiros.

"Batizamos o projeto de Beija-Flor. Tem uma história que conta que o pássaro tentou apagar o fogo em uma floresta com uma gotinha de água, que levava no bico. Ele estava fazendo a parte dele. Defendemos que cada um faça um pouco para que a comunidade seja melhor", afirma Elizabeth Post, que é responsável pelo trabalho junto com o irmão, Paulo Roberto Post.

A empresa também trabalha com papel reciclado, criou um amplo refeitório para os funcionários e uma praça com brinquedos em frente à loja.



Paulo Roberto e Elizabeth, da Makrosul, decidiram ajudar crianças da região com parte do lucro das vendas na papelaria

Uma fonte de alegria no Catarinense

A responsabilidade social faz parte da política do Laboratório Catarinense. Basta um passeio pelos corredores externos da empresa para observar os canteiros floridos plantados pelos próprios funcionários durante o intervalo do trabalho.

Na avaliação de Alexandre Bornschein Silva Bisneto, presidente do Instituto A Fonte da Alegria, responsável pela parte social desenvolvida pelo laboratório e pela AB Plast, outra empresa do grupo, é o voluntarismo dos funcionários que garante o sucesso das ações.

"Mexer na terra é uma forma de descarregar o estresse do dia-a-dia. E muitos funcionários não têm a oportunidade porque moram em apartamentos", explica o coordenador do instituto, Marcos Farias.

O voluntário que estiver disposto a cuidar de um canteiro deve se cadastrar no instituto. Depois, torna-se responsável por um espaço pré-determinado. Basta dizer quais mudas gostaria de plantar e a empresa as compra. Segundo Farias, os funcionários usam a hora do almoço para "dar uma relaxada".

Os funcionários também têm acesso a atividades culturais e de ajuda comunitária, como o Cata Quilo, projeto criado há 37 anos pela empresa e que, mensalmente, dá cestas básicas para 30 famílias cadastradas. Os funcionários contribuem com uma parte, descontada na folha de pagamento. Se falta dinheiro, o instituto completa.

A Fonte da Alegria também ajuda instituições como o Ancionato Bethesda e o Lar Abdon Batista em datas comemorativas, como o Natal, Páscoa e Dia das Crianças. "Não damos presentes, já que eles ganham de outras formas. Conversamos com os responsáveis e doamos o que precisam no momento, seja alimentos ou material de limpeza", explica Silva.

"O nosso maior ganho é o funcionário que vira voluntário de coração. Ele é muito mais produtivo, mais comprometido com a empresa e líder, não só aqui, como na comunidade. É o tipo de pessoa que faz a diferença."

VENCEDORES

- AB Plast Manufaturados Plásticos
- Laboratório Catarinense
- Gidon Transporte e Turismo
- Datasul
- Iury Fundições
- Univille
- Escola de Teatro Bolshoi no Brasil
- Francine Ghanem Farmácia de Manipulação
- Laboratório Ghanem de Análises Clínicas
- KS Laboratório de Análises Clínicas
- Laboratório Gimenes
- Stago Marcas e Patentes
- Makrosul Papel e Arte
- Reberbação e Acabamento de Roupas ACR
- IP Instituto de Pesquisas Químicas

O SELO

É concedido como reconhecimento pelos esforços das empresas na área de responsabilidade social. Tem validade de um ano e é conferido por uma comissão especial voluntária, formada por representantes da comunidade.



Alexandre Silva, que preside o Instituto Fonte da Alegria, do Laboratório Catarinense, em frente ao mural de projetos